

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**CAMINHOS DA GUERRA: OS ÍNDIOS PARINTINTIN E AS FRENTE DE
EXPANSÃO SERINGALISTA NO RIO MADEIRA (1853 - 1923)**

JORGE DE OLIVEIRA CAMPOS

**Manaus - AM
2019**

JORGE DE OLIVEIRA CAMPOS

**CAMINHOS DA GUERRA: OS ÍNDIOS PARINTINTIN E AS FRENTES DE
EXPANSÃO SERINGALISTA NO RIO MADEIRA (1853-1923)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Letras, com requisito à obtenção do Título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Davi Avelino Leal

**Manaus - AM
2019**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C198c Campos, Jorge de Oliveira
Caminhos da Guerra : os índios Parintintin e as frentes de
expansão seringalista no rio Madeira (1853 - 1923) / Jorge de
Oliveira Campos . 2019
119 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Davi Avelino Leal
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Kawahíwa-Parintintin. 2. conflitos. 3. rio Madeira. 4. fronteiras.
I. Leal, Davi Avelino. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

TERMO DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora:

Presidente da Banca
Orientador: Professor. Dr. Davi Avelino Leal

Professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Membro Interno

Professor Dr. Antonio Alexandre Isideo Cardoso
Membro Externo

Suplente: Prof. Dr.

Suplente: Prof. Dr.

Dedico esta dissertação aos meus pais, Mario da Silva Campos e Sinamor de Oliveria Campos, que sempre estiveram presentes em minha vida, sempre dando o apoio necessário na busca dos meus objetivos profissionais, assim como dedico este trabalho ao meu filho, Joaquim.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa dissertação no que tange o entendimento acerca dos estudos dos povos indígenas do rio Madeira e de suas relações interétnicas, bem como as relações com as frentes de expansão do extrativismo da Borracha na Amazônia entre a segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, se deu a partir das contribuições do prof. Dr. Davi Avelino Leal, que no decorrer das orientações sobre a temática aqui apresentada, norteou-me a focar o objeto de estudo, bem como os caminhos teóricos e metodológicos que contribuíram para a fundamentação dessa pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFAM), na figura do coordenador, Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós e do secretário, Jailson Soares Mota pela dedicação e o empenho a frente do programa.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), por ter custeado a bolsa na qual pude dar andamento ao curso do mestrado em História.

Agradeço a professora, Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro e o professor, Dr. Alexandre Isídeo Cardoso que participaram como avaliadores na minha banca de qualificação e deram suas contribuições, por meio de críticas construtivas, e de outras questões, que proporcionaram o norteamento e a verticalização do objeto da minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os professores que compõem o quadro do Programa de Pós-Graduação em História PPGH/UFAM.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a dimensão etnopolítica da relação entre os índios *Kawahíwa-Parintintin* e os seus subgrupos com as frentes de expansão do extrativismo da borracha nas territorialidades que abrangem o Tapajós ao Alto Madeira. O período da pesquisa compreende os anos em que eles emergem na documentação provincial oficial do Amazonas, por volta de 1853, e que através da análise documental investigou-se os processos de deslocamentos forçados dos povos Tupi, bem como procurou recriar a etnogênese *Kawahíwa-Parintintin*. Assim como, os estudos das resistências desses subgrupos frente aos avanços missionários até o momento da chamada “pacificação” promovida por Nimuendajú (1923), de modo que, nesse percurso, as ações etnopolíticas indígenas corroborariam para prolongar o avanço do “processo civilizatório” nas fronteiras, bem como a intrusão e o esbulho dos recursos naturais em terras indígenas promovidas pelo Estado, que se prolongaram ainda nas primeiras décadas do século XX na Amazônia.

Palavras-chave: *Kawahíwa-Parintintin*, conflitos, rio Madeira, fronteiras.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the ethno-political dimension of the relation between the *Kawahíwa-Parintintin* indigenous and their subgroups with the expansion fronts of rubber extraction in the territorialities that encompass the Tapajós to Alto Madeira. The research period comprises the years in which they emerged in the official provincial documentation of Amazonas, around the period of 1853, and which through documentary analysis investigated the processes of forced displacement of the Tupi peoples, as well as sought to recreate the *Kawahíwa-Parintintin* ethnogenesis. As well, the studies of the resistance of these subgroups to the missionary advances until the moment of the called “pacification” promoted by Nimuendajú (1923), so that in this way the indigenous ethno-political actions would corroborate to prolong the advance of the “civilizational process” at the borders, as well as the intrusion and the depletion of natural resources on state-promoted indigenous lands that continued throughout the first decades of the twentieth century in the Amazon.

Keywords: *Kawahíwa-Parintintin*, conflicts, Madeira river, boundaries.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Vilarejo de Santo Antonio no rio Madeira.....	36
Figura 2 – Cachoeira de Ribeirão.....	42
Figura 3 – Mapa etno-histórico da ocupação dos índios Parintintin.....	93
Figura 4 – Mapa da Ocupação Parintintin, elaborado por salesianos.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – (E.F.M.M.)	29
Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – (FAPEAM).....	5
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE).....	50
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – (IFCHS).....	73
Programa de Pós-Graduação em História – (PPGH).....	5
Serviço de Proteção aos Índios – (SPI).....	16
Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – (SPILTN).....	16

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I. FRONTEIRAS ÉTNICAS E LIMITES DE ENCONTROS NO ALTO MADEIRA.....19	
1.1 A frente de trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	29
1.2 Santo Antonio: um núcleo de ocupação no Alto Madeira e a questão indígena.....	36
1.3 Da origem à decadência do povoado de São João do Crato no rio Madeira.....	42
CAPÍTULO II. MIGRAÇÃO, GUERRA E A ETNOGÊNESE KAWAHÍWA PARINTINTIN NA HISTÓRIA E NA LITERATURA47	
2.1 A presença de missionários franciscanos na Província do Amazonas: tentativas de tutela religiosa sobre os povos indígenas do rio Madeira (1852 - 1884)	61
2.2 A exploração da força de trabalho indígena no território do Madeira e as estratégias etnopolíticas e de resistência nativa ao avanço missionário.....	67
CAPÍTULO III. A INTRUSÃO DOS SERINGALISTAS E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO MADEIRA 80	
3.1 Sob o olhar dos Jornais: os confrontamentos entre os índios Parintintin e as frentes extrativistas.....	88
3.2 Os seringalistas e os agentes de “pacificação”: um cerco tutelado?.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
FONTES.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

INTRODUÇÃO

As territorialidades¹ que abrangem as regiões do Tapajós ao Madeira, consistem em espacialidades que vinham sendo ocupadas desde tempos imemoriais por povos indígenas de diferentes etnias, e que estes territórios foram relatados pelos viajantes, exploradores e oficiais do governo em meados do século XIX como zonas de contatos hostis e multiétnicas.

Nesses territórios indígenas foram sendo intensificados diferentes frentes de expansão, advindos da exploração dos recursos naturais, como as promovidas pelo extrativismo e a indústria da borracha, assim como por processos de demarcação territorial promovidas pelas disputas entre Estados Nacionais em ascensão.

Os interesses de grupos hegemônicos em explorar os recursos naturais existentes nessas terras de fronteiras e em disputas, propiciariam processos de ocupação por grupos de não-índios (intrusos), em territórios “ancestrais”, pertencentes e povoados por uma pluralidade de grupos étnicos, reconhecidos pela documentação provincial do Amazonas de 1853, como sendo *Nações*. Entre elas, se encontravam registrada nessa fonte histórica, as etnias Mundurucú, Mura, Torá, Arará e Parintintin, este último grupo étnico que pertence a família linguística dos Kawahíwa do tronco dos Tupi-Centrais², subdividem-se em diferentes grupos étnicos, dentre eles, destacamos os “Tenharim, Diahói e Juma”³.

Os trabalhos dos historiadores, antropólogos, etnólogos e linguistas em identificar os subgrupos Kawahíwa, nos possibilitou ter uma dimensão da diversidade de povos com costumes e culturas distintas que compunham as fronteiras étnicas, e que dependiam da espacialidade e temporalidade contextualizada, para reforçar as suas identidades étnicas e seus territórios, pois como veremos, esses povos indígenas do interflúvio Tapajós-Madeira sofreram com um processo de dismantelamento dos seus territórios promovido por mecanismos de controle e repressão governamental, bem como pela intrusão de particulares, afim de impor, o que conhecemos por “pacificação”, formas de controlá-los e integrá-los no projeto Nação.

¹ Na perspectiva da História Política e no que tange sobre os estudos acerca das territorialidades, José D’ Assunção de Barros, afirma a premissa de que, “as territorialidades se constituem (não só) a partir de espaços físicos, mas também dos espaços sociais, culturais e imaginários”. Neste sentido, procuramos ressaltar no presente trabalho, o tema (os caminhos da guerra) sob um viés, no qual as espacialidades são reivindicadas por uma pertença indígena, em meio a uma disputa de discursos historiográficos de distintas versões. Ver em: BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 99.

² MENÉNDEZ, Miguel A. **Os Kawahíwa: uma contribuição para o estudo dos Tupi Centrais**. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 1989.

³AGUILAR, AMGC. **Kawahíwa como uma unidade linguística**. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, vol. 1, ed. 1. 2017, p. 151.

A ideia de Nação, se percebe instituída na “*falla*” do presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, em 1853. Nesse documento oficial é citado o “Diccionario Topographico Histórico Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas”, em que se registram os Parintintin que habitavam o rio Tapajós, como sendo uma das nações que precisava ser *contactada*.⁴

Havia nesse momento a preocupação em registrar e *contactar* os diferentes grupos étnicos, sob a ordem e tutela do Estado, que teria como um dos objetivos, incluir em uma perspectiva ideológica hegemônica os diferentes grupos indígenas em uma identidade nacional inventada, alimentando os desejos de tutela dos povos indígenas que o governo da província do Norte almejava conquistar. Dessa forma, o governo provincial incumbiu-se em promover avanços em terras indígenas, a partir de mecanismos de repressão e incorporação dos povos indígenas na catequese, forma essa que proporcionaria docilizar os nativos e com isso poderia se criar núcleos colônias em terras indígenas. A partir disso, o governo imperial esperava inserir nessas territorialidades agrupamentos populacionais vindos de fora, o que Herculano não havia de esperar era que por outro lado, essas investidas do governo ocasionariam diferentes resistências indígenas à intrusão de não-índios nesses territórios amazônicos.

As primeiras intrusões nas territorialidades do Tapajós ao Madeira na segunda metade do séc., XIX, que teriam como meta explorar os recursos naturais existentes em terras indígenas, se deram pelo regime das missões, e que no presente trabalho se evidenciou a presença das missões religiosas no rio Madeira. Além dos missionários franciscanos que estiveram presentes à frente dessas empreitadas religiosas entre os anos de (1869 - 1884), outras ordens religiosas como, os capuchinhos por volta de 1845, e os salesianos por volta de 1930, fizeram parte desse processo. Assim como, poderosos seringalistas, caucheiros e regatões. Todos esses agentes, de maneiras variadas, utilizavam os indígenas no regime de trabalho, persuadindo-os, e explorando sua força de trabalho na coleta dos recursos naturais, assim como os particulares que foram sendo inseridos nesse processo.

Segundo Poutignat (1998) ao afirmar que nessas paragens de fronteira operacionalizadas por diferentes grupos agenciadores, que levariam a proposta de que, “para

⁴ AMAZONAS (Província). **Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.º de Outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.ª, sessão ordinária, pelo Presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Manaós, 1853.** Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 27 de mar. 2019, p. 58.

cada nação um Estado e só um Estado para cada Nação”⁵, a concepção de nação partindo de pressupostos dominantes, erguidos de acordo com a formação dos Estados Nacionais, tentou agregar conceitos e preconceitos sobre os povos indígenas na tentativa de unificá-los politicamente sob ordens do Estado Imperial no século XIX, assim como no século seguinte, à continuidade da construção das identidades nacionais que reforçariam tais ideais a partir das produções discursivas.⁶

Assim, esses fundamentos hegemônicos corroboraram para dar início a uma série de discursos e ações atribuídas pelo Estado, em que o avanço e à tentativa de domínio dos povos indígenas era o foco, a fim de impor a estes grupos nativos uma política centralizadora, política está muito evidenciada nos documentos oficiais da província do Amazonas, bem como em relatórios, nos jornais da época, até mesmo na literatura ficcional elaborada por grupos elitistas eruditos que influenciavam a opinião pública daquela época. Isso se constata no discurso perpetuado pelo Estado Imperial e que mais tarde se assegura na República brasileira.

Essa forma de propagação de uma política indigenista “vista de cima”, tentou impor aos povos indígenas modelos de controle e monitoramento impostos a partir da “catequese” instituído a partir do regimento das Missões de 1845, que vigorou por todo o século XIX. Na República, a partir do Serviço de Proteção aos Índios de 1910, estabeleceu-se o modelo de “pacificação”. Essas formas de tutela do Estado, somadas com ao regime de trabalho indígena no extrativismo da borracha inseridos por seringalistas, marcou um período de exploração da mão-de-obra indígena na Amazônia em que às formas de resistências nativas precisaram ser reafirmadas, a fim de contrapor as frentes de expansão em voga no período estudado.

No primeiro capítulo, buscou-se entender à temática: *As fronteiras étnicas e os Limites de encontro no Alto Madeira*, a partir do método da releitura e da reescrita de textos fontes, e por uma narrativa histórica-literária. Desta forma, pode-se construir e reconstruir eventos e contextos, que entrecruzados com a materialidade das fontes oficiais enriqueceram o tema. São estudados nesse capítulo, as relações de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, permeados pela problemática de navegabilidade e do trabalho indígena, de modo que, se verificou nesse cenário, os constantes conflitos entre índios e as frentes de expansão do extrativismo da borracha, bem como, o processo de inserção de trabalhadores da indústria ferroviária na Madeira-Mamoré em território fronteiriço. Assim como, foram investigados outros sujeitos históricos nesse contexto

⁵ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth; Jocelyne Streiff-Fernart. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 53. Tradução de Elcio Fernandes

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. – 3. ed. -São Paulo: Edições MMM, 2012, p. 25.

da virada do século XIX para o XX, como: mercadores e os exploradores de cauchos que configurariam esse contexto social, constituídos nas fronteiras limítrofes do Brasil e Bolívia, assim como em vilarejos e distritos ao longo do rio Madeira.

No segundo capítulo, procurou-se construir uma narrativa histórica das migrações, como um processo que culminou em guerras interétnicas e no ressurgimento da etnogênese Kawahíwa-Parintintin, etnônimos estes encontrados em fragmentos de fontes textuais, que puderam ser evidenciados e analisados por uma leitura crítica, levando em consideração uma análise histórica a partir dos processos de temporalidade da longa duração das trajetórias nativas nos espaços de fronteiras étnicas. De modo ainda, que se compreendam os sistemas de crença indígenas do sagrado-profano, da antropofagia e seus conceitos de metamorfose. Assim como abordaremos no segundo capítulo, as evidências da participação de forças políticas e religiosas a frente das empreitadas nos territórios indígenas no Madeira ao longo da segunda metade do século XIX. A partir de uma leitura crítica das fontes, em especial dos documentos oficiais anuais produzidos da Província do Amazonas, constituídos por relatórios, “*falla*”, e exposições dos presidentes da província, assim como, os relatórios da Comissão do rio Madeira, pode-se construir importantes análises próximas do posicionamento político indígena sobre tais questões.

No terceiro capítulo, serão abordados, as questões relacionadas às frentes de expansão para o Alto Madeira, de seringalistas, seringueiros, mercadores, empreiteiras mal intencionadas a adentrarem os sertões amazônicos pelos seus rios que ligam paisagens ameríndias, cenários que promoveram uma série de casos envolvendo esses sujeitos históricos em interações com as “Nações indígenas”, em espaços e fronteiras litigiosas e em disputas entre esses grupos intrusos, por recursos naturais, territoriais e pela mão de obra nativa. Ao analisar os diversos ataques, correrias e matanças perpetradas supostamente por índios Parintintins, e que foram sendo construídas discursivamente nas fontes textuais: periódicos, relatórios, livros e na literatura. Como os estudos acerca da imprensa como fonte histórica material atribuída a análise de diferentes periódicos, como: *Extremo Norte* (1913), *Jornal do Amazonas* (1883), *Jornal do Commercio* de (1913 e 1962); em documentos governamentais como: os Relatórios de Presidentes da Província do Amazonas (1852 – 1884); em relatos de viajantes: Tavares Bastos (1867); *H. M Tomlinson* (1910), e outros relatos de sujeitos que cruzaram esses espaços no período histórico analisado. Assim como, aprofundamentos dos estudos sobre o Parintintin do rio Madeira iniciados por etnólogos como Nimuendajú (1924), e por antropológicos como Peggion (1996) e Menendez (1989).

A partir dos entrecruzamentos das fontes históricas catalogadas e do diálogo extraídos delas, bem como das bibliografias consultadas, buscou-se desenvolver o presente trabalho, numa análise crítica a contrapelo do material reunido, construindo a pesquisa numa confluência, que possibilite tecer argumentações e interpretações das diferentes vozes que emergem também de diferentes gêneros textuais literários produzidos pela literatura luso-brasileira e de relatos de viajantes de percorreram estiveram nessas espacialidades, com o intuito de produzir representações e formas ao objeto investigado. Além de reconstruir os cenários através das narrativas históricas; produzir conteúdo para ampliar à *visibilidade* aos povos indígenas da Amazônia, com o intuito de construir uma historiografia de forma a estudar mais analiticamente, as questões que motivaram as interações conflitivas dos povos indígenas Parintintin nas fronteiras étnicas litigiosas reivindicadas tanto pelos novos estudos e análises dos processos históricos que fundamentam a pertença territorial dos índios remanescentes nessas territorialidades, entre eles: os Tenharim que se encontram atualmente ocupando terras de seus ancestrais no rio Marmelos, os Parintintin que habitam próximo ao igarapé 15 de Novembro afluente do rio Maicy-Mirim, e os poucos índios Jiahuí que reivindicam territórios tradicionais próximos dos limites da terra Tenharim.⁷

A compilação dos documentos abarca uma temporalidade na qual inicia-se no ano de 1853, quando a documentação provincial do Amazonas fez as primeiras menções sobre os índios *Parintintins*. Estes documentos oficiais impressos logo após a elevação do Amazonas a categoria de Província em 1850, revelam um período que os ensaios de penetração e dominação das terras indígenas no Madeira eram postos em prática.

Nesse período, em meados do século XIX, os índios vinham sendo continuamente monitorados pelo Governo Imperial Brasileiro, e suas terras sendo exploradas pelas expedições reservadas aos interesses dos seringalistas e de outros poderosos. Para isso, foram criadas categorias discriminatórias sobre estes grupos indígenas, que os classificariam de acordo com o pensamento eurocêntrico civilizatório em voga naquela época, legitimando processos de incorporação de diferentes povos indígenas do rio Madeira as formas de ocidentalização.

Estes processos de “civilidade indígena” iniciado no Brasil Império por religiosos através das Missões de Catequese, continuaria ainda na Primeira República, mas com outros modelos ideológicos influenciados pela escola metódica positivista. Neste sentido criam-se

⁷ Sobre os subgrupos étnicos Parintintin que ocupam atualmente as territorialidades fragmentadas do Madeira. Ver em: PEGGION, Edmundo Antonio. Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas. O caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). In: LIMA; CÓRDOBA (org.). **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: ed. UFPR, 2011, p. 71 - 81

novos aparelhos institucionais como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTAN em 1910⁸ e o Serviço de Proteção aos Índios - SPI. Essas forças institucionais que vigoraram na Amazônia entre meados do séc. XIX e início do séc. XX teriam como um dos objetivos docilizar os povos indígenas. O primeiro modelo iniciado no contexto do Brasil Império utilizava-se de conhecimentos religiosos dos missionários e suas táticas de aldeamento. O segundo modelo implementado na Primeira República, promoveria a “integração das populações indígenas ao Estado Nacional como trabalhadores”⁹. Desta forma, iremos abordar como se deu esses processos hegemônicos de intrusão nos espaços nativos, bem como as interações indígenas com os diferentes grupos sociais (seringalistas, comerciantes, regatões, nacionais, caucheiros, seringueiros, viajantes, empresários) em uma fronteira étnica que prevalecia às interações sociais conflitantes.

A temporalidade investigada procura evidenciar um período em que Nimuendaju atribuiu a uma “guerra de 80 anos”, na qual, os Parintintin consolidaram a sua fama de ‘feras cruéis e indomáveis’, e se tornando o alvo e o horror de todos os seus vizinhos.¹⁰

Portanto, o diálogo com o *corpus documental* no primeiro momento, possibilitou emergir dos discursos em que mencionam os Kawahíwa-Parintintin, em relações sociais conflitantes, de modo que, da mesma forma percebe-se essa intencionalidade representadas no imaginário coletivo da época, isso demonstraria como foram produzidos os discursos sobre esses índios, bem como, as características estereotipadas a partir do olhar do outro – engendradas de crenças e valores sobre eles, de modo que a Alteridade enfim se constrói, estabelecendo os primeiros contatos interétnicos.

Sobre os processos de contato, cerco e “pacificação” promovidos pelos aparelhos institucionais governamentais e registrados nos relatórios do Serviço de Proteção aos Índios e por trabalhos de indigenistas como Nimuendaju, atribuem a esses termos uma visão colonizadora ao afirmar que: “a qualificação de ‘pacificação’ só reflete o ponto de vista dos colonizadores, mas nada diz sobre o modo como ocorre a recepção e a utilização de tal ordenamento pelos nativos”¹¹. Este autor sugere que se analisem esses eventos por um olhar multifacetado sobre as condições impostas aos índios, não apenas pelo aspecto normativo da

⁸ A elaboração do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 no qual é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Esse órgão teria dentre suas funções, a de obstruir e desarticular a expansão Parintintin. Ver em. O Governo dos índios sob a Gestão do SPI. LIMA, 1992, p. 134 – 172.

⁹ LEAL, Davi Avelino, 2016, p. 97.

¹⁰ EMERY, Bernard, 2002, p. 12 apud NIMUENDAJU, Kurt, 1924, p. 211.

¹¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2017, p. 317.

intervenção do Estado, nem só por formas e tentativas de conversão dos índios por religiosos ou pela persuasão e trocas simbólicas desiguais promovidas pelas empresas seringalistas que se instalaram a margem do rio Madeira. Mas também perceber quais foram às estratégias de aproximação utilizadas pelos grupos Parintintin e por outros grupos étnicos ao avanço das frentes de expansão nesses espaços étnicos.

Outras formas de compreensão da realidade indígena se estabelecem pelo profundo diálogo multidisciplinar envolvendo a história, a literatura e a antropologia na construção da pesquisa. Neste sentido, outras formas de compreender a história dos povos indígenas passam não apenas pela forma como o discurso oficial, proferido pelos documentos administrativos, delimitou e classificou determinado entendimento do que sejam os índios, mas remete também de que maneira a literatura abordou os grupos étnicos desde meados do século XIX. Como ressalta Antônio Cândido (1952), nos meados XX a fronteira entre o que era ficcional e o que era sociológico eram tênues demais¹².

Assim, a história da etnia Parintintin tem sido marcada pelo enfrentamento e por uma forma de relação política - atuante e conflituosa com as diversas frentes de expansão que atuaram em prol de seus interesses, por exemplo, a invasão pela frente seringalista no território do Madeira que recebia o apoio da participação dos aparelhos intervesionista do Estado, que agiam de forma a coagir e dismantelar os modos de vida e as culturas difundidas pelos nativos daquela região, alterando as relações sociais, culturais e de parentelas dos povos nativos.

Sabemos que os olhares sobre os índios Parintintin e seus grupos étnicos passaram por visões distorcidas e manipuladas, na qual se alastraram por redes de comunicações, tanto em jornais que propagavam seus modos de vida e costumes de forma discriminatória, assim como nos relatos de viajantes da segunda metade do século XIX e na literatura ficcional romancista produzida no século XX, que acabariam por contribuir com a construção de significados engendrados de míticas de reciprocidade entre índios e intrusos nos cenários da Amazônia, em especial nos ambientes fragmentados do rio Madeira e em seus afluentes.

Diferente dessa perspectiva que a literatura ficcional evidenciou, a antropologia procurou investigar os índios Parintintin por meio de dados etnográficos e pesquisas *in loco*, que contrapõem esses outros pontos de vistas, na qual vem ressaltar os modos de vida, os costumes e tradições dos povos do Madeira, por uma perspectiva mais próxima a uma experiência social.

¹² CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

Portanto, os historiadores procuram dialogar com outros campos disciplinares, com o intuito de abrir novas possibilidades de pesquisa e romper com a ideia de *silenciamento* dos indígenas nas fontes históricas, bem como romper com reducionismo que vigorou nas fontes oficiais pelo Estado, que forjaram identidades nacionais aos índios, mas que não foram suficientes para conseguir apagar as pluralidades étnicas, que se ergueram através da agência indígena e suas estratégias contra hegemônicas que reivindicam a transmissão de culturas da sobrevivência.

Portanto, procurou-se analisar especificamente as diferentes intrusões, que vão desde a intrusão das ordens religiosas até as empresas seringalistas nos territórios étnicos do Madeira, estas últimas que ao iniciarem as explorações nessas densas florestas tropicais, desencadearam múltiplas tensões e conflitos com os grupos indígenas dessa região. Também foram analisadas nas fontes históricas, as experiências de contato nativo com militares, religiosos, trabalhadores extrativistas e seringalistas, em relações socioculturais conflitantes com os grupos étnicos Kawahíwa e seus vizinhos.

CAPÍTULO I

1. FRONTEIRAS ÉTNICAS E LIMITES DE ENCONTROS NO ALTO MADEIRA

Com o intuito perceber a relação dicotômica entre grupos invasores que entraram em contato ou em confrontação com índios Parintintin nas fronteiras étnicas e em limites territoriais em disputa no Alto Madeira entre meados do século XIX e início do XX. Primeiramente precisamos entender que os limites territoriais constituídos por tratados e decretos acordados entre os Estados Modernos, Brasil e Bolívia, produziram formas de demarcação territorial que se limitavam apenas em traçar limites criados pelo processo de expansão fronteiriça, o que motivou ambos Estados há investidas e a tomada das terras indígenas, impondo demarcações, sobrepondo territórios pertencentes aos povos indígenas e corroborando, de certa forma com a entrada de diferentes frentes de ocupação e exploração nessa territorialidade indígena amazônica.

No entanto, esse processo de expansão não obedeceu aos critérios que avaliassem os impactos que causariam aos povos nativos, como os encontros culturais de desencadeariam

formas de conflitos e de alteridade, o que produzia a incorporação de modos de culturas estranhas pelos povos indígenas. Por isso, procuramos preencher lacunas relativas aos encontros conflitantes entre grupos distintos. A partir das noções de fronteiras étnicas, que se baseiam na perspectiva do intercâmbio cultural entre povos nativos, em uma região densamente povoada, e na qual houve complexas interações socioculturais.

Desenvolvi a problemática das interações culturais conflitantes a partir das teorias da etnicidade na qual afirma que, “a etnicidade não pode ser concebida senão na fronteira do “Nós”, em contato ou confronto, ou por contraste com “Eles”¹³. Em outras palavras, cria-se uma perspectiva de inclusão de identidades étnicas e pertencas que proporcionou construir narrativas descolonizadoras, de modo a representar a luta dos povos indígenas, que de certa forma sofreram no decorrer do processo histórico com formas de silenciamento e exclusão.

Outra perspectiva que norteia esse capítulo relaciona-se a situação de fronteira, que de acordo com Martins (2018), nela puderam coexistir diferentes grupos sociais e étnicos que travaram disputas em prol de interesses conflitantes, assim como nas situações de historicidades desencontradas, ou seja, as fronteiras podem ser além de conflitivas, um elemento de disputas por projetos históricos de distintas versões¹⁴.

Assim, o entendimento de “fronteiras e limites” perpassa por um momento em que os debates surgem para distinguir e reivindicar novas formas de se pensar questões relacionadas às fronteiras étnicas.¹⁵ De modo que, a partir das concepções sobre fronteira e limites possam contribuir para o entendimento de como se deu as invasões das terras indígenas Parintintin, assim como, entender as táticas de sobrevivência desenvolvidas por estes indígenas à tentativa de domínio de suas terras e de sua força de trabalho.

Ao pensarmos os sistemas de valores engendrados por visões externas sobre os índios Parintintin, visões que abarcariam os seus costumes, suas ações e modos de vida, pensamentos sociais formulados por grupos que atravessavam as fronteiras da floresta e os interpretavam a partir dos seus interesses, seus valores e crenças. Isso refletiu na construção de uma simbologia da violência construída nesses espaços, onde relacionavam os povos nativos do território investigado, em conflitos antagônicos que enfatizava o contraste entre as culturas, além do que, revestiam essas populações com roupagens de “barbárie e selvageria”. Essas formas de classificar os índios predominaram não apenas no período do Brasil Colônia, mas permaneceu

¹³ WALMAN (1978) apud POUTIGANAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 152, 153.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª. Ed. 3ª repressão. São Paulo: Contexto, 2018.

¹⁵ MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1998.

ainda nos contextos históricos do Brasil Império e na Primeira República. Constatou-se à permanência dessas formas de classificação e da construção de categorias que desqualificaram como uma forma de subjugar e traçar uma política de dominação a esses povos nativos.

Segundo o historiador Benedict Anderson (2008) dependendo dos interesses dominantes, as categorias censitárias poderiam constantemente ser unificadas, separadas, recombinadas, misturadas e reordenadas. Nesse mesmo viés, Almeida (2012), afirma que, casos como dos índios no Brasil, as classificações como de “mansos e selvagens”, acabariam sendo incorporadas essas classificações em documentos oficiais e nas legislações¹⁶.

De acordo com Foeraker (1981) citado em *La frontera domesticada* por Santos-Granero e Barclay (2002), apresentou um panorama geral sobre o avanço das fronteiras pioneiras na Amazônia brasileira, e considera que o processo de integração de formas de produção pré-capitalista às formas capitalistas de produção, estão imbricadas em uma transformação que não se produz sem oposição, ou seja, porque a luta pela terra e o controle da força de trabalho que enfrenta as populações locais, os migrantes e imigrantes por forças contrárias vindas de poderosos empresários e companhias que alimentam o processo de expansão da fronteira contribuem para o que ele define como “*el drama de la frontera*”.¹⁷ Neste sentido, a fronteira é um ponto limite de território que é continuamente disputado de diferentes modos e por diferentes grupos sociais criando assim uma “multiplicidade de fronteiras”.¹⁸

Em meados século XIX, a questão do comércio e navegação no Alto Madeira estava muito atrelada aos acordos diplomáticos acerca dos limites territórios fronteiriços ainda mal definidos entre Brasil e Bolívia em reconhecer ou não o Tratado de Santo Idelfonso de 1777., pois esse tratado, (apesar de ser firmado pelos reinos de Portugal e Espanha quando esses países eram colônias dessas metrópoles europeias), ainda serviria como parâmetro para resolver as intrincadas relações diplomáticas entre o Império brasileiro e as novas Repúblicas sul-americanas, nas quais, o território fronteiriço no Alto Madeira seria implicado, tanto pelo Brasil quanto pelo Peru, que tiveram como base das ocupações nesse território, as tratativas de definições de limites com a Bolívia imposta pelo princípio romano do *Uti possidetis* (posse real e efetiva).¹⁹

¹⁶ ALMEIDA, M. Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil no século XIX: da visibilidade ao protagonismo*. Revista História Hoje, v. 1, n° 2, 2012, p. 25.

¹⁷ SANTOS-GRANERO, Fernando; BARCLAY, Frederica. *La frontera Domesticada: História econômica y social de Loreto, 1850 – 2000*. Perú: Fondo editorial. 2002, p.18.

¹⁸ MARTINS, José de Souza, op. cit., p. 10.

¹⁹ LUZ, Vilela Nícia. A Política Amazônica das Repúblicas Ribeirinhas e a Diplomacia Continental. In: *A Amazônia para negros americanos*. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1968, p. 130, 138; SOTOMAYOR, Walter Auad. *Relações Brasil Bolívia: a definição das fronteiras*. [S.1]: Verbena Editora, 2018, p. 51.

Outra questão a ser resolvida nesse território de fronteira, era a navegabilidade, principalmente pela Bolívia que era desfavorecida em rotas de acesso ao mar. Esse problema se arrastava desde a sua independência, em 1825, conquistada através de inúmeras guerras ao longo de mais de uma década, o que levou esse país a torna-se décadas mais, em 1868, em uma República. O processo de independência boliviano culminou com a separação do Peru, o que implicaria na divisão dos territórios e a perda parcial do acesso do acesso ao Oceano Pacífico, o que deixou os bolivianos com poucas rotas comerciais em direção ao Pacífico.²⁰

Essa problemática resultaria para os bolivianos acionar outros percursos comerciais que facilitassem a mobilidade e trânsito comercial, e nisso, as vias fluviais como, os rios *Madre de Dios*, Beni e Mamoré que desaguavam no rio Madeira possibilitariam ter percursos mais eficientes de transportar suas mercadorias para mercados internacionais navegando pelos rios Madeira e Amazonas até o Atlântico. A partir desse oceano podia-se alcançar outros centros consumidores de seus produtos primários, como os Estados Unidos e a Europa. Outro fator que dificultaria a comercialização da Bolívia com o mercado externo era “ao problema da solução da navegação nos trechos encachoeirados dos rios Madeira e Mamoré”²¹. O que, de certa forma dificultava o escoamento de produtos naturais vindos das terras baixas bolivianas, como a borracha, e o seu transporte em larga escala.

Mesmo com esses percalços, os mercadores bolivianos se arriscavam descendo o altiplano andino em meados do século XIX para navegarem por esses rios em direção ao tributário do Amazonas, o rio Madeira. Esses mercadores que bem antes da chegada da modernidade trazida pelos trilhos, se destacavam como exímios navegadores, por terem destreza e capacidade de evitar os ataques de índios hostis.

Segundo Tavares Bastos (1867), em seu livro, *O Vale do Amazonas*, relata as proezas dos mercadores bolivianos em navegar em rios tortuosos e repletos de corredeiras e cachoeiras como o rio Madeira.

Os bolivianos, descendo pelo Madeira, deixam em Serpa [Itacoatiara] nas suas canoas (ubás, construídas as vezes de um só tronco). E descem nos paquetes até ao Pará, onde vendem o cacau, o fumo, couros e outros produtos, e

²⁰ As rotas comerciais bolivianas que passavam pelo Peru, navegavam pelo Lago Titicaca ou o contornavam, chegando em Puno na margem daquele lago, tinham que descer as Cordilheiras do Andes para irem negociar seus produtos em portos tradicionais como o de Arica ou Molendo. Existia também o caminho inteiramente através de território boliviano, no qual do Altiplano, onde desciam as escarpas do Andes, ganhava-se as planícies costeiras, atravessando o extenso deserto de Atacama, onde não havia água, até chegar em Cobija. Esses transportes eram feitos por mulas, o que dificultaria o transporte de cargas pesadas. Ver em: FERREIRA, Manoel Rodrigues, 1960, p. 67 – 71.

²¹ Ibid., 1960, p. 12.

compram os objetos de que carecem (ferro em vergas, machados, instrumentos agrícolas, pólvora, espingardas, licores, quinquilharias, etc.). A viagem de retorno, nas canoas, é penosíssima; exige as vezes três meses e mais.²²

O comércio entre localidades extremas incentivava as conexões e limites culturais fluídos que favoreciam os intercâmbios culturais, pois à persistência em permear caminhos tortuosos e cheios de obstáculos quebram a ideia de barreiras naturais e limites imaginados pelo homem moderno. Paralelo às formas de negociações que envolviam os bolivianos que se deslocavam da região do altiplano para negociar seus produtos naturais e artesanais em troca de produtos industrializados em território brasileiro. Essas rotas comerciais que transportavam mercadorias da Bolívia a grandes centros mercantis brasileiros, como o mercado do Ver-o-Peso na província do Pará²³. Em direção a esses lugares, os úbas eram meios de navegações eficientes no percurso do rio Madeira até sua foz, pela interessante capacidade de transpor os trechos encachoeirados do Alto rio Madeira, e levar as mercadorias e os produtos valiosíssimos que se tornaram ambicionados nos mercados nacionais e internacionais, como o látex de alta qualidade produzido na região boliviana.

De acordo com Tavares Bastos, essas embarcações bolivianas, canoas, eram tripuladas por índios do Beni, no qual ele descreve como “gente dócil e dedicada ao serviço, sóbrios, ligeiramente vestidos de uma curiosa camisola feita de casca da palmeira, homens válidos, quais os vi em Manaus”²⁴. Segundo ainda este autor, esses numerosos e robustos índios bolivianos do departamento do Beni, dos quais tripulavam as canoas do Madeira, ficavam nos intervalos das viagens trabalhando nas obras públicas de Manaus em troca de um salário módico ou de algumas roupas, armas e tecidos que bastavam para atrair outros.²⁵

Esses mercadores bolivianos indígenas que exerciam uma parcela de trabalhadores nas obras públicas da capital da Província do Amazonas, vinham de regiões vizinhas as antigas missões religiosas de Moxos e Chiquitos, e que por conta disso eram considerados disciplinados, pois as suas experiências no trabalho nos aldeamentos missionários, os prepararam para os ritmos laborais e a vida sedentária, em outras palavras para a “civilização”.²⁶O despovoamento dessas missões de Moxos e Chiquitos teve com umas das

²² BASTOS, Tavares, A. C. **O vale do Amazonas**. 1866, p. 222, 223.

²³ CALDAS, Sérgio Túlio. **Portos do Brasil = The Ports of Brazil**. São Paulo: Horizonte, 2008.

²⁴ BASTOS, Tavares, A.C. op. cit., p. 317.

²⁵ Ibid., p. 315.

²⁶ García, 2014 apud GARRETT, Ana Maria Lema. Frontera Permeable y Brazos Apetecidos: La migración de los indígenas Chiquitanos a Brasil em la Segunda mitad del siglo XIX. In: __ SILVA, Giovane José da. **Entre Fronteiras Brasil-Bolívia: Relações Internacionais, Diplomacia e Política**. São Paulo: Paco editorial, 2018.

causas, as recorrentes migrações para as regiões gomíferas do Brasil e da Bolívia, pelo fato da exploração da goma elástica nas zonas gomíferas brasileiras e o descobrimento da goma elástica no departamento boliviano do Beni, o que motivou demandas por mão de obra para exploração gomífera e seu transporte.²⁷

As questões de navegabilidade entre Brasil e Bolívia não se restringiam apenas na relação do comércio entre fronteiras, mas estava também vinculado as questões da migração de trabalhadores para a exploração da borracha e para as obras públicas na capital da Província do Amazonas e na Província do Mato Grosso, o que fortaleceu ainda mais a política diplomática de incentivo à abertura da navegabilidade no rio Madeira, o que veio a se estabelecer pelo Tratado de Ayacucho, de 1867²⁸. A partir desse tratado, as ligações comerciais de fronteira possibilitaram normatizar o escoamento da produção boliviana, bem como a entrada de trabalhadores bolivianos na província do Amazonas em uma livre mobilidade entre os dois países.

Esse acordo diplomático entre essas duas referidas nações tentava resolver também, os impasses referentes aos fluxos de trabalhadores brasileiros indo em direção as terras bolivianas, em um movimento desencadeado pelo boom da borracha, que promoveu conflitos entre brasileiros e bolivianos por reservas de seringais nessas terras de fronteira e em disputas.

O rio Madeira, além de se converter em o centro de interesse estratégico tanto da Bolívia como do Brasil. Os seringueiros brasileiros começaram a exercer uma forte pressão avançando continuamente sobre o território boliviano subindo os cursos do Madeira, do Purús e do Yuruá.²⁹

O acordo de Ayacucho também conhecido como o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, delimitaria geograficamente uma vasta região entre Brasil e Bolívia, o que no esperado resolveria as questões relacionadas as suas fronteiras.

O Brasil compromete-se desde já a conceder á Bolívia [...], o uso de qualquer estrada, que venha a abrir, desde a primeira cachoeira, na margem direita do rio Mamoré, até a de Santo Antonio, no rio Madeira, a fim de que possam os cidadãos da Republica aproveitar para o transporte de pessoas e mercadorias,

²⁷ GARRETT, Ana Maria Lema, 2018.

²⁸ Ver em: SENA, Ernesto Cerveira de. **Acordo de Ayacucho - Territórios e as descontinuidades dos Tratados: Forjando Fronteiras, Elaborando Nações** (Bolívia e Brasil: Época Colonial – 1967), 2010.

²⁹ CÓRDOBA, LORENA, 2012, p. 129, (tradução nossa).

os meios que oferecer a navegação brasileira, abaixo da referida cachoeira de Santo Antonio.³⁰

O acordo selado entre os dois países, “provocou objeção por parte do governo do Peru argumentando que os limites entre Bolívia e Peru nessa zona não estavam ainda definidos e, portanto, este trabalho era ofensivo para seus interesses.”³¹ Conforme Luiz Alberto Moniz Bandeira, o Peru reclamava igualmente os territórios que a Bolívia cedera ao Brasil, com o Tratado de 1867 e começara no início do século XX, a apoderar-se *manu militari* da região no Alto Juruá. Essas invasões de peruanos não ficaram restringidas apenas no Alto Juruá, mas também se estenderam para os territórios do Alto Purús, (e pelas evidências das fontes históricas, houve invasões de peruanos no Alto Madeira). Segundo ainda esse autor, as invasões peruanas e a tomada da posse eram praticados através da violência, o que favoreceu a apropriação dos recursos naturais disponíveis nessa região arbitrariamente e a instalação de alguns pontos de apoio do comércio e extração de caucho nesses territórios.³²

A instalação de pontos de comércio motivados pela extração de caucho, uma forma de expansão da modalidade extrativa da *Castilloa elastica* se estendeu por macrorregiões amazônicas, pois era uma forma de extração predatória. A exploração tanto das seringueiras quanto da extração do caucho produziram a cobiça de diferentes grupos sociais a explorarem os recursos naturais dos territórios de fronteiras.³³ Assim, os grupos de caucheiros peruanos promoveriam novas entradas no Alto Madeira, que ocasionariam uma série de episódios fantasmagóricos envolvendo os invasores e índios em conflitos nos confins da Amazônia.

De acordo com Hiram Reis (2012), a técnica dos caucheiros em extrair o estrato de caucho (*Castilloa elástica*) consistia então, em abatê-la, cortá-la em toras de aproximadamente um metro, fazer cortes profundos para extrair o leite que escorre para dentro das rasas cavidades retangulares escavadas no chão. Quando o produto solidificava, ele o retira e dá algumas pancadas para limpar a areia e o barro aderido. Em pouco tempo, arrasado o cauchal, havia a

³⁰ Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-norma-pe.html>>. Acesso em out. de 2018.

³¹ GAMARRA, Téllez (2007) *apud* BRIDIKNINA, Evgenia (2018, p. 29) (tradução nossa).

³² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Barão de Rothschild e a Questão do Acre**. Ver. Bras. Polít. 43 (2): 150-189, 2000.

³³ O processo de trituração e vulcanização criado na Inglaterra por Charles Goodyear em 1840 que consistia na melhora da borracha, misturando 20% de enxofre ao contato com o calor ficando uma matéria endurecida. Goodyear junto com Robin Willian Thomson o inventor da pneumática, potencializaram as indústrias da Inglaterra e dos Estados Unidos a procurar por borracha na Amazônia entre os anos de 1850 e 1912. Ver em: idd.org.br/acervo/charles-goodyear-e-o-processo-de-vulcabizacao. Acesso em maio de 2019.

necessidade de buscar novas fontes da goma e os caçadores de árvores partem na sua cíclica sanha.

Com esse método de derrubada da árvore do caucho, as reservas desse recurso natural acabaram se esgotando no território peruano, fazendo com que esses caucheiros fossem procurar outras reservas naturais com o intuito de explorar esse produto que mesmo de baixa qualidade era exigido pelo mercado internacional. Assim como, a crise na economia da borracha nos anos de 1912 e 1913, corroboraram para outras formas de exploração na Amazônia viessem a ocorrer.

Segundo Reinaldo Arruda, com a crise da economia gomífera nos anos de 1912 e 1913, “os seringais espalhados ao longo nos rios sedimentaram-se como unidades de dominação sobre aldeias”³⁴, aumentando as ações estratégicas dos agentes em dominar territórios dos povos nativos por meio das táticas de expulsão dos nativos por intrusos e rivais, as chamadas “correrias”, que promoveriam os conflitos, envolvendo raptos de indígenas, afim de escravizar diversos grupos étnicos no Acre, na tríplice fronteira que correspondiam ao Brasil, a Bolívia e o Peru, esses eventos não foram marcados apenas na região acreana, mais também região do Alto Madeira onde as frentes de expansão extrativistas vinham ocupando vastos territórios indígenas, desde a segunda metade do século XIX.

Neste sentido, a pesquisa sobre os índios Parintintin no Alto Madeira, possibilitou traçar uma investigação sobre as práticas de exploração dos caucheiros, seringalistas, mercadores e viajantes nesse território fronteiriço, onde foram evidenciados alguns relatos históricos de conflitos entre esses índios e invasores caucheiros. Entre os relatos que traçaram os massacres dos índios Parintintin no contexto das invasões, estão os relatados no relatório da inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios –SPI, de 1925, em que relaciona a invasão de grupos de caucheiros peruanos nas espacialidades do Alto Madeira.

Os casos de massacres de índios Parintintin começaram a emergir a partir de uma leitura crítica do relatório elaborado pelo inspetor Joaquim Gondim, esse autor que publicou o documento intitulado *A Pacificação dos índios Parintintins: karó de iuirapá*, na qual aborda um indício das invasões das terras indígenas.

[...] No período que decorreu de 1900 a 1915, eles [os Parintintin] tiveram de repelir, aliás com grandes perdas, dada a desigualdade de armas, repetidos ataques de caucheiros incendiários, que operaram de chofre, sobre as suas

³⁴ ARRUDA, Rinaldo S. V. **Fronteiras e Identidades**: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Perú. Projeto História, São Paulo, n. 39, pp. 159-179, jul/dez. 2009, p. 165.

malocas, algumas situadas nos rios Macy e Maicy-Mirim, outras no rio Ipixuna e outras ainda nos centros de vários seringais do Madeira.³⁵

A penetração de caucheiros peruanos incendiários na região do rio Madeira, revela uma forma de contato bastante agressiva, na forma de “ataques”. Essas ações eram perpetradas de forma a expulsar os grupos étnicos Parintintin de suas terras, pois além da finalidade da exploração do caucho praticada por caucheiros, estes poderiam ser contratados para ações de ocupação e posse definitiva das terras indígenas. Acredita-se que, esses grupos mercenários mantinham negócios com os poderosos seringalistas do rio Madeira, a fim de contribuir com os interesses dessa elite do Madeira, que se utilizavam das ideias filantrópicas³⁶ em voga na época para mascararem seus reais interesses, como: a desocupação dos territórios nativos para promoção de projetos futuros de exploração dos recursos que da terra provinham.

Segundo ainda o Relatório do inspetor Joaquim Gondim, dentre as decorrentes expedições feitas nesse rio por caucheiros peruanos, uma delas chefiadas pelo peruano Benjamim Maya, com número formidável de homens e munições, patrocinados por proprietários do Madeira, teria como um dos objetivos, o massacre dos indígenas Parintintin.³⁷ O referido documento elaborado por este inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, detalha literalmente a sanha do encontro dos “caucheiros sanguíários” com os índios tupi no rio Maicy, afluente do rio Madeira.

[...] num plano saliente, que domina dois estirões do estreito rio, hoje vulgarmente conhecido por barreira vermelha, armando os seus cenários mais pitorescos, onde a atividade do selvícola se expandia na cultura da lavoura, vendo no trabalho rude e honesto o elemento capaz de atenuar as necessidades de sua vida meditativa e solitária.³⁸

Godim se arrisca a dizer que a grande horda de caucheiros, chefiada pelo aventureiro Benjamim Maya percebeu que à navegação no afluente do Madeira haveria imprevistos, pois

³⁵ Ver em: GONDIM, Joaquim. **A Pacificação do Parintintins**: Karó dé iurapá. Comissão Rondon, nº 87. 1925, p. 6.

³⁶ As ideias filantrópicas na Amazônia consistiam-se na prática de boas ações aos olhos dos órgãos fiscalizadores do Estado, através das doações de mantimentos, ferramentas e brindes, muitas das vezes deixados próximo aos caminhos, nas barracas e em lugares por onde os índios provavelmente andavam. Ideias que fundamentavam as táticas de atração, aproximação e contato aos povos indígenas utilizadas principalmente por seringalistas a fim de escamotear suas próprias negligências. Táticas essas que não obteve êxito, pois como se verificou, os índios oscilavam em querer adquirir os “brindes” e outros momentos menosprezavam os objetos deixados pelos invasores.

³⁷ GONDIM, Joaquim, op. cit. p. 6.

³⁸ Ibid., p. 7.

quando avistou no percurso um local conhecido como barreira vermelha, esse expedicionário com sua tropa disparou a primeira descarga [...], “de chofre, os ranchinhos³⁹ que repousavam sobre o limpo do barranco como testemunhas solitárias daquele quadro desolador”.⁴⁰

Com o ataque aos ranchinhos acabou culminando com assassinatos de inúmeras famílias indígenas, silenciando-as. A matança dos Kahawíwa relatado por Gondim demonstra os objetivos dos grupos invasores, que foram o de destituir os índios de seus lares, das suas terras de caças e cultivadas, pois acredita-se que mesmo com esse massacre alguns desses nativos foram deixados vivos, como o caso de mulheres e crianças indígenas sobreviventes das balas e que passaram a serem levadas dos seus espaços sociais e familiares.

De acordo com o relatório, alguns poucos índios Parintintin indomáveis nas suas últimas opções no conflito

[...], atiravam-se do alto da barreira sobre o rio, de arco em riste, objetivando o batelão sinistro e desolador, de cujas bordas os expedicionários deflagraram os seus rifles, certamente, produzindo o aniquilamento e a morte. [...], os expedicionários completaram a objetiva empreitada, devastando as plantações e queimando os ranchinhos que encontraram sobre a sinistra barreira como corollario de uma obra que ainda revive entre as maldições da história.”⁴¹

O relatório de Godim, documento oficial do Serviço de Proteção aos Índios, elucida o fim dessa trágica interação conflitiva por meio de sua narrativa que revelou além do massacre Parintintin, em território ameríndio, no qual houve o etnocídio de uma etnia indígena, pois configurou-se a destruição da organização étnica e cultural florescente desse grupo nativo.

O interesse dos grupos peruanos em destituir esses índios de suas terras, acredita-se que o ataque desses invasores estava diretamente ligado as causas que favoreciam a apropriação das terras ancestrais indígenas pelos seringalistas, um conluio firmado secretamente entre esses grupos invasores e que transparecem nas entrelinhas desse documento oficial. Essa possível realidade retratada por este inspetor e indigenista sobre as relações conflitivas que permearam no Madeira ao Sudoeste do Estado do Amazonas do início do século XX, revelou-se ser práticas acordadas pelas frentes de expansão, que promoveu uma serie de casos de conflitos entre índios

³⁹ Caracteriza-se por construções típicas de caçada, onde árvores vivas serviam como esteios. Essas formas de habitações dos índios Parintintin, cobertas com folhas de pequena palmeira sem tronco, eram constituídas próximas às margens dos rios. Não tão longe dessas habitações, a agricultura e a pesca de subsistência eram praticadas por esse grupo de nativos. Ver em: NIMUENDAJÚ, Curt. Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas. São Paulo: ed. Layola, 1982, p. 101, 102.

⁴⁰ GONDIM, Joaquim, op. cit. 1925, p. 7.

⁴¹ Ibid., p. 8.

e invasores principalmente na entrada da zona fronteira em litígio entre Brasil e Bolívia situado no território do Alto Madeira.

Sobre essa zona em litígio, segundo a publicação no jornal, *Extremo Norte*, era considerada uma “zona rica em seringais” que em contínuas disputas no Vale do Madeira envolvendo proprietários de terras em desavenças e perseguições aos nativos indígenas. Sabe-se através desse jornal que tais práticas e ações da elite local contrariavam normas de proteção ao índio “previstas no Serviço de Catechese”, acarretando penalidades aos transgressores.⁴²

De acordo ainda com este jornal, que deixa transparecer a inviabilização das ações repressivas imputadas pelos grandes proprietários do Madeira, o que possibilitou abrir margens para outras ações de intrusão praticadas em conluio com os caucheiros peruanos, em espaços fluídos na busca dos recursos naturais existentes em terras indígenas. Estes invasores agiam penetrando no território do Alto Madeira, por rios e afluentes, nos quais promoveriam contínuos processos de exploração nos recursos naturais de forma predatória.⁴³

Sabe-se que, a denominação de “caucheiros peruanos” está ligada à construção das identidades nacionais peruanas e que por isso essa designação acabou sobrepondo as identidades étnicas desses grupos exploradores do caucho. Dessa forma, Meireles (2011) aponta que a formação desses grupos invasores estava ligada diretamente a um recrutamento de grupos étnicos contatados pela frente pioneira, como: os Ashaninka e Kaxinawá, falantes das línguas panos e aruak, grupos que ocupavam as cabeceiras dos rios Acre, Iaco, Chandles, Purus, Envira e Juruá e que integravam a “expansão da frente exploratória”⁴⁴, bem como outros índios arregimentados da região do Alto Madeira, como os Caripuna do mesmo tronco linguístico.

Portanto, na tentativa de encontrar respostas em explicar as origens desses grupos étnicos que compuseram a frente de expansão peruana no Alto Madeira, se torna complexa, a partir do ponto em que se tenta evidenciar as etnias ou grupos étnicos e não por uma análise maior, que revela uma espécie de magma de grupos panos-falantes que rasga transversalmente territórios bolivianos, fronteiras peruanas e seus limites com o Brasil.⁴⁵ Dessa forma, percebe-se que, as fronteiras étnicas e limites de encontros necessitam serem analisados em conjunto com a compreensão tradicional advinda das fronteiras demarcatórias estabelecidas pelos

⁴² *EXTREMO NORTE*: Santo Antonio Do Madeira, 1 De Novembro, nº 20, 1913, p. 2.

⁴³ *Ibid.*, p. 2.

⁴⁴ MEIRELES, José Carlos. Os Índios Isolados no Acre seus Territórios. In: **Povos indígenas no Brasil: 2006/2010**, p. 519.

⁴⁵ CÓRDOBA, Lorena; VILLAR, Diego. As estruturas de nomenclatura étnica na história dos panos meridionais. In: __Orgs. LIMA, Edilene Caffaci de; CÓRDOBA, Lorena. **Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 117

Estados Nacionais, de modo que se entenda como os acordos diplomáticos como, o “Tratado de Petrópolis⁴⁶”. Que viabilizou a anexação do Acre ao Brasil, em troca da construção da ferrovia que ligaria Bolívia e Brasil e a transferência de partes alagadiças do Mato Grosso aos bolivianos, assim como, o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas pagas pelo Brasil a Bolívia. Portanto esses acordos não deram conta de conter as diferentes intrusões de grupos maus intencionados, mas promoveria a entrada de diferentes frentes de trabalho nas paragens fronteiriças, com os agrupamentos de trabalhadores deslocados para os trabalhos na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, geograficamente situados entre o distrito de Santo Antônio no território Brasileiro a Guajará-Mirim na fronteira desse país com a Bolívia.

1.1 A Frente de trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré⁴⁷ que acarretou na vinda de diferentes levas de trabalhadores para o território do Alto Madeira, que desde 1870 iam sendo inseridos na frente de trabalho da ferrovia, com os que compunham a massa de trabalhadores na colocação dos trilhos e os que exerciam funções específicas na ferrovia, os quais incluiriam: engenheiros, topógrafos, desenhistas, funcionários de escritórios e médicos⁴⁸. Outra categoria de trabalhador a ser inserida nesse território de fronteira, eram os trabalhadores da indústria extrativa da borracha.

⁴⁶ O Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903 pelo BARÃO DO RIO BRANCO e ASSIS BRASIL, foi aprovado por lei federal de 25 de fevereiro de 1904, regulamentada por decreto presidencial de 7 de abril de 1904, incorporando o Acre como território brasileiro. Disponível em: <http://www.newmarc.com.br/drws/tratado.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2019.

⁴⁷ Os trabalhos sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré desenvolvidos por HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia de Letras, 1988. FERREIRA, Manoel, R. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Melhoramentos. 1960. NEELEMAN, Rose; NEELEMAN, Gary. **Trilos na selva: o dia a dia dos trabalhadores da Ferrovia Madeira-Mamoré**; tradução: Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: BEI comunicação, 2011. CRAIG, B. Neville. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Companhia editora Nacional. 1942. H. M TOMLINSON. **O mar e a selva**. Tradução: Hélio Rodrigues da Rocha. Ed: Paco. 2014. Esses trabalhos constituem realizações satisfatórias, sobre as transformações nas paisagens de fronteira desencadeadas a partir da construção dessa ferrovia, bem como essas obras trazem fontes documentais, fotografias, relatos de experiências e do cotidiano dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que servem como referencial e base para o desenvolvimento da pesquisa sobre a ocupação do Alto Madeira e os conflitos que foram gerados com entre indígenas e os agrupamentos populacionais que foram sendo inseridos nesse território.

⁴⁸ Todos esses trabalhadores específicos vieram dos Estados Unidos, por volta de 1908, se alojavam em Porto Velho, uma cidade que estava surgindo nessa região Amazônica e que era dotada de uma posição geográfica privilegiada, se tornaria um dos maiores centros comerciais do Vale do Amazonas. FERREIRA, Manoel R. **op. cit.**, p. 148, 174.

Segundo Rose Neeleman, “os trabalhadores eram levados para Amazônia em pequenos barcos a vapor, primeiramente até Manaus e dali até Porto Velho, a 2. 650 quilômetros do oceano Atlântico e do porto do Pará”⁴⁹. Alocavam-se na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, em acampamentos próximos aos trilhos, em um percurso que se firmaria até Guajará-Mirim.

Os grupos sociais alocados nessas regiões fronteiriças vivenciaram experiências em um ambiente engendrado por um efeito em que Francisco Foot Hardman classificaria como “um efeito fantasmagórico⁵⁰” da inserção desses homens a uma paisagem de fronteira hostil em plena selva amazônica. Esses trabalhadores que continuamente eram substituídos dos seus postos de trabalho, “levas e mais levas de homens contratados em todas as partes do mundo vinham substituir os que, tendo chegado um, ou dois, ou três meses antes, já se encontravam mortos ou completamente inutilizados.”⁵¹ E dessa maneira, a construção da estrada progredia.

Esse mecanismo que regulava as transformações nas paisagens de fronteira, foi imposto por concessionárias, que desde a primeira empreitada da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré iniciada por George Earl Church por volta de 1870, até a conclusão em 1912 pelo grupo Farquhar, que viria a assentar o “cravo de ouro” em Guajará-Mirim⁵². Todos esses espectros do capitalismo corroborariam para as transformações das paisagens de fronteira e a inserção das massas de trabalhadores em um canteiro de obras em meio ao “inferno verde⁵³”.

A experiência desses trabalhadores nas fronteiras no Alto Madeira foi bem descrita em um poema “*A terra das Seringueiras*”, escrito por R. S. Stout, e encontrado na Coleção do fotógrafo oficial da E. F. M. M., Dana Merrill, e disponibilizado no livro *Trilhos na Selva*, escrito por Rose Neeleman e Gray Neeleman. Alguns fragmentos desse poema ajudam a traçar o quadro da realidade vivida pelos trabalhadores alocados nessa espacialidade.

⁴⁹ NEELEMAN, Rose; NEELEMAN, Gary, 2011, p. 99.

⁵⁰ HARDMAN, Francisco Foot. op. cit., 1988. p. 26.

⁵¹ FERREIRA, Manoel R. op. cit., p. 272.

⁵² NEELEMAN, Rose; NEELEMAN, Gary. op. cit. p. 85 – 99.

⁵³ Esse termo adotado por Albert Rangel em seu livro, **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. Esse termo é interessante evidenciar pois corrobora com o pensamento social sobre a Amazônia em voga da virada do séc. XIX e XX, que destaca a percepção da literatura de romance em evidenciar os processos migratórios e imigratórios de grupos humanos, pensamento que tentou afirmar realidades e experiências coletivas no mundo do trabalho e no cotidiano na Amazônia. Esse termo, que fundamenta à literatura romanesca de Rangel, de certa forma foi muito influenciado pelo cientificismo evolucionista e social darwinistas desse período, que corroboraram para legitimar argumentos engendrados de preconceitos e estereótipos sobre as populações vindas de fora, quase sempre introduzindo a ideia de que eram retirantes flagelados pela seca no Nordeste, fisicamente e moralmente abalados e na condição de degradados vindo para os confins da Amazônia. De modo que, essa imposição atribuída por esse pensamento cientificista legitimaria, a exploração da mão de obra pelas concessionárias dos contingentes de trabalhadores migrantes, o que de certa forma atribuiu a uma imagem marginalizada desses trabalhadores com intuito de explorar suas forças de trabalho na demanda ferroviária.

É uma velha zona quente, a “Zona ardente”,
 Esta terra de árvores de borracha,
 De febre e calafrios e seus sacrifícios,
 Entre rios correndo para as terras baixas.
 É uma velha zona quente como o inferno,
 E não fica nada longe dos desvãos
 Onde o diabo cozinha seus fantasmas
 E dança e salta em torno de seus caixões [...]
 [...] A selva é tudo que se pode querer,
 Com seus insetos que não picam, mas mordem,
 Cobras, lagartos e jacarés aos bandos,
 Que oferecem brigas de primeira ordem.
 [...] Será que lamentamos estar aqui,
 Nesta terra de árvores de borracha?
 Chove todo dia, mas ainda bem,
 Pois o que se quer é voltar para casa.⁵⁴

O poema escrito por R. S. Stout, mostra o pensamento que ilustra o cotidiano dos trabalhadores subalternizados inseridos nesses espaços e limites de fronteiras na qual a “modernidade” promoveria não apenas as lamentações provocadas pelo desgastes físicos e psicológicos dos trabalhadores, mas como afirma o Sanitarista Osvaldo Cruz que em 1910 esteve por esses confins da Amazônia e “declarara que a malária⁵⁵ matava uma vida por dia, e inutilizava talvez dez”.⁵⁶

Esses trágicos relatos evidenciam um pouco os mundos do trabalho na Amazônia e o pensamento social que se configurou no contexto histórico no Alto Madeira no início do séc. XX, que deixou marcado memórias sociais que trouxeram à tona uma mudança brusca ou um cataclismo evidenciado pelos grupos sociais que se dirigiam a essa região insalubre.

Recuando para meados do século XIX, na qual a abordagem sobre as primeiras ocupações em torno da região do Alto Madeira, nos dizem que “essas gentes viviam espalhadas, em quase dispersão, ao logo da margem dos grandes rios. Os agrupamentos dos povoados e vilas eram de pouca monta. No Madeira, estendiam-se até Santo Antônio, onde se raia a Província com o Mato Grosso⁵⁷”. Os dados dos contingentes populacionais deslocados para a região do Alto Madeira seria uma parcela de “gentes de Cameté, Santarém, Óbidos e outros

⁵⁴ NEELEMAN, Rose; NEELEMAN, Gary (2014, p. 92 – 93) apud MERRIL, Danna. *The Land of Rubber-Gun Tree*. Collections, New York. (1909).

⁵⁵ A malária é uma doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários, transmitido pela fêmea infectada do mosquito Anafheles. A maioria dos casos de malária se concentra na região Amazônica (Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), área endêmica para a doença. Disponível em: portalsaude.saude.gov.br. Acesso em: 25 de julho de 2019.

⁵⁶ FERREIRA, Manoel R., op. Cit., p. 271.

⁵⁷ REIS, Arthur César. *Província do Amazonas*. In: REIS, Arthur César. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 217.

lugares do Pará. Vieram espontaneamente e em tal quantidade que, somados quantos lá encontrava, acendiam, só no Alto Madeira, em 1858 a cinco mil pessoas⁵⁸”. A estatística trazida por Arthur Cesar Ferreira Reis sobre a ocupação nessas paragens, soma-se com as ideias incutidas no imaginário coletivo desses sujeitos históricos que migravam por rotas e por conexões interprovinciais, e que estavam sujeitados em promessas de enriquecimento fácil, ludibriados pelos agenciadores da Companhia de Navegação do Amazonas nos portos e entrepostos nas Províncias do Norte.

Conforme aponta o professor Francisco Foot Hardman, o método de recrutamento dos trabalhadores da Madeira-Mamoré, teve “à semelhança do tráfico de escravos, envolveu agentes dedicados exclusivamente ao recrutamento, transporte e reposição contínua de estoques de trabalhadores para as companhias construtoras. Daí o trabalho compulsório, estamos a um passo”⁵⁹.

Nos anos que sucederam na década de 1870, constatamos que dentre os fluxos migratórios para rio Madeira estiveram acrescidos das primeiras levas de trabalhadores para a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Esses contingentes eram constituídos por

(...), o pessoal empregado na estrada de 800 homens, sendo 500 americanos e italianos (estes em pequeno número) e 300 bolivianos, tendo o empresário Thomaz Collins contractado ultimamente com o cidadão José Paulino won Hoonholtz a introdução de 600 brasileiros, que este cidadão foi buscar no Ceará.⁶⁰

Segundo este relatório, uma quantidade expressiva de trabalhadores deslocados para o núcleo colonial conhecido como Santo Antônio do Madeira, distrito que foi um dos pontos de locação dos contingentes populacionais e ponto de desembarque dos contingentes de trabalhadores vindos para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Os trabalhadores vindo dos Estados Unidos “(...) desembarcaram em Santo Antônio procedentes da Filadélfia 719 pessoa, inclusive seis mulheres”. Além dos trabalhadores da fronteira Brasil e Bolívia e do litoral nordestino, que “foram recrutados através de agentes locais, cerca de 200 índios bolivianos e quinhentos cearenses”. Também nas notas explicativas da obra de Foot Hardman,

⁵⁸ Ibid. p. 217.

⁵⁹ FOOT HARDMAN, 1988, p. 127.

⁶⁰ RELATÓRIO. Fala com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas o exim. O Senhor Barão de Maracajú, presidente da província. Manaus, Typ. do Amazonas, 1878. (89 AN). p. 57

afirma que “(...), quanto aos cearenses, Craig fala em quatrocentos cearenses, e M.R. Ferreira, sempre muito preciso, em quinhentos.”⁶¹

Essas categorias sociais de migrantes nacionais eram arregimentadas para compor as massas de trabalhadores subalternizados a frente da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, passaram a ser generalizados os nacionais como cearenses, pois para a empreiteira *P. & T. Collins* eram apenas corpos degenerados que iriam ser submetidos ao trabalho nas linhas férreas e quando os momentos de penúria, de moléstia os acometiam eram substituídos por outros corpos. Era uma espécie de corpo provisório a serviço da empreiteira, pois um corpo desgastado de uma viagem longa e da precariedade de sua origem logo adoeciam e eram inutilizados.

Segundo o relatório da Província do Amazonas, percebe-se que as condições de trabalho impostas pela empresa *P. & T. Collins* aos trabalhadores subalternizados era um motivo de insatisfação, o que acarretou para uma “revolta contra o empresário da estrada de ferro Madeira-Mamoré”. Sendo está revolta contida por uma guarnição policial enviada pelo presidente da província do Amazonas, no qual culminou com “a prisão de nove indivíduos cabeças de tal sublevação”.⁶²

Os principais meios de locomoção dessas gentes eram feitos por navios a vapores de linhas administrados por particulares nacionais, com que transportavam essas gentes para o Alto rio Madeira. Logo se percebe que para compor essa mão de obra, era necessário mais contingente de trabalhadores; pois o decreto de Decreto de 1866, que abriu a navegação no rio Amazonas a todas as bandeiras, as rotas de navegação para o rio Madeira foram sendo ampliadas a navios de bandeiras estrangeiras⁶³. No decorrer da abertura da navegabilidade do Rio Amazonas e seus tributários, os navios de bandeiras estrangeiras passaram fazer o mesmo percurso dos navios de bandeira nacional, o que gerou um maior fluxo no rio Madeira.

Neste sentido, a abertura da navegabilidade promoveu uma dinâmica dos deslocamentos populacionais, em um mecanismos que moviam as massas a adentrar os novos espaços fronteiriços, e as consequências disto além do trabalho compulsório análogo a um regime de escravidão, foram as contendas e conflitos com os povos indígenas que já ocupavam aquele território. Assim como, a insalubridade do lugar, as doenças tropicais e outras mazelas faziam

⁶¹ HARDMAN. 1988, p. 130, 238.

⁶² Ver em: Anexo: Relatório da Secretaria de Polícia da Província do Amazonas. Disponível em: Fala com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas o exim. O Senhor Barão de Maracajú, presidente da província. Manáos, Typ. do Amazonas, 1878.

⁶³ PALM, Paulo Roberto. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro, 2009.

da ocupação definitiva e da exploração dos recursos naturais um desafio para os que se arriscavam a adentrar os espaços hostis do Alto Madeira.

O percurso que compreende a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, entre Guajará-Mirim e Santo Antônio, tinha uma extensão de 400 quilômetros, na qual existia mais de vinte cachoeiras, nessa espacialidade, existia territórios indígenas contrários ao avanço adventício, no início do século XX, no ano de 1909, a cidade de Porto Velho estava sendo erguida e abrigou uma população de aproximadamente mil pessoas, esta localidade, assim como, Santo Antônio e São João do Crato, seriam localidades onde a incidência ataques perpetrados por índios ganharia maior expressividade, tanto nos documentos oficiais, nos relatos de viajantes, quanto nos jornais da época.

Procuramos evidenciar a ofensiva do índios Parintintin nessa região fronteira do Alto Madeira, pois como a derrubada da floresta do território que as populações indígenas ocupavam e a crescente presença de novos agrupamentos populacionais, desencadearia expressivos conflitos entre índios e não-índios. Assim como, nesse contexto, localidades como a Porto Velho foram sendo construída em uma área de alguns alqueires em que “iniciaram as empresas norte-americanas a construção das instalações necessárias para moradia do pessoal categorizado”⁶⁴ da ferrovia Madeira - Mamoré. Essa frente de trabalhadores viria a ser composta nesse segundo momento, por diferentes povos de outras nacionalidades, como os trabalhadores provenientes de “Barbados, Trinidad, Cuba e outras ilhas do Caribe; os espanhóis da Galiza [...]”⁶⁵ entre outros.

Um evento que mexeu com a mobilidade do rio Madeira na primeira década do século XX, foi a forma de contratação de mão de obra para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, de acordo com o periódico *The Porto Velho Marconigram* que publicou uma matéria sobre um episódio de conflitos entre estrangeiros e índios. Esse episódio citado por Neeleman Rose em seu livro, *Trilhos na Selva*, demonstra além das contendas, um caso em que exemplifica a relação de trabalhadores da EFMM em uma situação de agenciamento, que culminou com a morte de um grupo de alemães pelas mãos de nativos nas fronteiras culturais no Alto Madeira.

A narrativa construída pelo jornal demonstra a desilusão que se foi percebendo na trajetória que os levariam a atravessar o vasto território e perceber que as espacialidades iam se

⁶⁴ Ver em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Edições melhoramentos, 1960. p. 248.

⁶⁵ Ver em: NEELEMAN, Rose. **Trilhos na selva: o dia a dia dos trabalhadores da Ferrovia Madeira-Mamoré**; tradução: Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: BEI comunicação, 2011. p. 131, 2011.

tornando mais perigosas e amedrontadoras a cada trecho percorrido. O desembarque destes trabalhadores alemães em Porto Velho, segundo o jornal, “recusaram-se a desembarcar e só o fizeram depois de cumpridas algumas exigências, em que se fez acompanhar da notícia de que nenhum alimento seria enviado ao barco.” Dessa forma, os impasses estavam levando o que seria uma eventual contratação de trabalhadores, passaram para o extremo de um possível conflito armado por comida, entre alemães e os funcionários alocados em Porto Velho. Segundo ainda o jornal, a visão de “civis armados provocou efeito esperado, e nesse momento as autoridades assumiram uma postura conciliatória e aceitaram algumas exigências dos alemães, evitando que mergulhássemos em uma guerra civil na selva.”⁶⁶ Apesar do caráter conciliatório, poucos alemães decidiram ficar, conforme trata o Jornal, logo depois desse episódio,

[...] *um grupo de nove homens* tentou navegar em uma jangada improvisada. Nunca mais foram vistos; cinco deles tiveram a cabeça encontrada tempos depois, flutuando no rio. A chance de chegar à costa numa jangada era mesmo pequena na terra dos jacarés e dos mosquitos, mesmo que não fosse preciso atravessar o território dos hostis índios *parintintins e dos cangas-pirangas (cabeças vermelhas), no rio Jamari*. Quando o governo alemão soube do ocorrido, pôs fim a esse tipo de imigração. Mais ou mesmo na mesma época, ao saber das doenças, das mortes e de outros problemas, vários outros países também *proibiram a imigração* de seus cidadãos para trabalhar na Madeira-Mamoré, entre os quais Portugal, Espanha, Itália e até mesmo Cuba.⁶⁷

Os desentendimentos que ocorriam na localidade de Porto Velho acabaram produzindo receios à mobilidade no Madeira; a proibição dos governos estrangeiros de agenciar trabalhadores partiu da intencionalidade do jornal em evidenciar as atrocidades emplacadas pelos nativos, mencionando os grupos étnicos Parintintin e os Cangas-Pirangas como prováveis suspeitos de assassinar os cinco alemães desertores, pois a acusação se baseia nos vestígios da atuação guerreira indígena, um padrão semelhante aos atos perpetrados por subgrupos nativos que pertencem a família Tupi-Kawahiwa, os cortadores de cabeça.

Portanto, a ocupação e o formação de núcleos colônias estavam correlacionadas com ao projeto da construção ferroviárias em conjunto com as políticas de incentivo a povoação. Políticas essas que iniciaram ainda em meados do século XIX, pelo tratado de 1967, onde constituiu-se limites fronteiros entre o Império brasileiro e a república da Bolívia. Esse último país detentor de uma das melhores reservas de látex do mundo necessitava de uma artéria que

⁶⁶ Ibid., p. 134.

⁶⁷ Ibid., p. 136.

pudesse levar seu produto altamente valorizado para os mercados estrangeiros e via na ferrovia um investimento necessário para tal abertura de sua comercialização.

Em meio a esse contexto de conflitos e resistências, os acordos diplomáticos não chegaram a incluir negociações com os povos nativos do Alto Madeira, criando assim, demarcações sobrepostas às conhecidas e reivindicadas pelos índios, gerando com isso conflitos e resistências nativas, nesse território litigioso que transpassava de fato as linhas demarcatórias estabelecidas pelos Estados Nacionais e por seus núcleos de povoamento, que foram sendo criados para suprir a necessidade da presença do Estado em seus limites e no fortalecimento das suas fronteiras nacionais.

1.2 Santo Antônio: um núcleo de ocupação no Alto Madeira e a questão indígena



Figura 1. Desenho do vilarejo de Santo Antônio, situava-se a margem no rio Madeira, tendo uma ilha em frente. (Gravura do livro “*Upon the Amazon and Madeira Rivers*”, de *E.D. Mathews*).

Dentre os pontos fronteiriços importantes em meados do Século XIX, encontrava-se o núcleo colonial ou vilarejo denominado de Santo Antônio do Alto rio Madeira, este, por exemplo, que ficava a 611 milhas de distância da capital *Manáos*, era um local de importante estratégia para governo amazonense, pois era o principal ponto de onde desembarcavam e

embarcavam as populações e mercadorias negociadas no limite fronteiro entre Brasil e Bolívia.

Segundo Fonseca (2018) as explorações desse rio se davam por meio das expedições de navios, como a que partiu de Belém por meio do vapor “Guajará”, e em 1861, a expedição comandada pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho que partiu de Manaus no vapor “Pirajá”. Ambas as expedições teriam como objetivo encontrar os melhores locais para a instalação de colônias de povoamento e de exploração dos recursos naturais existentes naquela região.⁶⁸ De acordo com Arthur Cesar Ferreira Reis (1989) em 1867, a exploração desse território foi realizada pelos alemães, José e Francisco Keller e que por ordem do governo central procuraram estudar possibilidades de construir uma estrada de ferro, da primeira à última cachoeira. Neste sentido, as modalidades de “colonização” no Alto rio Madeira estavam destinadas tanto para a formação de núcleos colônias de povoamento, quando da exploração dos recursos naturais e ainda sobre o bojo da construção ferroviária.

Dessa forma, emergi o vilarejo de Santo Antônio do rio Madeira, que bem antes de ser ponto e distrito de fronteira estratégico, que ligava os limites entre Brasil a Bolívia, fora habitat dos índios Pama e Caripuna, grupos étnicos que predominavam na região⁶⁹, além dos temíveis índios Parintintin, este último grupo teve uma participação política atuante na região na tentativa de desorganizar as frentes de expansão e ocupação no Alto Madeira. É o que afirma o relatório do presidente da província do Amazonas de 1870, citamos um trecho do referido documento.

A 18 do mesmo mês, no Distrito de Santo Antônio no rio Madeira, os índios Parintintins acometeram, na foz do rio Machado, uma canoa tripulada por três pessoas, duas das quais assassinaram á flechadas, conduzindo os cadáveres para suas festanças de costume.⁷⁰

Esses encontros entre culturas distintas revelam nos primeiros momentos, práticas culturais estranhas, referida nas memórias do documento oficial. Percebe-se o quanto de impactante a representação, as práticas e os costumes dos “Parintintins” foram banalizadas (no

⁶⁸ FONSECA, D. R. da. **Crato, Santo Antônio e o rio Madeira no contexto da economia da borracha**. *Novos Cadernos NAEA*, v. 20, n. 2. 2017. p. 77.

⁶⁹ Ver em: HUGO, Vitor. **Desbravadores**. vol. I e II. Amazonas. Ed. Da Missão Salesiana de Humaitá. 1959. p. 163.

⁷⁰ AMAZONAS (Província), **relatório lido pelo exm. O Sr. Presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 25 de março de 1870**. Manaus typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870, p. 11. Ver em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/79/000010.html>>. Acesso em: 08 de jan, de 2018.

referido documento. Os motivos que levaram os índios a assassinar os habitantes residentes nesses espaços históricos não foi mencionado no referido documento, mas possivelmente seria uma forma de resistência dos povos nativos ao avanço adventício. O referido documento ainda revela uma descrição detalhada dos corpos sendo conduzidos para “suas festanças” e que pode ser interpretada como uma forma de antropofagia, um costume em comum que se assemelha as práticas dos antigos povos Tupi, que ainda eram propagadas por índios Tupi que viviam nas proximidades do rio Machado e áreas circunvizinhas ao vilarejo. O que possibilitou dizer que avanço e ocupações por populações nesse núcleo e entreposto próximo aos territórios Kawahíwa, se propagava, assim como o pânico da populações desse local em saber o que os espreitava pelas matas.

Para Graig (1947, p. 338), que fez parte de uma equipe de agrimensores responsáveis pelas primeiras demarcações de terra na região do Madeira, em (1878), Graig em seu livro cita o relatório do agrimensor Keller, que esteve nessa região anos antes. Nesse relatório, Keller afirma que, alguns ingleses teriam sido atacados em Santo Antônio por índios, e detalha a prática cultural desse grupo sendo entendida como “maus costumes”, e se refere ainda ao subgrupo Kawahíwa como “os tristemente famosos Parintintins, hordas antropófagas, sempre prontas a roubar e assassinar”.

No entanto essa visão hostil e eurocêntrica sobre os Parintintin foi ressignificada em especial por uma literatura de ficção sobre a Amazônia elaborada pelo um viajante literário, o inglês H. M. Tomlinson, em 1910 quando este esteve nos confins do rio Madeira e desenvolveu a partir dessa viagem, a obra *O mar e a Selva*, na qual narra um encontro apaziguador entre o coronel George Earl Church com nativos Parintintin nas redondezas da povoação de Santo Antônio do Rio Madeira. Esse encontro narrado por Tomlinson, parte de uma de suas consultas a um documento iconográfico que ele teve acesso quando jazeu naquela povoação, referindo-se a partir disso a uma provável reciprocidade de Church com os índios:

De fato, descobrimos uma fotografia do coronel no dia primeiro de novembro de 1871, solenemente cortando o primeiro relvado de sua ferrovia, na presença de um grupo de indígenas, com a selva ao seu redor, que tinha resistido desde o início do empreendimento ferroviário. O que os indígenas pensavam sobre essa questão não está registrado. De qualquer forma, eles parecem ter se divertido com o homem apaixonado, que parou para cortar uma quadra de relva na terra dos Parintintin [...].⁷¹

⁷¹ H. M. TOMLINSON, 2014, p. 182.

A representação elaborada por Tomlinson sobre a interação entre Church e os índios, parece conduzir a uma ideia de reciprocidade para com os nativos no contexto do início da construção ferroviária, dando a entender que a instabilidade em territórios hostil passou a ser controlada pelos agentes da empreitada. Outra característica da literatura ficcional de Tomlinson foi a de revelar que esses índios eram “[...] homens que andavam completamente nus e faziam instrumentos musicais com as tíbias de suas vítimas [...]”⁷². Por meio dessa explicação simbólica deturpada do autor ao referir-se as flautas Parintintin que teriam ligações com as práticas ritualísticas da antropofagia, mas deixa de salientar que este instrumento musical representa um símbolo da cultura material desse povo.

Essa literatura imaginativa sobre uma possível realidade recíproca entre índios e invasores, não condiz com os indícios, os de que nessa região fronteira foi uma zona de conflito, onde as conexões comerciais da borracha se davam, principalmente entre o vilarejo de Santo Antônio a Guajará-Mirim. Pois não se pode escamotear tais indícios verificados no decorrer das mais de quatro décadas que culminaram para concluir a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no meio da selva Amazônica e seus mais de 366 quilômetros de trilhos firmados, em uma espacialidade insalubre, repleta e doenças tropicais fosse uma área isenta de qualquer conflito, aja vista que nesse território foi palco de inúmeras represálias comandadas tanto por nativos quanto por intrusos que arriscavam a adentrar os territórios nativos.

Casos como dos trabalhadores da E.F.M.M., vindos de todas as partes do mundo se direcionavam para o porto de Santo Antônio, com o objetivo de compor o quadro de trabalhadores na construção da

[...] linha férrea que projetada atravessava uma zona completamente deserta, improdutiva e com poucas probabilidades de povoar-se, por causa da inclemência do clima, e, sobretudo pela existência, nessa região, de uma grande tribo de índios ferozes antropófagos e conhecidos pelo nome de Parintintins. [...] as empresas americanas sofreram com as correrias inesperadas desses índios não de pequenos prejuízos materiais, tendo sido de sessenta o número de baixas no seu pessoal, mau grado estarem os acampamentos vigiados dia e noite, por uma força bem armada e municada.⁷³

O pensamento social viria concluir que esses espaços eram habitados e não vazios habitados por povos guerreiros que tinham costumes ritualisticamente de comer carne humana, um dos motivos que deixavam a todos os sujeitos vindos de fora perplexos, não apenas no

⁷² Ibid., p. 182.

⁷³ JARAMILLO, Heliodoro. **Breve notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira – afluentes do Amazonas**. Manaus: edições Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Cultura. 2004, p. 32.

pensamento dos trabalhadores nacionais e trabalhadores de outras nacionalidades⁷⁴ que se fixavam nos acampamentos à beira da estrada de ferro, como também alguns “estrangeiros, que ali possuíam vastos lotes de terras e seringais”⁷⁵. Essas ocupações desenfreadas que o “progresso” e a “modernidade” traziam, promoveria ondas de notificações de inúmeros casos de atentados perpetrados por nativos indígenas, em particular por ataques dos índios Parintintin. Esses ataques provocados por nativos produziram prejuízos em parte, na mobilidade e no tráfego de pessoas e mercadorias principalmente pelo lado direito do rio Madeira, onde se localizava os vilarejos como o de Santo Antônio e o seringal Três Casas.

A tentativa de *conctatar* a etnia Kawahíwa-Parintintin no território do Madeira, estava de certa forma alinhadas as estratégias políticas pacificadoras do governo brasileiro para àquela região limítrofe. Visto que, a relação entre Estado e grupos hegemônicos acordadas entre si, onde se elaboravam estratégias para inserir agrupamentos populacionais nas regiões fronteiriças, e amenizar as interações hostis entre grupos distintos e indígenas, relações sociais permeadas por conflitos e resistências à entrada de grupos estranhos nos espaços de domínios nativos, o que eventualmente promoveria de imediato, as relações sociais antagônicas que persistiram ainda por toda segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Observou-se nesse período também, as relações estratégicas entre: empreiteiras destinadas a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e as empresas seringalistas que estavam diretamente ligadas ao Estado, tornaram-se poderosas lucrando com a exploração dos recursos naturais extraídos das terras pertencentes aos povos nativos.

Outras experiências de contato produziram inúmeros relatos da “inconstância” de grupos étnicos Parintintin em se infiltrarem nos espaços ocupados pelos novos moradores que migravam em direção ao Madeira, essas instabilidades foram retratadas por viajantes em seus diários de bordo, assim como por padres dispostos a conter a sublevação indígena, também por recenseadores, topógrafos, exploradores de afluentes, que produziram narrativas literárias, que mostram o cotidiano desses sujeitos, nos espaços de sociabilidade: em vilarejos, nas canoas tripulada, nas casas dos seringalistas, no paiol que era levado o látex extraídos com a sangria da *hevea brasiliensis*, em barracões onde as mercadorias eram comercializadas, nas barracas e

⁷⁴ Os trabalhadores estrangeiros da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré eram constituídos de várias nacionalidades. O contingente maior era procedente das Antilhas e Barbados. Vinham em segundo lugar, os espanhóis, e em menor número, gregos, italianos, franceses, hindus, húngaros, poloneses, dinamarqueses, bem como trabalhadores que tinham experiências na construção do Canal do Panamá e cubanos que tinham prestado serviços na estrada de ferro em Cuba. Todos esses contingentes de trabalhadores vinham esporadicamente para Porto Velho (que estava sendo fundada) e Santo Antônio (que nesse período era um distrito), ambos núcleos populacionais localizados no Alto rio Madeira. Ver em: FERREIRA, M. R. 1960, p. 216, 218.

⁷⁵ JARAMILLO, Heliodoro, op. cit., p. 33.

acampamentos, espaços de entrepostos para os diferentes grupos sociais e com culturas distintas. Foram esses espaços percorridos que se estabeleceram os encontros socioculturais que se contrastavam ou hibridizavam.

Um exemplo desses espaços de sociabilidade mais enfatizados pelos viajantes continuou sendo o distrito de Santo Antônio do rio Madeira, no qual Tomlinson, descrevera como um “local que parece remoto, até no mapa. O sinal que representa a vila é captado numa curva central da rede hidrográfica da floresta amazônica”⁷⁶. Segundo ainda o relato desse viajante romancista que esteve em Santo Antônio em 1910, descreveu esse lugar como “muito além da última onda do tráfico e em paz, de onde aquela melancólica inquietude, aquela emanção sombria que se elava na terra amarga em que milhares têm suas casas seus problemas e suas disputas”⁷⁷. Essa literatura deixa transparecer o pensamento social do autor sobre essa região específica da Amazônia, uma visão de um lugar que não teria as qualidades acolhedoras para os viajantes e trabalhadores desfrutassem de momentos bons e esquecessem os momentos conturbados do dia a dia, pois os momentos do cotidiano no Madeira eram para Tomlinson conflituosos, em todos os níveis.

Rio acima, o Madeira era composto por diversas cachoeiras. Essa região próxima aos limites litigiosos acreanos, bolivianos e peruanos que se estendiam por toda uma região que compreendia os rios Juruá, Purús, Ucaiali e Madre-de-Dios; rios nos quais conectavam histórias de diversos povos nativos por paisagens de fronteiras. Esse processo se alterou com o colapso da borracha na Amazônia, por conta da sua desvalorização nos mercados internacionais no ano de 1913 e a produção em larga escala da borracha com baixos preços produzida na Malásia. Na Amazônia a procura por novas áreas extrativas da *hevea brasiliensis* e pelo estabelecimento de núcleos de ocupação, acabou estimulando grupos sanguinários a se expandirem cada vez mais para territórios ocupados por grupos étnicos.

O povoado denominado de Santo Antônio do Madeira fora conhecido como um lugar de contínuos extermínios de contingentes de trabalhadores. De acordo com os registros médicos da época, “cerca de 6,500 trabalhadores morreram na obra, mas este número é bem maior, porque havia maquiagem nos registros do Hospital da Candelária⁷⁸ e outros morreram depois

⁷⁶ TOMLINSON, H. M. 2014, p. 272.

⁷⁷ Ibid., p. 275.

⁷⁸ O hospital da Candelária abrigou um grande coeficiente de doentes do Madeira-Mamoré. O hospital ficava poucos quilômetros de Porto Velho, e sua infraestrutura era constituída por quinze edifícios, onde recebia a maioria de doentes de malária e impaludismo, doenças que deixavam inabilitados para o trabalho tanto os trabalhadores estrangeiros quanto os nacionais. Ver em: Hugo, 1959, p. 60.

de terem sido demitidos⁷⁹”. Além disso, os mais de 10 mil índios caripunas que não foram incluídos nessas estatísticas mórbidas.



Figura – 2. Cachoeira de Ribeirão, uma das várias cachoeiras no alto rio Madeira, percebe-se a dificuldade de acesso à região fronteira Brasil e Bolívia. A figura representa uma embarcação (igarité ou úba) é sustentada, na descida, por um homem que segura uma corda. Veja-se, nas pedras e dentro d’água, os tripulantes observando a descida, prontos para entrarem em ação. Em geral, eram índios bolivianos e escravos africanos. Gravura do livro de Herndon e Gibbon, de 1851 apud REIS, Manoel Ferreira. 1959.

1.3. Da origem à decadência do povoado de São João do Crato no rio Madeira

Outras formas de locação e pontos de referências espaciais se mostravam necessários para situar as localidades, pois se tornavam referências espaciais ou entrepostos para as rotas e acessos a outras espacialidades fluídas. Um descampado ou um agrupamento de barracas já eram um sinal de povoado, como por exemplo, o povoado de *São João Batista do Crato*, a 448 milhas de distância da capital *Manáos* que teria uma importância para a mobilidade e proteção nas fronteiras do Alto Madeira.⁸⁰

⁷⁹ ARANDA, Ana. **Índios, negros escravos, arigós e trabalhadores de diversos países sustentaram a economia de Rondônia.** Disponível em: <<http://www.amazoniadagente.com.br/indios-negros-escravos-arigos-e-trabalhadores-de-diversos-paises-sustentaram-a-economia-de-rondonia/>>. Acesso em 25 de julho de 2017.

⁸⁰ Ver em: Relatório de Presidente da Província do Amazonas, 1870.

Existente desde 1755 por conta da criação nesse povoado de uma paróquia “à lá Pombal” na confluência do rio Jamari com o rio Madeira. Em 1808, ano em que se dirigiram para esse povoado “degredados, ciganos e portugueses moradores do rio Negro. Só no ano seguinte subiram para lá os colonos fundadores”.⁸¹ Segundo Hugo (1959), a povoação de Crato foi entregue à direção do Ouvidor da Companhia do Rio Negro, Luiz Pinto Siqueira sendo este substituído por consequência de um enfermo pelo Capitão Marcelino José Cordeiro.

Outra versão sobre as origens de Crato é relatada no livro, *História do Nosso Chão*, do memorialista e historiador, Arindal Vinícius da Fonseca Reis, que segundo este autor, Crato fora fundada por uma Resolução Provincial, assinada pelo então governador da Província do Grão-Pará, Dom Francisco de Souza Coutinho. Esta freguesia foi criada, por ser um ponto estratégico e propício a facilitar transações comerciais com as províncias do Pará, Mato Grosso e Goiás, além de ser um ponto fronteiriço entre o Brasil e a Bolívia.⁸²

Tanto Vitor Hugo (1959) quanto Reis (2004) convergem em dizer que a presença de militares brasileiros nessas paragens fronteiriças seria de importância ímpar para a proteção das fronteiras interprovíncias, bem como era lá que fora estabelecido o registro de ouro para a canoas que desciam de Mato Grosso. Neste sentido, os dois autores através de seus argumentos legitimam a presença e a participação do Brasil na consolidação e formação de suas fronteiras nacionais em detrimento as fronteiras étnicas que vinham sendo cada vez mais acudadas com o processo de expansão civilizatória.

De acordo ainda com o memorialista Hugo, a Colônia de Crato fora fundada para “livrar os moradores das correrias dos índios Juma”⁸³. Essa afirmação mostra que os povos indígenas foram analisados por um viés dominante que agrega conceitos e preconceitos a fim de consolidar a imposição do Estado, de suas fronteiras nacionais em oposição às fronteiras indígenas.

Não só os índios que foram desfavorecidos com essa imposição do Estado, como também as populações que se inseriam nesses espaços, a maioria homens e mulheres “desterrados” e pouco acostumados a agricultura que habitavam barracões no povoado de Crato. Uma das peculiaridades do povoado a atrair as atenções, é que em Crato por volta de 1828 havia um “barracão chamado de Vila Mazagão, para escravos fugitivos”. E que teria sido incendiado a mando do sargento Manoel Batista de Carvalho, por medo de que essas populações

⁸¹ Ver em: HUGO, Vitor. **Desbravadores**. vol. I e II. Amazonas. Ed. Da Missão Salesiana de Humaitá. 1959, p. 133.

⁸² REIS, Arindal. **História do nosso chão**. Amazonas: Manicoré, 1.ed. 2004, p. 21.

⁸³ Ver em: HUGO, Vitor. **Desbravadores**. vol. I e II. Amazonas. Ed. Da Missão Salesiana de Humaitá. 1959, p. 133.

se revoltassem contra ele.⁸⁴ Percebe-se a presença da diversidade de grupos sociais nesse lugar, que de certa forma eram perseguidos por algozes a serviço do Estado, nos quais teria a função, além de aplicar leis e penalidades, a de se alocarem nas protuberâncias a fim de impor limites e construir fronteiras nacionais.

Perceber os desdobramentos em que envolveram a dinâmica de contato e conflito nas fronteiras de encontros e confrontos, verificou-se que as entradas de diferentes grupos sociais e militares, desencadearam processos de ocupação nas regiões do Alto Madeira, corroborando para à descolonização de outros sistemas de povoamento nativo, como a descolonização das aldeias, fazendo com que os índios adentrassem mais as florestas deixando de habitar as margens do rio Madeira e de seus principais afluentes.

A tentativa de criar um núcleo colonial de fronteira através de diferentes agrupamentos populacionais culminou para que Crato passasse a ser fadada a “um lugar de desterro para onde eram enviados os indesejados, que segundo a tradição popular eram lançados aos calabouços, (um buraco profundo no solo, de onde jamais saíam)”.⁸⁵ Nesse processo de formação, Crato, no ano de 1859, por meio de uma resolução, passa a ser Freguesia, ocupando uma extensa área que abrangia toda a região de Maturá na fronteira regional com a Freguesia de Borba⁸⁶. São João Batista do Crato passou a ter diferentes paradeiros espaciais, desde quando foi fundada nas afluições do rio Jamari com o rio Madeira, até sua transferência para a povoação de Baêtas na foz do rio Manicoré.⁸⁷

Segundo Reis (2004), esse processo de transferência da freguesia de Crato não se desenvolveu como era o esperado, motivado pela insalubridade do clima e o constante surto de doenças, como a “Malária”, a hidropisia “barriga d’água” e por último a povoação foi assolada por uma terrível epidemia que quase dizimou a população. Essas causas culminaram com que Crato tivesse constantes mudanças de sítio, ocasionando o deslocamento dos diferentes agrupamentos populacionais de uma espacialidade à outra. Por motivos os mais diversos, esses deslocamentos forçados ocorriam a fim de dar uma maior seguridade as pessoas que lá residiam, por conta não apenas dos surtos de doenças, mas também pelas investidas de grupos nativos aos agrupamentos que viriam a ser constituídos a partir do processo de deslocamentos forçados.

⁸⁴ Ibid. p. 135.

⁸⁵ Ver em: ALMEIDA, Raimundo Neves de. **Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá**. 1ª ed. Porto Velho (RO), 1981, p. 33.

⁸⁶ Resolução nº. 96 de 4 de julho de 1859 e LEI provincial nº 106 de cinco de dezembro de 1860 que transferi a sede da freguesia de Crato para a localidade de Baêtas; Lei provincial nº 177, 6 de julho de 1868, que transferiu Crato de Baêtas para Manicoré. Hugo, Op. Cit. p. 136.

⁸⁷ Lei nº. 106: de 5 de Dezembro de 1860.

Outra transferência de Crato, agora de Baêtas para o povoado de Manicoré, foi desencadeada pelo fenômeno da vazante e enchente do rio Madeira que ocorreu em áreas de várzea localizadas nesse rio e no seu afluente, o rio Manicoré. Segundo Reis (2004), o Madeira, é um

Rio de águas turvas, de um amarelo barrento no período das enchentes, que ocorre nos meses de outubro até abril de cada ano em cuja época corre seis milhas horárias, lambendo as margens com indescritível violência, demolindo ilhas, arrancando árvores das margens, arrastando-as para longe, provocando inundações, alagadiças, fortes corredeiras e rebojos, derrubando, formando o *fenômeno das terras caídas*, levando quase tudo que se antepões a sua frente, deixando em calamidade as comunidades rurais.⁸⁸

Esses fenômenos como o das terras caídas, acredita-se que gerou para Crato diversos desastres naturais e de erosão prejudicando a infraestrutura dessa Freguesia localizada em Baêtas levando a diversos problemas como a mobilidade e desagregação das populações das margens dos rios que sofreram com esse processo de erosão dos taludes e encostas dos rios.⁸⁹ Dessa forma, determina-se a criação de outra lei provinciana de 1868, que transfere as populações de Baetas para a sede da freguesia de Manicoré⁹⁰. Dessa forma, ao longo dos anos Crato foi perdendo influência, passou a ser uma simples freguesia que fora esquecida e integrada a Manicoré, o que resultou em “uma insignificante expressão patomográfica”⁹¹, ou para além disso revela que, as fronteiras são constituídas de acordo com uma dinâmica estabelecida por relações sociais, políticas, culturais e naturais nos quais se motivavam por necessidades de sobrevivência e adaptação ao tipo de ambiente, estes fatores moldaram as fronteiras sociais e étnicas e os ambientes de paisagens.

Portanto, nessa perspectiva mais ampla, possibilitou investigar o panorama em que os diferentes grupos sociais que iam se alocando ou se dirigindo aos espaços históricos do Alto Madeira, com suas diferentes identidades nacionais, esses trabalhadores e povoadores deslocados de outras regiões com o objetivo de obter melhores condições de vida, muitas das vezes eram enganados por agenciadores e outras vezes forçadamente deslocados de seus locais

⁸⁸ REIS, 2004, p. 18.

⁸⁹ Trabalhos sobre os fenômenos das terras caídas são encontrados em textos que abordam a geografia física da Amazônia, como: SIOLE, Harald. **Amazônia**: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Tradução de BECKER, Johann. Petrópolis: Vozes, 1985. E no artigo de: CARVALHO; CUNHA. **Terras caídas e consequências sociais na costa do Miracauera, município de Itacoatiara – Amazonas, Brasil**. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011, pp.1 – 16.

⁹⁰ Lei nº. 177 de 6 de Julho de 1868. Anos mais tarde pela Lei nº 362, de 4 de Julho de 1877, Manicoré passa a ser freguesia.

⁹¹ Ver em: HUGO, Vitor. **Desbravadores**. vol. I e II. Amazonas. Ed. Da Missão Salesiana de Humaitá. 1959, p. 137.

de trabalho, como os motivados por questões de conflitos com os indígenas, já que estes últimos tinham uma relação com essas territorialidades ocupadas da forma de pertencimento.

Neste sentido, as relações sociais nesses territórios de fronteira, bem como os modos de vida dos sujeitos históricos vindos de fora foram sendo hibridizados por esses fatores, ou então levando muitos destes a desertarem de seus postos de trabalho se dirigindo de volta as suas terras natais ou morrendo no caminho na volta para seus lares, por conta das diferentes moléstias que os acometiam nos espaços de fronteira ou pelas ações indígenas. Por outro lado, os grupos indígenas que se opunham à lógica de ocupação e expansão do Estado e de suas fronteiras nacionais, se utilizavam das interações hostis e de guerra contra os novos ocupantes afim de rechaça-los dessas territorialidades.

Portanto, esses índios que ocupavam àquela região, em especial o índios Parintintin, mantinham vivos entre eles à lógica da manutenção de suas fronteiras étnicas, pois as interações conflitantes efetuadas por eles na forma de guerra e resistências registradas pelas fontes históricas corrobora como indícios dessa manutenção. Por isso, os subgrupos Parintintin foram considerados como os principais causadores das decadências dos núcleos colônias nas terras de fronteiras, resistindo até aos ataques de caucheiros, assim como ao avanço das empreiteiras ferroviária e das populações dos núcleos fundados nos espaços madeirenses.

No capítulo seguinte que aborda mais analiticamente como se deu a construção de pertença das territorialidades pelos índios do Madeira, que pelas vias das *guerras interétnicas* marcadas pelas conhecidas *correrias de índios* entre os territórios do Tapajós ao Madeira, entre o início do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Por uma perspectiva da temporalidade de longa duração, são traçados os caminhos da guerra interétnica, e a presença dos olhos do Império brasileiro, compostos por índios cristianizados, agentes e religiosos na frente dos processos de domínio dos territórios nativos, pela intrusão, tutela e catequese religiosa.

CAPÍTULO II

2. MIGRAÇÃO, GUERRA E A ETNOGÊNESE *KAWAHÍWA-PARINTINTIN* NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

O território que compreende o interflúvio Tapajós-Madeira em meados do século XIX, foi palco de guerras e contendas relatadas pelos viajantes que circularam nessa zona de contato hostis e multiétnica. Nessa região que foi sendo intensificados os avanços pelas frentes de exploração do extrativismo que tiveram como predomínio os interesses de grupos hegemônicos em explorar os recursos naturais existentes nessas paisagens de fronteiras e em disputas, o que contribuiu para que se firmassem alianças políticas entre invasores e índios cristianizados em prol de combater grupos étnicos considerados hostis e que eram contrários aos avanços do extrativismo da borracha. Casos como da etnia Mundurucu, aliados do governo imperial brasileiro e cristianizados⁹², que preponderantemente ocupavam vastas áreas do interflúvio Tapajós-Madeira. Além dessa etnia que habitava na *Mundurucânia*, outros grupos nativos que ocupavam esse território étnico fragmentado, como: os Juma, os Maué, os Pama, os Parintintin, os Mura, os Andirá, os Arara, os Tora entre outros.⁹³

Neste sentido, a ênfase recaía em entender o complexo processo de construção discursiva sobre a etnogênese⁹⁴ e os mitos relacionados aos índios *Kaháíwa-Parintintin*⁹⁵, que

⁹² Ao índios Mundurucú por serem o maior grupo étnico que habitou o interflúvio Tapajós-Madeira, região no que nos sécs. XVIII e XIX era conhecida como Mundurucânia, foram incorporados ao processo de catequização instaurado pelas missões religiosas. Estes índios ao serem iniciados nos ritos de passagem como o batismo e o casamento, acabariam sendo inculcando neles simbologias de servidão e tornando-os súditos dos Império. Essa forma de incluí-los no projeto hegemônico do Estado Nacional, se deu por conta das suas utilidades na Guerra, como forças militares que prestavam subserviências tanto aos religiosos quanto aos agentes do Império, recrutando-os militarmente estes índios cristãos para combater e rechaçar grupos étnicos rivais, hostis a presença do Estado e das missões religiosas nessas paragens.

⁹³ Fragmento textual reescrito a partir de CAZAL, AYRES *apud* TOCANTINS, 1877, p. 91.

⁹⁴ Para Monteiro (2001, p. 56) o termo “etnogênese” ganha novos sentidos quando pensando enquanto articulação entre processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pela crescente intrusão de forças ligadas aos europeus. Acrescenta-se que não apenas a intrusão europeia, a sua continuidade advinda com as frentes de expansão do extrativismo na Amazônia no século XX, que confrontou e rechaçou diferentes grupos indígenas, modificando os processos migratório e de fluxo nativo, ocasionando processos de deslocamentos forçados. Segundo (Hill 1996, p. 3 *apud* Monteiro, 2001, p. 56), a etnogênese trata-se de estratégias culturais e políticas de atores nativos, buscando “criar [e renovar] identidades duradoras num contexto mais abrangente de descontinuidades e de mudanças radicais”. Isto é, a entrada da “ação consciente [*agency*], a contestação e a criatividade cultural indígena” (ANDERSON *apud* Monteiro, 2001, p.56). Neste sentido, a proposta de agenciamento de Hill é válida para ressignificar as outras formas de perceber as mudanças socioculturais pelo viés ameríndio no que remeti a construção de uma narrativa histórica que evidencie os caminhos da guerra e de resistências dos povos indígenas.

⁹⁵ De acordo com Nimuendajú, (1982, p. 50-52), os povos “Kawahib” por volta dos anos de 1800 habitavam a região do Alto Tapajós, e formavam uma etnia considerável de agricultores e guerreira que falava a mesma língua dos Apiacá, seus inimigos do lado de cima.

foram analisados a partir de pressupostos teóricos, como o da estrutura da longa duração Sahlins (2008) Braudel (1991), do perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2002), além das teorias da etnicidade proposta por Poutignat; Streiff-Fenart e Barth (1998). A partir desses estudos teóricos puderam ser construídos e analisados os processos migratórios e os deslocamentos forçados dos grupos étnicos *Kawahíwa-Parintintin*, bem como suas relações interétnicas e com os diferentes agentes intrusos que percorreram esse vasto território no percurso até o território do Madeira.

Sobre a construção discursiva em torno desses povos indígenas, procuramos tecer as argumentações críticas sobre o que motivou a desconstrução das identidades étnicas dos Kawahíwa, forjando e criando estereótipos engendrados de preconceitos legitimados nas fontes oficiais em torno dos índios “*Parintintins*”. Os antropólogos e etnólogos ao longo do século XX vieram estudando esse etnônimo e chegaram à conclusão de que essa expressão pejorativa teria sido originada a partir das relações interétnicas entre: os índios Parintintin com seus inimigos, os Mundurucu. Etnônimo este que pode ser uma forma de denominação genérica usada pelos Mundurucu para identificar os diferentes subgrupos inimigos que habitaram essas territorialidades fragmentadas entre Tapajós e o Madeira.⁹⁶

As pesquisas de Curt Nimuendajú⁹⁷ (1924) sobre os índios Parintintin no rio Madeira, que evoluem a etno-história dessa etnia, sugerem que, os Parintintin que habitavam próximo ao rio Madeira, e em seu afluente, o rio Machado, se alto denominavam por nomes próprios de Kawahíb, Kawahíwa, e que os *Kawahíwa-Parintintin* do Madeira como os Kawahíwa do Alto Machado, representaram os fragmentos de uma descendência e ancestralidade advinda da “tribo dos Cabahybas”, que era mencionada por relatos de viajantes desde os fins do século XVIII no

⁹⁶ LEONEL, (1995); MENENDEZ (1989); NIMUENDAJÚ (1982).

Conforme SAHLINS Marshall (2008), a ideia de origem perpassa por noções de evocam “mares distantes”, “tempos distantes” que remetem as migrações e eventos de confrontos entre grupos étnicos que avançavam territórios e interagem com grupos locais, nos quais estes eventos são reproduzidos por “estruturas de longa duração” revividas pelos nativos mais antigos.

⁹⁷ Natural da cidade de Jena na Alemanha, Curt Unkel Nimuendajú, estudou apenas até o curso secundário, afirmação declarada despretensiosamente a Herbert Baldus: “não gozei de nenhuma espécie de instrução acadêmica” (Pereira Nunes, 1946, p. 11), seria, pois, um autodidata. Curt Unkel, nome de sua personalidade alemã, antes de alcançar a maioridade civil, deixou a terra natal em busca de aventura. Cruzaria o Atlântico possivelmente incluindo a alguma leva de imigrantes. Viveu com os Guarani por volta de 1905 a 1907 em São Paulo, onde iniciou sua primeira convivência com os índios do Brasil. Se alistou entre colaboradores do Serviço de Proteção ao Índio, a partir de 1911 em que inicia suas andanças aos postos de pacificação espalhados pelas regiões do país e *contactando* grupos autóctones. Através das publicações de suas pesquisas em revistas especializadas de etnologia, em Berlim, Viena, e em Paris onde também publicado em 1924 no *Journal de la Societé des Américanistes*, sua obra sobre *os Parintintin do rio Madeira*, e outros trabalhos, alguns escritos em português, bem como suas descrições etnográficas e a coleção de artefatos sobre este etnônimo. PEREIRA, Nunes. Curt Nimuendajú: síntese de uma vida e de uma obra. Belém, Pará, Brasil. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. <http://biblio.etnolinguistica.org>. Acesso em: 25 de fev. de 2019.

Alto Tapajós, e que mais tarde desaparecem dessa região, sem deixar vestígios⁹⁸. Essa afirmação de Nimundajú (1924) do desaparecimento dos Cabahybas do Alto Tapajós, suporta dizer o contraditório, a partir do momento que ele propõe posteriormente que os Cabahybas do Tapajós poderiam ter se dispersado para outras territorialidades, principalmente nas terras nas margens dos rios Maici-Mirim, Machado e Marmelos, afluentes do rio Madeira.⁹⁹

Neste sentido, o termo Cabahyas ganha outra rotulagem a partir das relações étnicas com os seus vizinhos os Mundurucu e com as frentes exploratórias, o que propiciou processos de exo-definições¹⁰⁰ desses grupos que migravam continuamente do Tapajós para as territorialidades fragmentadas do Madeira. Essas migrações culminaram com que a propagação do etnônimo Parintintin mencionado primeiramente pelos índios Mundurucu, que nesse contexto eram aliados do Estado e que depois essa categorização foi sendo ecoada pelos exploradores das frentes de expansão da borracha no território do Madeira e por todo o mundo.

Nimuendajú (1924) destaca que estes grupos étnicos que viriam do Tapajós, receberam diferentes nomeações, mas que estas expressões não tinham perdido ainda o sentido semântico da palavra, pelo fato de que esses etnônimos se assemelharem tanto na forma de escrevê-los quanto de pronunciá-los: cavaíbas, Kawahíb, Cahahiba, Cabahyba [cauaíuas] entre outras.¹⁰¹ A investigação das nomeações endógenas corrobora para fortalecer as identidades étnicas dos Kawahíwa-Parintintin e de outros subgrupos pertencentes a esta etnia, bem como a coexistência de indivíduos que pertencem a uma mesma realidade coletiva étnica. Além de incluir o etnônimo Parintintin, que fora uma denominação étnica exógena e simplificadora desses grupos deslocados do Tapajós para o Madeira, mas que adquiri uma contribuição importante na formulação da unidade étnica desses povos.

⁹⁸ Ver em: NIMUENDAJÚ, Curt. Os Índios Parintintin do Rio Madeira. In: *Journal de la Société des Américanistes*, 1924, p. 205.

⁹⁹ *Os Nhauanhen*, segundo Tocantins (1877, p. 98) fazem parte da etnia Parintintin e que habitavam por volta de 1875 as cachoeiras do Juanxin, afluente do Tapajós. Essa evidência revela que os grupos Kawahíwa-Parintintin se dispersaram também na vasta área do Tapajós e não especificamente desapareceram, apenas se isolaram como estratégia de não contactar as frentes de expansão extrativistas e exploratórias.

¹⁰⁰ De acordo com Barth (1998) a imposição das exo-definições ocorre em processos de rotulação mútua no curso dos quais os grupos atribuem e impõem outros nomes étnicos, de modo que esse caráter de definição globalizante não é apenas entendido como uma forma de classificação simplificadora, mas também corrobora para insurgir a existência de grupos étnicos que ocupavam esses territórios de um modo coletivo, o que favorece a luta pela pertença de suas terras nas esferas da política governamental. Ver em: Poutignat, Philippe; Streiff-Fernatt; Barth, Fredrik, 1998.

¹⁰¹ A obra etnográfica de Nimuendajú (1924) “Os índios Parintintin do Madeira”¹⁰¹. Esse texto por ser de importância ímpar, não deixa de ser passível de críticas, sobretudo por ser produzido por um agente governamental que era envolvido no projeto de “pacificação” dos índios Parintintin entre os anos de 1921 à 1924. Esse etnólogo alemão que fora integrado no órgão do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, um aparelho tutelar do Estado criado em 1910 que visava dar continuidade ao processo civilizatório e, sobretudo às delimitações dos limites nacionais. Este agente nos momentos de convivência com os nativos Parintintin produziu os primeiros dados etnográficos satisfatórios para o governo republicano nas primeiras décadas do século XX.

Os relatos descritos por viajantes que adentravam os sertões amazônicos em meados de mil oitocentos, principalmente em incursões de reconhecimento e exploração no Tapajós, puderam servir de fontes históricas para destrinchar os encontros culturais entre grupos sociais e étnicos distintos. Essas incursões viriam a ser postas em prática, como a relatada no relatório do presidente da Província do Amazonas em 1853. Nesse documento oficial que cita a expedição de João Rodrigues de Medeiros, no rio Abacaxi, afluente do rio Tapajós. Esse expedicionário e agente governamental com o intuito de encontrar uma comunicação e trânsito comercial como a província do Mato Grosso, relatou o seguinte ocorrido:

Fiz sair em diferentes rumos, e depois de 3 dias de viagem conseguiram encontrar uma Maloca de índios Mundurucus quais a margem do rio Tapajós. Tentando obter esclarecimentos do respectivo Tuxaua, souberam que na margem oposta do dito Tapajós havia gente que podia dar explicações, e conseguindo veículos, se transportaram a outra margem, e com efeito ali encontraram gente, que os guiou nos campos, onde se acham várias Malocas de Mundurucus. Indagando do Tuxaua souberam os exploradores, que não era possível chegarem ao rio Arinos, por terem ainda de passar por três formidáveis cachoeiras de varadouros, cortadas de muitos braços, que impossibilitam o trânsito por terra. [...] outro obstáculo, e o mais insuperável são, segundo informarão os Tuxauas Mundurucus, os índios selvagens das Tribus – Araras, Parintintin, Mataués, Juruás, Pirianaus & que não consentem, nem que os demais gentios transitem suas matas.¹⁰²

O relato oriundo do português João Rodrigues de Medeiros, incumbido de mapear o interflúvio Tapajós-Madeira, iniciou sua expedição pelo curso do afluente Abacaxi. Radicado em Maués, o comerciante português era um representante do comércio entremeado secularmente pelos sertões, que forçosamente travava cotidianos contatos com populações indígenas. Isso fica evidente no trecho acima em que ele dialoga com os “Tuxauas Mundurucus”. Mais do que o diálogo entre a interlocução entre o agente da frente de expansão do Amazonas e as populações indígenas, o relato da expedição deixa nítido o papel dos intermediários locais, habitantes da floresta que atuavam como informantes e portadores de conhecimentos apropriados nos percursos de deslocamentos de fronteira. Foram os mundurucu que trouxeram a informação de que uma certa parte do rio Tapajós era intransitável. Para além das temidas cachoeiras, o curso fluvial deveria ser evitado por abrigar populações indígenas guerreiras e contrárias ao avanço adventício, no que deixava em alerta os emissários do governo provincial sobre os limites de fronteira ocupados por índios Kwahiwa-Parintintin e seus

¹⁰² In. AMAZONAS (Província). *Falla*, do presidente da província Ferreira Pena, 1853, anexo, XNI.

vizinhos. Servindo-se da informação dos intermediários da floresta como uma utilidade para promover futuras incursões de exploração e povoamento na região monitorada.

Referências literárias sobre o contato interétnico de conflito entre os Mundurucu e Parintintin é registrada na obra literária do português Francisco Gomes de Amorim¹⁰³, intitulada *Os Selvagens*, cuja a primeira edição data de 1875. Radicado em Óbidos desde tenra idade, o autor teve contato com uma série de referências sobre a interiorização dos fluxos econômicos na Amazônia oitocentista. A leitura dessa obra inicia-se com as contendas entre índios Parintintin, Mura e Mundurucus, no interflúvio Tapajós-Madeira, o autor apresenta essas contendas e hostilidades entre os grupos nativos inimigos, de forma a exaltar a partir de uma literatura ficcionista, os cenários de relevos e paisagens ameríndias que são construídos os caminhos da guerra.

Os Parintintins limpavam a vala entulhada, e a água, retida atrás deles, rugia impaciente por precipitar-se na galeria. O novo chefe mundurucu julgou até que iam tirar a *represa*, e hesitou um instante, sobre se deveria procurar a morte, arremessando-se ao meio dos inimigos, ou ia esperá-la no caminho de Woipaigupi, entre os seus companheiros. Afinal, prevaleceu a prudência; afirmou melhor e viu que trabalhavam ainda na escavação. Desceu rapidamente, sem deixar de ser cauteloso; correu para o primeiro homem, fez-lhe sinal, que este transmitiu aos outros; e todos se puseram imediatamente em marcha. Pangip-Hu subiu primeiro, e esperou acorrido à borda do subterrâneo, que se lhe reunissem todos os seus. A invasão foi tão rápida e silenciosamente feita, que os parintins não deram por ela a tempo de impedi-la. Pangip-Hu e os seus atiraram-se sobre os que desentupiam o canal, no momento mesmo em que estes soltavam as águas. Derrubados pelos tacapes Mundurucus, os Parintintins rolaram com elas e desapareceram no sumidouro terrível, soltando o primeiro e último grito de alarme, que já não pôde salvar a sua nação do extermínio.

Assim foi aniquilada a bela raça dos parintins, sendo apenas poupadas mulheres para regalo dos vendedores!¹⁰⁴

A narrativa ficcional descrita acima, apesar de ser um ato intuitivo criado pelo escritor, demonstra através da criação de cenários os conflitos entre grupos nativos rivais nas paisagens ameríndias. As lideranças guerreiras mundurucu, representadas na figura de Pangip-Hu que teria assumido o posto de chefe do grupo depois da morte de Woipaigupi, seu pai. Foi quem

¹⁰³ Francisco Gomes de Amorim nasceu em Avelomar, Portugal, em 1827. Aos dez anos, veio para a Amazônia na condição de alugado, espécie de escravidão branca que substituía o tráfico negro. Foi discípulo de Almeida Garrett, que deu início ao Romantismo português. Faleceu em 1891, na terra natal. Dentre outras obras: está a obra poética: *Contos matutinos* (Lisboa, 1858) e *Efémeros* (1866). Ver: Telles, Tenório. *Poesia do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2006.

¹⁰⁴ AMORIM, Francisco Gomes de. *Os selvagens*. Manaus: Valer. 2004, p. 32-33.

deu as instruções de ataque contra os desatentos Parintintin, um ataque que resultou em uma emboscada fatal. A narrativa literária também deixa transparecer que além dos conflitos interétnicos, o rapto de mulheres e crianças fazia parte desse contexto conflitivo, bem como o deslocamento forçado do grupo vencido culminou não apenas com o massacre, mas com o abandono do território.

O relato do engenheiro Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, quando esteve em uma viagem as aldeias central dos índios Mundurucu no ano de 1875, situadas no Vale do Alto Tapajós, relata que “às margens do rio Tapajós ou de seus afluentes, lavas de Parintintins; mais não se fixam em parte alguma, porque os Mundurucús lhes movem perseguição implacável e sem tréguas”¹⁰⁵. As contendas entre esses dois grupos étnicos rivais, eram desencadeadas pelo “ódio inveterado” entre esses dois grupos étnicos. De acordo com Tocantins (1875) as guerras contra os Parintintin teriam como objetivos para os Mundurucú “senão fazer cativas mulheres moças e crianças de ambos os sexos” e quando capturados estes nativos eram tratados pela etnia Mundurucú sem distinção:

[...] pintados com os mesmos arabescos de cores indeléveis; a mulher encontra logo um marido, e o menor encontra pai adotivo, que quase sempre é o próprio índio que o aprisionou. Quando se fazem os preparativos para estas excursões, a irmã, mãe ou qualquer parente do guerreiro lhe faz a encomenda de uma criança, dizendo: ‘trazer-me um menino para meu filho’.¹⁰⁶

A interessante descrição feita por Tocantins, revela os modos de recrutamento Mundurucú. O primeiro modo de recrutamento se baseia no casamento misto, o que leva “permeabilidade das fronteiras étnicas, o que torna possíveis os processos individuais ou coletivos de assimilação ou de mudança de identidade étnica”¹⁰⁷, nesse caso trata-se de um provável matrimônio de uma índia Parintintin, capturada em guerra, e que passaria a compor a parentela Mundurucú. O outro modo de assimilação estava vinculado a captura e incorporação de uma criança da etnia inimiga como uma prole da etnia que a recrutou, o que sugere que a incorporação desse “assimilado” agregue no decorrer do seu crescimento, valores, crenças, costumes no novo grupo étnico a qual a criança iria fazer parte.

Seguindo ainda o relato feito por Tocantins, essas guerras interétnicas entre grupos nativos promoveriam também práticas canibais Parintintin contra seus rivais cristianizados.

¹⁰⁵ TOCANTINS, Antonio Manoel Gonçalves. Estudos sobre a Tribo “Mundurucu”: Memória escrita e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1875. In: **Revista Semestral do Instituto Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro**: R. L. Garnier – Livreiro-editor, 1877.

¹⁰⁶ Ibid., p. 93.

¹⁰⁷ HOROWITZ, 1975 apud PHILIPPE, Poutignat; STREIFF-FERNART, 1998, p. 161.

Entre os Mundurucús corre o boato, provavelmente inexacto, de que, quando um d'eles cahe prisioneiro dos Parintintins, estes o devoram vivo, às dentadas, “como se fossem onças e nós veados,” dizem eles. Inexacto ou não, este conto contribui para acender ainda mais o desejo de vingança. Isto, que temos chamado guerras, em geral são simples correrias.¹⁰⁸

A interpretação feita por Tocantins sobre o “boato” contado pelos índios Mundurucú de que os índios Parintintins fossem devoradores de carne humana, o que levaria o aumento do desejo de vingança entre inimigos declarados, trouxe um ponto a ser pormenorizado. Levando em consideração o sentido da metamorfose na qual tanto os índios Parintintin quanto os índios Mundurucú assumem formas de animais no sentido da captura da presa pelo predador, formas de transmissões orais difundidas pelas culturas indígenas amazônicas. De acordo com Viveiros de Castro (2002), à noção de “roupa” que os grupos nativos se utilizavam para expressar o efeito de assumirem “formas de animais”, fazia parte de um “um processo onipresente no mundo altamente transformacional”¹⁰⁹, o que põem em dúvida a característica do canibalismo praticado pelos índios Parintintin.

E uma outra perspectiva, nesse caso da análise literária, percebe-se que a representação zoomórfica significada pelo conto indígena Mundurucu, exemplifica que as guerras interétnicas entre os grupos ameríndios podem ter sido romantizadas pelo viajante, o que corrobora para trazer novos olhares sobre as interpretações acerca dos relatos de viajantes do século XIX. Por vezes, estes relatos reduzem as transmissões orais indígenas de suas guerras interétnicas em expressões como a de “correrias”, termo que encurta a compreensão das complexas formas de interações conflitivas entre os povos nativos, tanto no aspecto da materialidade quanto no plano do imaginário indígena.

Além desses fatores supracitados da obra de Tocantins (1875) e que deixam margem para reinterpretções, principalmente no que diz respeito ao termo “correria” que abarca formas diversificadas de interações e que são entendidas como formas de conflitos interétnicos que acarretam em modificações dos processos de migração. Assim, é válido parafrasear alguns fragmentos desse texto fonte que expressam tais interações conflitantes, não apenas entre nativos e sim entre índios e sertanistas.

¹⁰⁸ Ibid., 94.

¹⁰⁹ Ver em: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 350.

Tocantins relata que por volta de 1874, às margens de um dos afluentes do Tapajós, próximo a missão em que fora fundada o aldeamento denominado de Bacabal de índios “civilizados”, empregados na agricultura, na fábrica da borracha e serviços de canoas, onde negociando permuta de sua lavra, apareceu próximo a este aldeamento uma leva de índios Parintintin.¹¹⁰ Alguns aventureiros, que costumavam penetrar durante o verão por estas regiões para extraírem borracha, encontraram vestígios da presença desses índios e logo foram avisar aos Mundurucu de uma aldeia vizinha. Estes logo que souberam da presença inimiga, se puseram em marcha, encontraram os índios Parintintin, entraram em conflito, mataram alguns e puseram em debanda os que escaparam, regressando à aldeia, trazendo com eles vários cativos, entre mulheres e crianças. Tocantins relata que os Parintintin por estes constantes ataques feitos pelos índios Mundurucu não teriam mais condições de se fixar-se suas aldeias do Vale do Tapajós, por onde andavam errantes e constantemente há longos anos.¹¹¹

Outro fator ressaltado por Tocantins para a perseguição implacável aos Parintintin pelos seus inimigos, os Mundurucú, seria as constantes ameaças que os sertanistas vizinhos a missão Bacabal sofriam. Nas circunvizinhanças do referido aldeamento, moravam em uma pequena barraca, a margem do rio, três indivíduos, dois homens e uma mulher, vindos de Itaituba ao Alto do Tapajós para extraírem borracha. Em uma tarde de junho de 1876, por volta das cinco horas, viram no meio do mato, perto da barraca, com passos quase imperceptíveis numerosas hordas nativas, nus armados de arcos e flechas, enfeitados alguns com penas de araras. Esses três indivíduos, confiaram que nada iria ocorrer se ficassem quietos como das vezes anteriores fizeram ao perceber a presença desses nativos nas proximidades dos seringais.¹¹²

Porém, não foi assim, de acordo com a narrativa de Tocantins, passada a noite, às seis horas da manhã do dia seguinte, voltaram para suas casas e se viram cercados pelos Parintintin, que imitando sons de animais ferozes urrando e uivando, acometeram os três indivíduos. Estes se defenderam com armas de fogo, um combate no qual o chefe Parintintin foi morto e muitos outros índios feridos; os dois seringueiros ficaram gravemente feridos, levando um até seis flechadas, onde algumas transpassaram seu corpo. No meio do combate, os Parintintin foram buscar flechas se afastando por uns estantes e dando brechas para que os seringueiros escapassem, mas a mulher permanecera no local, servindo de presa dos índios. Esse relato escrito por Tocantins quando este esteve nas aldeias centrais dos índios Mundurucú no Tapajós, evidenciou que essas conhecidas “correrias” seriam um padrão de interações conflitivas que se

¹¹⁰ TOCANTINS, 1875, p. 135.

¹¹¹ Ibid., p. 140.

¹¹² Ibid., p. 141,142.

perpetuou não apenas no território do Tapajós, mas também no território do Madeira, região em que os constantes deslocamentos forçados dos índios Parintintin viriam a ocorrer, como também a ocupação e exploração pelas frentes de expansão da indústria extrativa e ferroviária viriam a se instalar nessas paragens.

Provavelmente desde os finais do século XVIII, como ressalta o memorialista Vitor Hugo em seu livro, os Desbravadores, de 1959, esses índios viriam continuamente migrando do Tapajós para o Madeira, e que nessa percurso se estabeleceram por um curto período na missão de Vila Nova da Rainha¹¹³.

A tentativa de incorporar os índios Parintintin a essa missão religiosa se encontra registrada no documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual refere-se a uma viagem pelo baixo rio Amazonas nos finais do séc. XVIII, no ano de 1796, o Capitão José Pedro Cordovil onde resolveu ficar numa das ilhas do arquipélago formada por este rio, e onde desembarcou “com os seus escravos e agregados para dedicaram-se a pesca de pirarucu nos lagos próximos e também a agricultura”.¹¹⁴

Segundo este documento, quando Pedro Cordovil, seus escravos e sua comitiva se estabeleceram-se na Ilha,

Encontraram como habitantes da região os índios Sapupés e Maués. A estes juntaram-se mais tarde os Peruvianos, Uapixabas e Mundurucus. Habitavam também a região, mais para o recesso do município, os Parintintins antropófagos que viviam em lutas com as tribos vizinhas, principalmente, com os Mundurucus, seus inimigos mais ferrenhos.

Esta missão que fora fundada em 1803, ano em que D. Marcos de Noronha e Brito (Conde de Arcos) assumiu a direção do Estado do Rio Negro, deixou incumbido o carmelita Frei José das Chagas de criar uma missão nessa ilha. No mesmo ano, Frei Chagas “cria a missão em Tupinambarana, com a denominação de Vila Nova da Rainha, dando sentido prático à

¹¹³ Em 1803 foi criada uma missão religiosa em Tupinambarana e que mais tarde (1804) receberia o nome de Vila Nova da Rainha, voltando a ter o nome de Tupinambarana em 1833. Em 1848 recebe a elevação de Vila com o nome de Vila Bela da Imperatriz passando-se a Freguesia em 1853. Passou a ser cidade em 1858 com o nome de Parintins que faz alusão aos antigos habitantes da serra deste nome. IBGE. Monografia Municipal – Notas Históricas. Delegacia do IBGE do Estado do Amazonas - Seção de Divulgação de Divulgação e Biblioteca. Município: Parintins – Am, Anexo nº I, II e III. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/brasilia/parintins.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2019.

¹¹⁴ IBGE. Monografia Municipal – Notas Históricas. Delegacia do IBGE do Estado do Amazonas - Seção de Divulgação de Divulgação e Biblioteca. Município: Parintins – Am, Anexo nº I, p. 06. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/brasilia/parintins.pdf>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

política estabelecida pela Carta Régia de 12 de 1798, de D. Maria I, a qual abolia os diretórios civis e militares e instaurava na Amazônia o regime das Missões”.¹¹⁵

A partir da instauração dos regimes das Missões na Amazônia, o carmelita Frei José das Chagas se tornou a mais importante autoridade do Baixo Amazonas, sua presença na ilha de Tupinambarana gerou desentendimentos com Pedro Cordovil, pois esse capitão de milícias não acatou a ordem e nem as instruções governamentais, “que recomendavam a utilização dos nativos na agricultura, deles passou a dispor de forma violenta, em proveito próprio”¹¹⁶. Essa negligência cometida por Cordovil, culminou com a sua mudança para o Mirití, o que fez com que o carmelita Frei das Chagas passasse a ser conhecido como “o verdadeiro Las Casas e Anchieta da Mundurucânia”.¹¹⁷

Para além dos aspectos de atritos entre autoridades política e eclesiástica que geraram no início do século XIX, a Ilha de Tupinambarana, se verificou nesse local os constantes embates entre etnias rivais, além da repressão sofrida pelos índios e da exploração de sua força de trabalho, o que culminaria com a fuga de inúmeros casais de índios descidos e aldeados nessa missão, como os índios Parintintin, que rechaçados pelos Mundurucú, subiram o rio Amazonas em direção ao Madeira, por volta de 1804.¹¹⁸

Essa menção supõe dizer que o contínuo estado de fluxo desses grupos étnicos que abrangeu todo século XIX, se baseou na “ guerra dos Mundurukú contra os Parintintin”, que iniciada no Tapajós, se expandiu para o Madeira, e nesse território os conflitos interétnicos começaram depois que os Mundurucu obrigaram os Mura a se redirem aos “civilizados” em Santo Antonio de Maripy, no Yapurá, em 1873.”¹¹⁹

Provavelmente a incorporação desses índios Mura ao trabalho nos aldeamentos pode ser um outro fator que levaria a embates entre os índios Parintins contra os “civilizados” e os Mundurucú, bem como ocorreu décadas atrás na missão religiosa do Baixo Amazonas. A contínua sanha de dispersão dos Tupi Centrais até o Madeira, não só promoveria

¹¹⁵IBGE, Parintins Amazonas. Monografia – nº 499, 1961, p. 19. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/samazonasparintins.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2019.

¹¹⁶ IBGE, Parintins Amazonas. Monografia – nº 499, p. 19, 1961. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/samazonasparintins.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2019.

¹¹⁷ IBGE. Monografia Municipal – Notas Históricas. Delegacia do IBGE do Estado do Amazonas - Seção de Divulgação de Divulgação e Biblioteca. Município: Parintins – Am, Anexo nº I, p. 06. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/samazonasparintins.pdf>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

¹¹⁸ Ver em: HUGO, Vitor, 1959, p. 133 apud Reis, Arthur Cezar Ferreira. **As origens históricas de Parintins**, 1944, p. 253-255.

¹¹⁹ MARTIUS, p. 395 apud NIMUENDAJÚ, 1982, p. 52.

confrontamentos, mas também promoveria encontros interétnicos de uma mesma parentela de origem.

Segundo Vitor Hugo, os vários casais que desertaram da aldeia de Vila Nova da Rainha (Parintins), se dirigiram para o povoado de São João do Crato no Alto rio Madeira, onde por volta de 1829, já eram conhecidos como antropófagos. Nas décadas seguintes em que as migrações Parintintin estavam ocorrendo em direção ao Madeira, mais especificamente para a localidade de Crato e suas áreas circunvizinhas, esse povoado vinha sofrendo com os ataques dos temido índios Juma, que praticaram a expulsão dos agrupamentos populacionais e consequentemente a instabilidade da ocupação desse povoado por não-índios.¹²⁰

Os Jumas considerados pelos estudos antropológicos como um subgrupo da família distante dos Cabahybas do Tapajós, se uniriam aos grupos de índios Parintintin que continuamente migravam e se dispersavam por todo o Madeira.

No importante artigo denominado, *Kawahíwa como uma unidade linguística*, da pesquisadora Aguilar, A. M. C. G. (2017), que através dos estudos linguísticos e antropológicos, ressalta que, “os principais conteúdos culturais presentes na identificação de um povo como sendo parte do complexo cultural Tupí-Kawahíwa são: os critérios linguísticos [...], o casamento em exogamia de metades [...] a co-participação do passado histórico”¹²¹. Neste sentido, a presença histórica do grupo étnico Juma no território do Madeira no período estudado, aprofunda o entendimento sobre a questão das fronteiras identificatórias.

A partir da inserção dos índios Parintintin, que teriam parentescos distantes com os índios Juma, e por vez este último grupo étnico sitiou o vilarejo de Crato no rio Madeira, ações promovido pelas “correrias de índios”, neste lugar, depois da ocupação efetiva pelos índios Juma, foi estabelecido antigas alianças parentais entre os grupos de índios Juma e os grupos de índios Parintintin, este último grupo vindo do Tapajós e Baixo Amazonas.

Conforme Lévi-Strauss (2003), o casamento em metades exogâmicas poderia fortalecer os sistemas de parentelas dos grupos que vinham de uma origem em comum¹²². Sendo assim os subgrupos Parintintin e Juma puderam fortalecer suas ancestralidades Kawahíwa, através do casamento e com isso promoveriam a manutenção e fortalecimento de suas fronteiras étnicas.

Segundo Menendez (1989), que encontrou dificuldades para estudar “a história Kawahiwa”, porém norteia tal inquietação ao pontuar prováveis “momentos e espaços” que os subgrupos Kawahiwa percorreram na sua longa trajetória até a espacialidade do Madeira. Ele

¹²⁰ HUGO, 1959, p. 212.

¹²¹ AGUILAR, A. M. C. G. 2017, p. 144.

¹²² LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 168.

ressalta que anterior ao “contato com o branco na região do Tapajós, onde eram vizinhos próximos dos Apiaká e Mundurukú”, produziram-se tensões e conflitos que motivaram a “penetração Kawahiwa na região dos afluentes orientais do rio Madeira, em que vão se localizar ao longo dos rios Maici e do Marmelos e [...], mais ao sul, nos afluentes do curso médio rio Machado”¹²³. Isso corrobora com o estudo de que esses grupos estavam em constante processo de deslocamento para os territórios mais ao sul do Amazonas, para as regiões do Médio e Alto rio Madeira e penetrando em seus afluentes.

Na perspectiva de uma relação entre o presente com o passado, possibilitou compreender que através das narrativas orais, se constrói uma história indígena, contada e transmitida para as novas gerações, que nos ajudou a compreender tais deslocamentos. Atualmente os Parintintin-Tenharim, que no decorrer das interações conflituosas com os brancos e com grupos étnicos rivais, procuraram estabelecer a propagação de sua história pela oralidade, de modo que, a partir da fala, promoveram a transmissão do legado histórico e social da sua etnia, cujas interpretações desses signos possibilitaram fundamentar pela perspectiva dos grupos étnicos, suas origens e dispersões, tendo como exemplo, os índios Parintintin - Tenharim do rio Madeira.

De acordo com o texto, *O mundo em movimento*, de autoria de Waud Kracke e José Carlos Levinho (2002), sugere que a trajetória desse grupo étnico perpassa pelo

[...] mito de origem do povo Parintintin, segundo o qual eles começaram em um lugar bem rio abaixo, onde não havia árvores. Seguindo a liderança de Ika'apytimba'ví, embarcaram numa viagem para atravessar as águas, passando três dias sem ver a terra. Continuaram a viagem subindo o Amazonas, e depois o Madeira, até chegar à boca do Maicí. Depois, subiram o Maicí, deixando casais em cada lugar de habitação.¹²⁴

Essa descrição possibilita entender os deslocamentos por uma perspectiva da cosmovisão indígena. Atualmente nessas espacialidades, os índios Parintintin-Tenharim produzem histórias e literaturas transmitidas pela oralidade que remetem a sua ancestralidade e reminiscências em comum, quase sempre contadas pelos velhos índios da etnia, recordando suas andanças pela região litorânea brasileira, bem como a de seus ancestrais. Neste sentido, possibilitou desenvolver a hipótese de que os grupos que descendem dos “cavaíbas”, perpetuaram alguns atributos dos seus deslocamentos pelas espacialidades ameríndias, reafirmando as trajetórias dos povos Tupi através dos contos Tenharim.

¹²³ MENENDEZ, 1989, p. 194.

¹²⁴ KRACKE, W. H.; LEVINHO, J. C., 2012, p. 217.

Os deslocamentos e migrações dessa etnia ao longo dos períodos históricos tiveram efeito na ocupação dos territórios fragmentados no Madeira, onde a presença de suas práticas culturais foram ganhando repercussões, o que reforçou o estudo da migração indígena baseados na pesquisa de suas práticas ritualísticas da antropofagia. Por meio de relatos que circulavam sobre seus costumes e práticas podemos ter uma dimensão do percurso terrestre do *Kawahíwa-Parintintin*.¹²⁵

Segundo a literatura de Nunes Pereira (2007) revela uma representação dos costumes antropofágico dos índios *Parintintin* como sendo, “um ato necessário para evitar a sua transformação em *maê* ou espírito, o que se obtinha com a morte por fratura dos crânios, com um tacape ritualístico, seguido de um banquete com a carne e as vísceras do inimigo”.¹²⁶ Tais discriminações feitas por esse autor estão englobadas no contexto ritualístico, envolvido no sistema de crenças da etnia *Kawahíwa-Parintintin*, em que o sagrado e o profano não são separados, possibilitando assim dizer que provavelmente à prática e costume da antropofagia estava ligada ao sistema religioso dessa etnia, no qual os que participariam da ritualística absorveriam as características no inimigo, sua força, sua destreza e coragem em batalha.¹²⁷

Os Parintintin são unânimes em dizer que comem os inimigos mortos em combate: os olhos, a língua, e os lábios, e também os músculos das pernas e do braço direito, com os fins especiais de os inimigos não lhes enxergar, não falar mal, não lhes perseguir e não ter força para puxar a corda do arco.¹²⁸

O relato revela tais ritos de passagem invocados após morte de um inimigo, que verificadas no “sistema de crenças”¹²⁹ dos índios Parintintin, de modo que, se essas práticas não fossem perpassadas por todo um rito de antropofagia e por suas etapas, tornariam a ritualística incompleta, o que implicaria em tormentos para o índio que acometeu tais práticas, ocasionando incertezas do efeito esperado aos seus inimigos. Acredita-se também que a prática da antropofágica pudesse afetar certas condições fisiológicas e cognitivas das parentelas do

¹²⁵ O percurso e domínio Terrestre Parintintin recebe um valor importante no mito de origem desse povo, pois associa-se esse domínio no plano mítico ao herói Mbahira, este herói esteve sempre em oposição relativa ao Povo Celeste, uma “raça poderosa que ergue sua morada abandonado os homens na Terra”. Kracke, 1983, p. 18 apud Castro, Eduardo Batalha Viveiros de. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1986, p. 198.

¹²⁶ PEREIRA, Nunes, 2007, p. 13.

¹²⁷ Ver em: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outro ensaio de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.p. 192, 193.

¹²⁸ HUGO, 1959, p. 210 apud FREITAS, José Garcia de, 1926, p. 67.

¹²⁹ Segundo esse autor, os maus costumes dos povos nativos amazônicos estavam atrelados as suas crenças e religiões, onde o profano e o sagrado não se separariam, bem como a inconstância do indígena seria a profunda adesão a um conjunto de crenças de seu pleno direito. (CASTRO, 2002, p. 192-193)

índio inimigo morto no plano físico, mas liberto em um plano mítico por conta da morte em combate que seria uma morte honrosa que os libertaria do plano terreno.

Através das inúmeras evidências que corroboram para perceber os padrões entre grupos Tupis-Cavañbas e suas ramificações Parintintin e Tenharim, possibilitou identificar que esses povos têm origens em comum, através da análise das suas crenças, dos ritos e costumes e práticas culturais que os aproximam. Além do que “Pari-ring-ring” foi o nome que receberam de seus mortais inimigos, os Mundurucu, que os perseguiram e escoraçaram até o médio Rio Madeira.¹³⁰

Neste sentido, a denominação Parintintin atribuída aos subgrupos Kawahíwa na região do Tapajós e do Madeira, a partir da segunda metade do século XIX se sobressai, pois não se pode encontrar nas fontes históricas tal denominação Kawahíwa ou próxima a essa expressão, a partir dos anos de 1850 apenas são encontrados nas fontes oficiais referências aos Parintintin.¹³¹

De modo que, Menendez afirma que o processo que se deu sobre o desmantelamento dessas expressões étnicas, perpassa por uma “parintintização”, transformando diversas populações nativas do Madeira e de seus afluentes em *Parintintins*. Essa rotulagem étnica cristalizou-se em várias fontes da época, quando se trata dos grupos Kahahí e que veio a ser apropriado e usado mais enfaticamente pelo Estado e pelos seus mecanismos de monitoramento operacionalizados no Tapajós-Madeira.

A partir dessa nomenclatura, as populações nativas que habitavam o rio Machado tributário do Madeira e dos arredores do seringal Três Casas, serviram de referência nos diversos registros do governo provincial. As expressivas ocorrências que se alastravam, nos relatórios, e demais documentos do Estado, assim como na circulação de jornais e nos relatos dos viajantes e literatos, serviram para generalizar os grupos nativos do rio Madeira. Desta forma, entende-se que “o modo em que estes foram registrados, situados em diferentes locais e território, é um elemento a mais para pensar que esta designação pode ter abrangido mais de um grupo local.”¹³²

A justificativa de Menendez é que nos dá base para compreender a sua hipótese, que o etnônimo Parintintin foi constituído nas fontes oficiais a partir dos anos de 1850, no qual se encontram incluídos nos discursos dominantes, atribuindo a denominação Parintintin a partir dos documentos tipografados dois anos depois da elevação do Amazonas a categoria de

¹³⁰ HUGO, 1959, p. 212; NIMUENDAJÚ, 1948, p. 284.

¹³¹ MENENDEZ, Miguel. A., op. cit., p. 43

¹³² Ibid., p. 77.

Província. Tudo indica que essa mudança passou por um processo que Menendez chamou de “parintintização” que foi um reflexo da política tutelar da Província do Amazonas em reduzir os grupos Kawahíwa a “selvagens Parintintins”.

Dessa forma, averiguamos a seguir nos Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas como foram registrados esses subgrupos Parintintin, que vinham a sendo mencionados em documentos referentes as missões franciscanas no rio Madeira. Nesses documentos os cavaíbas-Parintintin passam a ser registrados como um empecilho para o projeto político-religioso do Estado no território do Madeira na Amazônia oitocentista.

2.1 A presença de missionários franciscanos na Província do Amazonas: tentativas de tutela religiosa sobre os povos indígenas do rio Madeira (1852 - 1884)

Através da leitura crítica das fontes históricas compostas por Relatórios Presidenciais da Província do Amazonas, podemos ter a dimensão do período histórico abordado, que compreende a atuação subversiva de missionários franciscanos a frente das missões religiosas no Rio Madeira, entre os anos de 1852 a 1884. Por meio das políticas indigenistas financiadas pelo Estado e praticadas pelos agentes religiosos franciscanos em terras indígenas, palco de conflitos entre povos indígenas de diferentes etnias: entre elas, os índios Mura, Mundurucu, Arara, Torá e Parintintin, dentre outros subgrupos étnicos, que evidenciados em uma leitura crítica das fontes, buscou-se ampliar novos estudos acerca da história indígena na Amazônia no século XIX.

Por meio deste estudo, procurou-se analisar as formas de exploração das terras e da força de trabalho indígena no extrativismo na floresta, por meio da inserção dos índios ao sistema de aldeamento e em práticas religiosas que tinha como lema a cristianização aos diferentes grupos nativos, em uma região densamente ocupada por povos indígenas, na qual os missionários franciscanos tentaram estabelecer na segunda metade do século XIX, a prática da catequese. Essa era uma das formas de introduzir os índios em uma sociedade civil, instruindo-os com a finalidade de criar um mecanismo tutelar de dominação do Estado que espoliava e submetia os nativos a essa ordem religiosa, e que serviu para o Governo Imperial desenvolver a partir dos missionários franciscanos o reestabelecimento de antigas missões no Amazonas iniciadas por jesuíticas em meados do XIX e por capuchinhos.

Desta forma, a necessidade de introduzir missionários na Província do Amazonas só implicaria com as queixas das próprias autoridades. A falta de aproximação e monitoramento

do Estado para com aldeias era deficitária, mas existia o interesse em promover ações de atração, contato e pacificação aos grupos nativos. Por meio de sua instância provinciana subsidiariam e atribuiriam consignações a ordem religiosa dos franciscanos, para isto submeterem seus métodos a incorporação do índio a catequese e conversão, bem como o uso da força no trabalho dos índios em aldeamentos.

Contra exploração dos seus corpos, estes povos nativos do rio Madeira, utilizaram táticas de resistências e cooperações às formas de dominação. Esses grupos étnicos criaram estratégias contra hegemônicas para desestabilizar as formas de tutela imposta pelo Império brasileiro e seus aparelhamentos institucionais.

De acordo com as reflexões de Teixeira (2008), desde o século XVII, os padres jesuítas haviam se estabelecido no rio Madeira e nos seus afluentes realizando o trabalho de catequese. No século XVIII, os padres carmelitas difundem o modelo de missões e a formação de aldeamentos em áreas estratégicas nesse rio. Através da captura dos índios nas suas aldeias pela forma de descimento ou de forma negociadas promovidas por empreitadas missionárias, estes nativos iam sendo incorporados na coleta das drogas dos sertões, uma forma de exploração do trabalho indígena que se perpetuou ainda por todo o século XIX na Província do Amazonas. Assim como, os descimentos de índios praticados pelos pioneiros no Madeira, que nesse período jugavam, a expressão “descer” ser a mais correta expressão, que de certa forma escamoteava a crueldade e a violência das expedições de contato que o pioneirismo nos sertões amazônicos ocasionou.

Por outro lado, contrários a crueldade e violência das bandeiras do pioneirismo, que levaram o genocídio de muitas etnias no Amazonas, às táticas de aproximação e contato dos missionários que teriam por finalidade explorar a força de trabalho indígena, pois se baseava por um mecanismo de coerção utilizando-se da doutrinação religiosa para “amansar” os povos nativos no território da Província do Amazonas.

Conforme Leal (2013), ao tratar da política indigenista como um fenômeno do projeto civilizatório para os povos indígenas, e que deveria efetivar-se através das ações educativas realizadas a partir da catequese, sendo a educação levada a cabo pela atividade missionária, que estaria voltada para a incorporação do valor embutido na ideia de trabalho.

Na perspectiva de Foucault (1999) sobre as normatizações dos corpos, atrelado a produção da força de trabalho, como um mecanismo de poder que permite disciplinar os corpos para um tempo e trabalho na perspectiva do modo de produção de excedentes. Pois, permite entender que a relação do corpo com as formas de trabalho direciona-se para os usos e fins

lucrativos burgueses. Essa forma de compreender as funções dos corpos nativos no trabalho vinculado diretamente ao processo civilizatório, serve de pressuposto teórico para analisar as formas de controle dos corpos, imbricados no trabalho indígena na Amazônia no século XIX.

Por outro lado, as estratégias etnopolíticas dos índios, frente a exploração dos seus corpos nos sistemas de aldeamento, ousou-se a possibilidade de praticar o que, para o Estado, seria o domínio dos espaços nativos e a inserção dos índios a uma certa civilidade, que se restringiam ao trabalho na exploração dos recursos das florestas.

Neste sentido, a finalidade da retomada das atividades missionárias na Província do Amazonas, perpassava primeiramente em introduzir os religiosos em espaços nativos, em fronteiras e limites de encontros e desencontros, que serviram de espaços para tentativas de docilizar os grupos nativos pelos mecanismos de imposição da ordem franciscana no rio Madeira na segunda metade do século XIX.

Nesse período, as atividades missionárias ainda caminhavam no esteio do Regulamento das Missões de 1845, que continha normas acerca da “catequese e civilização dos índios”. Segundo esse regulamento, novas aldeias seriam criadas por missionários, em lugares onde se constassem “índios errantes”, e que era necessário “instruir aos índios nas maximas da religião Catholica, e ensinar-les a Doutrina Christã”¹³³.

A prática religiosa no Amazonas era essencial para o controle provinciano sobre seus territórios, em um momento histórico em que a frente de expansão vinda para Oeste amazônico, provocaria tensões e conflitos pelos recursos naturais existentes em um território hostil e multiétnico, no qual grupos nativos fixavam-se em áreas consideradas pelo império brasileiro como terras públicas, onde havia reconhecimento a longo prazo de suas fronteiras nacionais e internacionais.

Por conta disso, na segunda metade do século XIX, diversos meios pelos quais o Governo Imperial se empenhou em promover políticas que visavam ocupar, “as terras devolutas”, mapeadas na província do Amazonas, seguindo o que propunha a Lei das terras de 1850, na qual almejava a fundação de Colônias por meio da abertura da navegação a vapor no rio Madeira, por volta de 1853.¹³⁴ Desta forma, impulsiona-se tentativas de ocupação para o trabalho de extração e coleta, bem como o movimento comercial nesse rio e em seus afluentes.

¹³³ DECRETO 426, de 24, de Julho de 1845.

¹³⁴ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla dirigida A Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1854, em que se abriu a 3º sessão ordinária, pelo presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Pena.** Barra do Rio Negro, 1854.

Era o Madeira o braço de rio que ligava a Província do Amazonas a República da Bolívia, bem como as rotas de escravos fugitivos para a Província do Mato Grosso. Assim, faziam-se os aparelhos do Estado o avanço nos espaços ocupados pelas populações nativas de forma a conter as constantes incursões de índios “errantes”¹³⁵, que cometiam assaltos as embarcações, em sítios e aldeamentos criados nas territorialidades fragmentadas do rio Madeira.

Logo depois da instalação da Província do Amazonas com sede na cidade da Barra do Rio Negro, foi “criada uma missão no baixo rio Madeira, sendo o encarregado interino, o Vigário de Borba”¹³⁶. Anos depois se dirigiram a essa província alguns missionários franciscanos do convento do Pará, entre eles, frei Joaquim do Espírito Santo dias e Silva, que viria a assumir a missão de S. Pedro de Alcântara no rio Madeira¹³⁷. Nessa missão, já se encontravam “domesticados” grupos étnicos Mura, bem como seus inimigos os Mundurucu, pois esses dois grupos étnicos já vinham mantendo contato com a ordem religiosa jesuítica no rio Madeira desde as décadas finais do século XVII, por conta do comércio do cacau intensificado pelos jesuítas nesse rio.¹³⁸

O termo “domesticado”, atribuído pelas autoridades locais, pode-se dizer que fora uma construção de uma memória oficial para ocultar contextos históricos passados, que protagonizaram movimentos nativistas, como foi a Revolta da Cabanagem nos anos de 1830. Isso fica em evidência quando historiadores como Luís Balkar Pinheiro, trazem à tona o movimento revolucionário promovido por índios, negros e mestiços e que se alastrou em todo o Grão-Pará, e nos braços de rios, como o Tapajós e Madeira. Com a repressão das forças militares do Império aos povos do Madeira muitas vidas nativas foram ceifadas, “como foi o caso dos índios Mura, integrantes da rebelião”.¹³⁹

Em meados do século XIX, o presidente da província, Herculano Ferreira Penna, procurou reativar essa antiga missão no rio Madeira, custeou a manutenção do aldeamento

¹³⁵ Diversos estereótipos foram impostos aos índios do Brasil no período do Império, desde “selvagens”, “bárbaros”, “hordas”, termos que desqualificavam e inferiorizavam os grupos étnicos na tentativa de justificar a dominação do Estado pelos seus dispositivos de repressão.

¹³⁶ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório apresentado ao Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da província do Amazonas, pelo I vice-presidente, Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda.** Manaus, 1853, p. 11.

¹³⁷ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Exposição feita ao Exmo. 1.º vice-presidente da Província do Amazonas, o Sr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo presidente, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna.** Cidade da Barra: Typografia de M. S. Ramos, 1855.

¹³⁸ Sobre a atuação dos jesuítas na Devassa contra os índios Mura no rio Madeira nos séculos XVII e XVIII. Ver: Amoroso (1991).

¹³⁹ HÜTTNER, ÉDSON. **A Igreja católica e os povos indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 21.

fundado a margem desse rio, o que traria em contrapartida resultados esperados. A inserção dos índios no trabalho nos aldeamentos – em pontos estratégicos, nos quais esses núcleos religiosos e de trabalho seriam reestabelecidos pela empresa de Mauá: A Companhia de Navegação e Comercio do Amazonas.¹⁴⁰

A escolha do lugar apropriado para alocar essas populações nativas que viriam a ser aldeadas, passava pelas observações das paisagens e dos pontos em que a navegação a vapor faria suas escalas nos espaços fluídos e deslizantes da calha do rio Madeira. Com isso, procurou-se facilitar o transporte de mercadorias e de produtos primários, em um mercado crescente, por conta da indústria extrativa instalada nesse braço de rio e que se utilizava da mão de obra indígena como a força motriz.

Para isso, era necessário delimitar as espacialidades onde os aldeamentos seriam reestabelecidos, buscou interligá-los aos pontos e rotas comerciais que escoavam a produção para os polos consumidores de Belém e Manaus, bem como para a província do Mato Grosso e a Bolívia. Ao longo dessas territorialidades do Madeira em que foi criada a missão religiosa, Hugo (1969, p. 1030) ressalta que:

O território da Missão estendia-se desde o rio Aripuanã ao Machado; lugar que deveria ter havido atividades agrícolas e um desenvolvimento relativo, uma vez que a margem da vizinhança apresentava vegetação nova, convidativa a lavoura, dando o aspecto, visto do meio do rio, mais de um bosque florestal que uma mata virgem.¹⁴¹

A derrubada das árvores frondosas nas margens do Madeira indicava que a área fora bosquejada pelos índios aldeados naquela missão com o intuito da prática da agricultura. A visão de uma nova paisagem pode estar relacionada aos primeiros trabalhos dos índios gentios descidos de suas aldeias e posto a frente de trabalhos de mateiros, trabalho que exigia a derrubada das matas para a abertura de estradas e para o plantio.

No entanto, a inserção desses grupos a um modelo de trabalho que exigia prestar subordinação dos índios a uma autoridade local, levava os índios a cometer “nefandos crimes como o de insurgir-se contra o seu proprio Chefe Principal (Tuxáua) só porque este quis impedir os excessos e desregramentos daqueles [...]”¹⁴². Esse episódio de insurgência indígena, acarretou com a morte do principal e revelou que a autoridade Tuxáua, apesar de ser uma liderança

¹⁴⁰ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla dirigida à Assembleia legislativa Provincial do Amazonas, pelo Presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna**. Amazonas, 1853, p. 68.

¹⁴¹ HUGO, 1959, p. 130.

¹⁴² AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório da Província do Amazonas do Exmo. Sr. João Batista de Figueiredo Tereiro Aranha**, 1852, p. 7.

indígena, não era considerada pelos índios como uma unidade política que os representava, pois na etnopolítica Mura, as relações de submissão a uma autoridade hierarquizada não era reconhecida.

Essa forma de imposição hierarquizadora fora pensada por normatizações institucionais do Império, que atribuía cargos aos líderes indígenas com propósito de ter o controle dos grupos aldeados. No entanto, a não obediência as regras impostas demonstrou no episódio uma forma de resistência dos índios Mura, resistência ao controle e disciplinamento de seus corpos nos espaços em que o aldeamento estava sendo formado, o que exigiria do Estado uma presença mais enfática de seus agentes nesse processo de restabelecimento das missões.

Os poucos indícios encontrados sobre a atuação de religiosos nos regimes das missões nos anos posteriores, revelam que houve a ausência de missionários no Madeira entre os anos de 1855 – 1868. Os aldeamentos nesse período passaram a ser administrados por principais, assim como os descimentos dos índios que habitavam nas aldeias, longe das margens dos grandes rios e do contato com a frente civilizadora. Segundo o relatório de 1858, umas das funções de um principal era o de convencer os indígenas a descer de suas aldeias.

Um Principal – Belchior – que muito convém em agradar, porque comunicando-se ele constantemente com os índios das Campinas, e sendo ouvido por estes com atenção, poderá contribuir vantajosamente para o descimento dos milhares de Mundurucus, que habitavam nas Campinas e que viviam continuamente em hostilidades com os Ararás, e outros índios antropófagos dos rios Aripuanã e Machado”.¹⁴³

O descimento dos índios Mundurucu das Campinas, e do alto dos rios, tributários do Madeira, evidencia à estratégia encontrada pelo Estado em querer incorporar os índios nos aldeamentos, para poder usá-los como mão de obra, nas feitorias que produziriam de gêneros alimentícios e seus excedentes de uma produção extraída diretamente do trabalho dos índios nos aldeamentos.

Outros fatores, como a rivalidade, as guerras interétnicas, as inconstâncias dos indígenas e seus “maus costumes”, seriam as outras motivações que levariam a prática pelos agentes do Estado de descer os índios de suas aldeias, pois esses aspectos legitimavam a entrada forçada de tais ações.

Nesse percurso, muitos nativos eram mortos, principalmente pelas moléstias que os acometiam, como as “febres que reinavam na vazante dos rios, e os que escaparam aterrados,

¹⁴³ Ibid., 1858. Anexo M., p. 7.

retiraram-se ao centro das matas.”¹⁴⁴ Essa epidemia se alastrou pelos aldeamentos, como no aldeamento de São Pedro do Alcântara na qual acarretou com a dispersão dos indígenas inseridos nessa missão a margem do rio Madeira.

Portanto, as doenças que se alastraram na zona na qual a missão e o aldeamento de São Pedro estava localizado, serviu como um presságio para as futuras empreitadas missionárias que objetivavam o restabelecimento de antigos aldeamentos no território do Madeira, pois mesmo nessas regiões fronteiriças e de difícil acesso, continuaram a serem visadas pelas empreitadas missionárias, pois eram territórios densamente ocupados por grupos nativos chamados de “gentios”. Esses nativos de certa forma não mantinham um pacifismo com os agentes governamentais e religiosos em que as relações sociais e étnicas nessas zonas eram mantidas por relações hostis, pois os povos indígenas percebiam a presença desses agentes como intrusos as suas terras e uma eminente ameaça inimiga.

2.2 A exploração da força de trabalho indígena no território do Madeira e as estratégias etnopolíticas e de resistência nativa ao avanço missionário

Na segunda metade do séc. XIX houve a necessidade de demarcar as vastas áreas do Império e mapear os territórios dos povos indígenas que ainda se encontravam sem contato com as instâncias provincianas. Assim os agentes governamentais embasados na legislação de 1845 (Regulamento das missões) que regulamentava o trabalho indígena e a Lei das Terras de 1850, que regulava o acesso à terra formas de acesso à terra impulsionaram a ocupação territorial na Província do Amazonas.¹⁴⁵

De acordo com Funes 2016, essas legislações foram sendo pautadas nos relatórios imperiais posteriores a formulações dessas leis, que teriam como relevância não apenas lançar mão da colonização estrangeira e da formação dos núcleos agrícolas no Norte brasileiro. Mas teria como foco principal do império, era o de tirar proveito do grande número de grupos indígenas que se encontravam dispersos pelos territórios amazônicos e direcioná-los para o campo do trabalho regular e lucrativo, pois era possível uma ocupação intensiva das terras amazônicas de braços aglomerados em aldeamentos.¹⁴⁶

¹⁴⁴ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla dirigida a assembleia legislativa provincial do Amazonas, em 1 de outubro de 1857, pelo presidente da província Angelo Thomaz do Amaral**. Rio de Janeiro, 1858, p. 23.

¹⁴⁵ FUNES, Francivaldo Alves. **Direitos de propriedade em aldeamentos e colônias agrícolas na Amazônia (1840-1880)**. Niterói: Tempo. Vol. 22, 2016, p. 5.

¹⁴⁶ Ibid., p. 06.

Neste sentido, o reestabelecimento dos aldeamentos na Província do Amazonas passou a ser efetivado. A pesquisa se portou nos aldeamentos reestabelecidos no território fronteiriço¹⁴⁷ do Alto Madeira ao Sul da Província do Amazonas. Pois nesse território, outrora, por volta do ano de 1737 criou-se uma missão jesuíta e para o governo imperial era necessário reativá-la, assim como criar novos aldeamentos em territórios de fronteira, pois eram territórios onde existia um intenso comércio da borracha, e rotas de mercadores que desciam os Andes, pelos rio Beni, Mamoré e *Madre de Díos*.

A retomada de discursos sobre o restabelecimento das missões religiosas nesse território de fronteira, no qual essa missão jesuíta outrora fora fundada, ganhou dimensões nos discursos políticos das autoridades brasileiras. Essa dimensão de continuidade emergiu quando o representante do Brasil na Bolívia, Lopes Neto, que fora enviado a esse país com o objetivo principal de propor e concluir o definitivo ajuste do limites do Brasil com a Bolívia, procurou tratar também com as autoridades bolivianas, negociações de envios de missionários que estavam prestando serviços a esse país.

Os acordos envolviam o estabelecimento de missões religiosas no Norte do império brasileiro. Por intermédio da Bolívia, as negociações entre os missionários da ordem dos franciscanos e o governo imperial brasileiro, encaminhavam-se.

Segundo o pesquisador e memorialista de história eclesiástica, Vitor Hugo, o encontro que tratou desse assunto, se deu em 1869, em La Paz, entre o Frei Franciscano Samuel Mancini e o embaixador brasileiro na Bolívia, Lopes Neto. Este tendo sido notificado das atividades missionárias franciscanas nas terras bolivianas, pediu ao Frei Samuel Mancini que ficasse incumbido de fundar uma missão em território brasileiro.¹⁴⁸

Frei Mancini que já teria experiência em expedições entre os índios Toromana em território boliviano e tendo participado do restabelecimento da missão de Nossa Senhora do Carmo no referido país, e que, porém, o isolamento e falta recursos provenientes do tesouro do Estado boliviano fizeram com que o missionário italiano abandonasse tal empreitada.

Meses depois, frei Samuel Mancini em uma viagem de volta à Itália, passou pelo Rio de Janeiro onde se encontrou de novo com o embaixador Lopes Neto, que tinha regressado da Bolívia. Esse representante brasileiro o apresentou a D. Pedro II que reiterou o pedido para fundação de uma missão. O eclesiástico partiu então para Roma onde entraria com uma

¹⁴⁷ Com o avanço do aparelhamento governamental nos territórios indígenas, levou a refletir que a distinção de fronteiras geográficas e as fronteiras étnicas não podem ser analisadas apenas em conjuntos díspares ou campos específicos. O que se propõem-se aqui, é um estudo que ligue as questão de fronteiras em uma mesma dimensão de campo de estudo, que deia conta de desvendar a história indígena na Amazônia oitocentista.

¹⁴⁸ HUGO. **Os desbravadores**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, vol. 1. 1959. p. 147.

deliberação ao Superior Geral de sua ordem para que pudesse programar missões no Norte do Brasil.¹⁴⁹

Segundo ainda Vitor Hugo, dentre os religiosos franciscanos que viriam a ter presença na administração das missões religiosas no Amazonas, destacou-se frei Jesualdo Maccheti, que viera da Bolívia onde fora superior da Missão em S. Boaventura, no rio Beni, por volta dos anos de 1862-1868. Esse religioso soubera do desejo do império brasileiro de obter missionários para o Alto Amazonas, o que motivou Maccheti a empreender uma viagem para o Brasil no ano de 1869.¹⁵⁰

Esse missionário tendo experiência na implementação de aldeamentos voltados a catequese religiosa, no qual experiência era o que interessava à província do Amazonas naquele momento, visto que os territórios a serem implementadas tais missões se fazia necessário a intensificação de novas ordens religiosas no restabelecimento, fundação e administração de novos aldeamentos.

Segundo Pilar Garcia Jordán (1998)¹⁵¹ referindo-se à presença de missionário franciscanos na Amazônia Andina.

Em todas as missões amazônicas os franciscanos pretendiam lograr o máximo de autossuficiência econômica e, ao mesmo tempo, a geração de um excedente cuja a comercialização permitisse a obtenção de produtos ou manufaturas não disponíveis no interior das missões.¹⁵²

A relação entre ação missionária e o Estado, teria como objetivos, a de emplacar a ocupação dos espaços nativos pelas políticas indigenistas, somadas à frente de expansão seringalista que surgia ao longo do século XIX em todo o território do Madeira se firmando e consolidando uma indústria extrativa, principalmente através de concessões de terras cedidas pelo governo provincial do Amazonas a elites locais, bem como a estrangeiros. Como consta no relatório do presidente da província, João Wilkens de Mattos, que cedera nesse mesmo ano de 1870, 63 concessões de terras ao longo do território do Madeira.¹⁵³ Isso exigiria que a atuação

¹⁴⁹ Ibid., p.148.

¹⁵⁰ O percurso feito pelo frade franciscano, bem como seus relatos de encontros e desencontros com os indígenas no Madeira, encontra-se no seu diário de bordo. Ver: MACCHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti Misionero del colegio de La Paz desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlantico em 1869**. Bolívia: Archivo y Bibliotyeca Nacionales de Bolívia. 1869.

¹⁵¹ Ver em: GARCIA JORDÁN, Pilar. **Fronteiras, colonización y mano de obra em la Amazonía andina (siglos XIX – XX)**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú-Barcelo, Universitat Barcelona, 1998, p. 33.

¹⁵² Apud HENRIQUE, 2018, p. 78.

¹⁵³ **RELATÓRIO lido pelo Exmo., Sr. Presidente da Província do Amazonas tenete-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão da abertura da assembleia Legislativa Provincial, A, 25 de Março de 1870**. Manaós, 1870, p. 41.

missionária fosse eficaz para apaziguar as conflituosidades nos espaços ameríndios, bem como de trazer o indígena para as funções no trabalho extrativista.

O aparelhamento dessas áreas pelo Estado, utilizando-se da imposição das ordens religiosas sobre os povos nativos, demonstrando ser ainda a estratégia mais utilizada de contato, aproximação e convencimento dos indígenas que nesse momento já eram incorporados nos aldeamentos.

Desta forma, o sistema de aldeamento viria a ser reestabelecidos pelas missões franciscanas. Segundo o documento provincial intitulado: “falla” de 1879, que afirma a retomada de cinco missões estabelecidas na província do Amazonas, nas quais:

[...], a de S. Francisco na foz do rio Machado, afluente do rio Madeira, a de S. Pedro neste último rio, a da Conceição na Mamuriá-miry, afluente do Purus, a de S. José de Maracajú a foz do Uaupés e a que se acha a foz do Içana, tributário do rio Negro.¹⁵⁴

Dentre essas missões, destacamos duas, a missão de São Francisco na foz do rio Machado, e a de São Pedro no rio Madeira, que viera a ser reestabelecida pelos missionários. Estas missões estavam inseridas em uma zona de conflito, na qual grupos étnicos se rivalizavam, enquanto as forças missionárias buscavam se firmar e consolidar suas atividades voltadas a catequese e aos aldeamentos.

Os índios que foram impactados com a formação dessa estrutura, foram os grupos nativos das etnias Torá e Arara, e que nesse contexto esses índios viviam em guerras e perpetrando contendas e desestabilizando as recentes colônias de povoamento criadas por toda a foz do rio Madeira até suas cabeceiras, além de um vasto território que compreendia os seus afluentes, os rios Aripuanã, Marmelos, Machado ou Gi-Paraná.

Nessas territorialidades fragmentadas que abrangiam os território que se estende no percurso do afluente do Madeira, o rio Aripuanã, segundo Souza (1875), esse território era povoada por índios Arara, que distribuídos em seus subgrupos Hiauareti-tapué, Anera-tapuí e Matanaú, ocupavam uma parte do território a margem desse rio, território este que provinha a extração do óleo de inúmeras *copaibeiras* que abundavam a sua margem.

Em outro afluente do Madeira, o rio Marmelos, era conhecido também “por ser rico de *copaibeiras* e de seringais, sendo esse território ocupado por índios Torás, Muras, Araras e

¹⁵⁴ AMAZONAS (PROVÍNCIA). *Falla do Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, do dia 29 de março de 1879 abriu a 2.a sessão. A legislatura da Assembleia Legislativa Provincial*. Manaus, 1879, p. 33.

Matanauis, que ocupavam também o rio Machado conhecido por ser o rio com melhores drogas do país”¹⁵⁵.

Os produtos naturais disponíveis nesses rios, afluentes do rio Madeira, logo chamariam a atenção de religiosos, regatões e comerciantes, com o intuito de negociar esses produtos a princípio com os nativos conhecedores dos locais onde existiam as reservas naturais, e no decorrer dessas entradas de diferentes agrupamentos de colonização e exploração nas terras nativas, estes intrusos procurariam estabelecer *missões* de forma a espoliar a mão de obra nativa, exploração da mão de obra indígena que levaria esses grupos vindos de fora a usurpar os bens naturais extraídos das terras indígenas.

A implantação das missões no Madeira iniciou-se em torno das primeiras baixas de índios aldeados, na missão de São Francisco, que foi fundada por volta de 1871. Neste aldeamento: “os índios parintintins, assassinaram, logo no começo da Missão, um índio Torá e, depois de morto, levaram sua ferocidade a ponto de cravarem inúmeras flechas no corpo [...]”¹⁵⁶

Na perspectiva do Estado, a implementação das missões no rio Madeira teria também como objetivos, retirar os indígenas da “barbárie e trazê-los para civilidade”, através do trabalho de catequização e da inclusão dos índios em trabalhos e feitorias estabelecidos em aldeamentos.

Esse modelo civilizatório imposto pelos missionários franciscanos, se aplicaria na missão de São Francisco, que, “sob a chefia do frei Luiz Mancini, havia sido fundada na confluência do rio Preto com o rio Madeira, para a catequese dos índios Araras e Torás. Foi nessa época que tomou vulto a odysseia dos Parintintins no Madeira”.¹⁵⁷

As cobiçadas terras ricas em recursos naturais estavam em áreas ocupadas por esses grupos étnicos, que vinham passando por um processo de convencimento a um longo prazo e que essa persuasão continuaria por toda a segunda metade do século XIX, por conta do estabelecimento da missão implementada pelos religiosos e agentes governamentais.

Esses grupos étnicos citados anteriormente, os Torá, Mura, Arara e Matanaui foram sendo incorporados ao modelo de aldeamento missionário por convencimento religioso, enquanto os temidos Parintintin praticavam resistências¹⁵⁸. Nesse processo de fixação dos

¹⁵⁵ Ver em: SOUZA, F. B. de. **Comissão do Madeira. Pará e Amazonas**. 2º parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 130.

¹⁵⁶ HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Vol. I e II. Amazonas. Ed. Da Missão Salesiana de Humaitá. 1959, p. 160.

¹⁵⁷ GODIM, 1925, p. 6.

¹⁵⁸ Esse processo de resistência do índios Parintintin fica evidente nos escritos de Nimuendajú, 1946, p. 2012, no qual afirma que “Todas as tribos do Baixo Madeira gozaram ao menos temporariamente dos benefícios da catechese; para a solução do problema da pacificação dos Parintintin, nenhuma destas missões contribuiu com coisa alguma”.

grupos étnicos, Arara e Torá no referido aldeamento, “viu-se a missão uma vila de 46 famílias de tribos e línguas diferentes.”¹⁵⁹

As terras dos índios Araras seriam ocupadas para exploração dos seringais, bem como outros recursos naturais que dessa terra provinham, produtos que o mercado consumidor exigia. Isso produziu um efeito de demanda por procura e captura de mão de obra indígena.

A incorporação dos índios no modelo de trabalho missionário, exigiria a passagem dos índios por ritos religiosos católicos, como o casamento e batizados, afim de docilizar os indígenas para integra-los em funções específicas, como o da coleta da castanha, na captura da tartaruga, e no plantio do roçado.

Esses trabalhos eram exercidos pelos indígenas anterior ao sistema de aldeamento, pois antes eram praticados em forma de subsistência, com a incorporação de suas forças de trabalho no aldeamento, esses produtos naturais passam a ser comercializados, por intermédio dos agentes religiosos que comercializam os excedentes.

A doutrinação religiosa imposta pelos franciscanos aos índios levaria a criação de mecanismos de exploração, bem como o disciplinamento dos índios nos espaços dos aldeamentos, o que faria estes nativos trabalharem em um sistema de servidão semelhante a um regime de escravidão, pois eram estimulados a efetuarem tais atividades pela ação e doutrina religiosa, onde o índio recebiam o mínimo da alimentação necessária para sua sobrevivência.

A exploração da mão de obra nativa não trouxera para os missionários ao longo da administração da missão um excedente que compensasse o custo dos trabalhos efetivados no aldeamento, como viria a ocorrer no mesmo período na indústria extrativa da borracha dominada pelos seringalistas. Mesmo como a produção de um excedente mínimo nos aldeamentos missionários, era necessário dar andamento ao processo civilizatório, levando a catequeses aos indígenas, umas das propostas lançadas pelo governo imperial brasileiro nesse territórios.

Um dos pontos importantes a ressaltar dos missionários franciscanos no rio Madeira, era sua forma de adentrar nas aldeias indígenas, onde eram negociados os descimentos. Visavam agrupar esses nativos em aldeamentos para fins de conversão e espoliação da sua mão de obra. Esse processo revela também outra faceta, a de descolonizar os índios de suas aldeias, e introduzi-los a morar em “casas de taipa, com todas as janelas e portas e quase todas cobertas de telhas”¹⁶⁰. Essa mudança que perpassa pela transformação de um modelo tradicional de

¹⁵⁹ HUGO, Vitor, op. cit., p. 159.

¹⁶⁰ Ibid., p. 160.

habitação indígena (malocas) para o outro, o modelo ocidental de habitação. Isso levaria a perda da complexa relação dos indígenas com sua tradição ancestral de estrutura habitacional, agregando-os a uma nova estrutura habitacional portuguesa.

No princípio, a missão que constituiu o aldeamento de São Francisco, procurou promover a exploração da mão de obra dos índios em uma modalidade, em que, os inseriam na agricultura, principalmente em plantações de mandioca, na produção de farinha para sua subsistência, bem como na fabricação *paneiros* para a venda. Na estação de chuvas os índios aldeados se ocupavam na extração de óleo de copaíba, fabricavam canoas que as quais vendiam para regatões e comerciantes locais.¹⁶¹

A relação dos índios aldeados como os regatões poderia ser considerada arbitrária, visto que, a comercialização do regateio com os índios seria uma prática que atrapalharia o monopólio da produção e negociação dos excedentes, em que deixavam de ser repassados aos missionários para serem negociados diretamente entre índios e regatão, em um sistema de trocas desiguais que favorecia o lucro do regatão, nas quais, os índios em negociações desiguais trocavam suas faturas de carnes de caça, seus arcos e flechas com bebidas alcoólicas que nesse processo a água ardente passou a ser consumida pelos índios.

Segundo o relatório de província de 1878, os regatões que comercializavam no rio Madeira e no rio Machado, se assemelhavam a “vampiros”, pois abusavam da ingenuidade e boa índole dos catequisados, sugando-lhes o melhor fruto de seus trabalhos, em troca de objetos de insignificante valor, e de bebidas alcoólicas.¹⁶² A relação das trocas introduzidas pelos personagens nesses cenários, partia do comércio de produtos colhidos na floresta, que favorecia apenas os espectros vindos de fora em trocas simbólicas desiguais com os índios.

Por outro lado, a borracha que estimulou a atividade dos regatões, assim como o comércio ambulante nas intrincadas redes fluviais dos rios na Amazônia, começaram a ser perseguidos pelas autoridades, pois esses não pagavam taxas ao governo pela sua atividade comercial, que eram alvos de todos os tipos de crimes contra os índios.¹⁶³ Assim como, as relações de violações e exploração dos corpos nativos que se instituiu no Madeira, por meio dos regatões tidos como poderosos que se embrenhavam nos rios para a prática do regateio.

Essa forma de comércio que por muito tempo fora rechaçada pelas autoridades locais, pois atrapalharia as políticas de catequese e conversão do nativo ao trabalho e na produção de

¹⁶¹ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla com que O Exmo. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província do Amazonas, abriu a 2.a sessão da 15.a Legislatura da Assembleia Provincial em 4 de Abril de 1881.** Manaus: Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1881. p. 38.

¹⁶² AMAZONAS (PROVÍNCIA). Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1878, p. 22.

¹⁶³ CALDAS, Sérgio Túlio. **Portos do Brasil = *The Ports of Brazil*.** São Paulo: Horizonte, 2008, p. 192

excedentes. Isso revela que a relação das trocas simbólicas desiguais favorecia a introdução de costumes ocidentais entre os índios do Madeira, pode-se dizer que essa introdução da água ardente (álcool) entre os índios fazia parte do processo de mestiçagem cultural.

Esses ocorridos de certa forma podem ter contribuído para mudança dos cargos entre os missionários, a substituição do Frei Samuel Mancini do cargo de superior das missões foi repassada a Frei Jesualdo Maccheti a função de superior e “prefeito das missões” da Província do Amazonas como consta no registro oficial de 1878.¹⁶⁴

Os eventos anteriores que envolviam as relações de trocas desiguais como o escambo entre índios e regatões podem ter corroborado com a mudança na estrutura de poder em voga, e marca o início das investidas Parintintin aos aldeamentos. Mas o que importa dizer nesse primeiro momento, e que as condições de conflitos não se passavam apenas entre grupos nativos, perpassava também por casos que envolviam colonos e comerciantes em participações de raptos de crianças.

A maior parte da população se compunha de índios adultos porque as crianças antes de os pais serem aldeados, haviam sido roubados pelos brancos. Em vista disso, alguns índios Torá viviam afastados, não querendo residir na Missão, temendo também o roubo de seus filhos.¹⁶⁵

Havia a dificuldade de manutenção desse sistema arcaico de aldeamento, pois os raptos de crianças indígenas desestabilizavam o modelo, levando os índios aldeados a desconfiarem dos reais interesses dos missionários, pois já viriam sofrendo com perdas de suas proles ao interagirem com os brancos nesses espaços. Esse seria um dos motivos pelos quais fizeram os índios a abandonarem gradualmente os aldeamentos, ou as condições que foram colocadas aos índios aldeados, que impunha um trabalho que desgastava e fragmentava sua força de trabalho.

O documento “*fala*” de 1881 ainda nos dá uma estimativa da mão de obra nativa inserida no aldeamento, cerca de 400 indígenas foram inseridos nos trabalhos da missão de São Francisco¹⁶⁶. No mesmo ano duas correrias dos índios Parintintin ocasionaram mais de uma dezena de mortes no rio Madeira nas proximidades da missão de São Francisco.¹⁶⁷

¹⁶⁴ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla fala com que o Exmo. O Sr. Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, no dia 29 de março de 1879 abriu a 2.** A sessão da 14. A legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. Manaus, 1878, p. 49.

¹⁶⁵ HUGO, op. cit. p. 160.

¹⁶⁶ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla do presidente da Província do Amazonas Satyro de Oliveira Dias,** 1881, p. 38.

¹⁶⁷ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla do presidente da Província do Amazonas Satyro de Oliveira Dias,** 1881, p. 38.

Logo se percebe que esse sistema é passível a decadência, os conflitos entre os Parintintin e os índios aldeados da etnia Torá e Arara, já se faziam presentes anterior ao processo que levou esses dois últimos grupos étnicos a serem aldeados, pois nessa zona de contato hostil os conflitos interétnicos faziam parte da cultura desses grupos nativos rivais, a vingança pelas mortes de inimigos era o motivador para que se continuassem as guerras e as rivalidades entre os grupos étnicos.

A dispersão dos índios dos aldeamentos sugere indagar qual teria sido a percepção sobre o tempo pelos indígenas, que por força e imposição eram gradualmente alocados para as proximidades das margens dos rios, em pontos estratégicos para a coleta dos produtos da floresta. Inseridos nesses novos espaços, a força de trabalho e o tempo disposto por estes nativos aldeados nos períodos de coleta, passaram a ser inseridos em uma forma pré-capitalista de produção de excedentes, em que, não fazia parte da rotina e dos modos de trabalho indígena esse tipo e modalidade de organização de trabalho.

Esses povos não estavam vinculados a uma mecânica que obedecesse às leis do mercado e sim, se baseava na relação desses grupos com a natureza na forma de uma economia de subsistência, na qual a maior parte do seu tempo era destinada para outras atividades, culturais, ritualísticas e de lazer.

A tecnologia indígena, elaborada a partir de suas técnicas de produção de artefatos, plumagens e pinturas corporais, eram importantes no uso do tempo. Esse conjunto de práticas disponibilizaria a maior parte do tempo dos grupos nativos do Madeira, bem como as práticas da guerra.

Assim como, o modelo de utilização e trabalho no cultivo do solo executado pelos índios, se baseava basicamente em um sistema de coivara, que requeria uma menor parcela do tempo para tal prática da agricultura e a reutilização do mesmo solo, transformando-o em uma rica e fértil terra preta.¹⁶⁸

Dessa forma, percebe-se que os índios do Madeira anterior ao processo de entrada nos aldeamentos, estavam inseridos em uma economia de subsistência, que foi substituído por novas relações de trabalho ao longo das missões, pois o sistema imposto pelos missionários tentou estabelecer modos de produção pré-capitalista, sem antes averiguar como era a organização social e os costumes dos povos nativos do rio Madeira nas suas aldeias.

¹⁶⁸ Os argumentos sobre o sentido e uso do tempo pelos povos nativos da Amazônia confluíram a partir da obra do antropólogo Pierre Clastres. **A Sociedade Contra o Estado**: pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

De acordo com o relatório de província do ano de 1883, fica evidente que havia um conhecimento prévio pelo Estado e tão pouco aprofundado sobre as práticas sociais e de subsistência estabelecidas pelos indígenas, de modo a afirmar que, entre os confortos do lar e os trabalhos sedentários, o índio preferia a vida nômade e aventureira, vivendo da pesca e da caça atravessando distâncias numerosas para fazer plantações que abandona em pouco tempo.¹⁶⁹

Nesse contexto, em que as tensões eram produzidas na espacialidade do aldeamento São Francisco e nos seus arredores, verificou-se uma denúncia feita por um comerciante de nome Manuel Pereira Gonçalves, notificando as autoridades amazonenses das ameaças que vinham sofrendo as populações do aldeamento São Francisco, pelos “terríveis Parintintins”, solicitando da presidência do Amazonas um destacamento militar para estabelecer segurança contra os “ditos selvagens”.

Como motivo de seus justos receios expuseram o fato de haver sido atacado um pescador que não pode evadir-se sem ser flechado, e de não existirem já interpostos entre Parintintin e os habitantes desses lugares, para perseguir aqueles, os índios Torás e Araras, que se acham hoje fazendo parte da missão em S. Francisco.¹⁷⁰

A preocupação com os ataques no referido local e nos seus arredores, trouxe indícios da fragilidade do sistema de aldeamento, mesmo com a autorização do presidente da província no envio de uma força de “10 praças e um oficial”, para que se destacassem na foz do rio Machado com a finalidade de conter os “terríveis Parintintins”.

O destacamento, acampando-se em divisas territoriais estratégicas, postou-se no lugar denominado de S. Roque, perto da foz do rio Machado, firmando um entreposto na tentativa de conter os ataques dos índios Parintintin que se mostrou ineficiente.¹⁷¹

O fato de o destacamento militar não obter êxito nessa emboscada, se passou pelas estratégias dos ataques dos nativos indígenas que se assemelhavam aos de um ataque eficaz de guerrilha, tanto na aproximação aos inimigos, quanto depois na dispersão destes nas matas.

Paralelo a tentativa frustrada da repressão dos “praças” aos ataques de índios Parintintin, que vinham continuamente contribuindo com o esfacelamento dos grupos nativos que estavam aldeados. Sendo os ataques um dos motivos para a crise que se instalou no aldeamento de São

¹⁶⁹ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório do presidente da Província, José Lustosa da Cunha Paranaguá**, 1883, p. 44.

¹⁷⁰ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Falla do presidente da província do Amazonas**. Satyro de Oliveira Dias, 1881, p. 44.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 44

Francisco, assim como outros fatores como os desencadeados pela exploração da mão de obra indígena, assim como os raptos de crianças no respectivo núcleo de aldeamento.

No aldeamento de São Pedro, a debandada dos grupos aldeados se deu pelas epidemias de varíola que se espalhavam rapidamente entre os nativos, providas do contato com os brancos. Nesse aldeamento

[...], que era situado poucas léguas abaixo de Crato, em consequência de ter-se nela desenvolvido a varíola de que foi vítima grande número dos índios, que ali estavam aldeados, tendo os escapados e abandonando a missão para se reunirem aos de S. Francisco, foi declarada extinta pelo meu antecessor.¹⁷²

As vítimas fatais acometidas por essa epidemia e a debandada dos índios da missão de S. Pedro se mostraram danos irreparáveis recuperar atividades do governo e de seus agentes religiosos no aldeamento. Os sérios acontecimentos revelaram que, a não adaptação destes índios desse sistema defasado que teria como intuito inserir os índios a diversos trabalhos e atividades, levou-os a contatos e interações em um núcleo de povoamento monitorado, formados por aglomerados de grupos étnicos diversificados, em um espaço insalubre¹⁷³, o que desencadeou as mortes e fugas de índios do aldeamento, em proporções que não conseguiu se reverter. A não ser, a transferência de poucos indígenas sobreviventes para o fragilizado aldeamento de São Francisco, no qual poucos índios ainda se sujeitavam as ordens advindas dos missionários.

O estado de calamidade no aldeamento de São Pedro, onde eclodia também as hostilidades entre grupos nativos rivais, através dos conflitos interétnicos. Conforme as informações do Frei Jesualdo Maccheti em resposta ao ofício encaminhado pelo então presidente da província do Amazonas, Faria Souto, no ano de 1884, que pediu informações à autoridade missionária – o prefeito das missões, sobre os diversos ocorridos no referido aldeamento, Maccheti ressalta que, os principais responsáveis pelo colapso do sistema de aldeamento no território do Madeira, seriam motivados por grupos de índios Parintintin.

¹⁷² AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório com que o Exmo. Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da Província do Amazonas, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 11 de Janeiro de 1889.** Manáos: Typographia do Amazonas, 1880, p. 11.

¹⁷³ Além do surto de varíola que acometeu entre os nativos do Madeira, outras doenças foram se propagando no Amazonas. Desde 1869, o governo amazonense tinha o conhecimento de diversas doenças que se manifestavam na província, como: a cholerina, a angina, a disenteria, a febre catarral, a intermitente e também a febre amarela, que eram mais frequentes nos meses do crescimento e vazante do rio. Desta forma, além do descaso do Estado em não promover uma saúde pública e assistência aos atingidos por essas moléstias e doenças, o que culminou com o gradual desaparecimento dos grupos nativos. Ver: Relatório do presidente de província, 1870, p. 18.

Principiando pela missão de S. Francisco do rio Madeira, perto da fôz do rio Machado, declaro a V. Exc, que esta missão está vaga faz 18 meses por falta de religiosos, por cujo motivo em 18 do mês passado propus a V. Exc.^a, a renúncia d'essa missão. [...] Sr. Amancio Faria da Cruz, morador daquelle aldeamento. Este meu encarregado [...] me participou que os Parintintins em 22 de maio tinham matado dois índios da tribo Arara pertencentes aquela missão, porém não me dá os pormenores. São estes índios nômades e no espaço de quatorze anos mataram mais de vinte pessoas pertencentes a mencionada missão.¹⁷⁴

As emboscadas e perseguições aos grupos aldeados persistiram até o declínio dessa missão nas duas décadas finais do século XIX, assim como, os outros fatores ressaltados anteriormente, mostraram a ineficácia do modelo de aldeamento franciscano. O que se conseguiu, além disso, foi o que já se deveria esperar, foram os maus tratos e o esbulho dos gentios, sendo afinal, o sistema condenado pela experiência, e por estratégias de guerrilha impostas pelos índios Parintintin nos diversos espaços em que as missões religiosas vigoraram.

Mediante ao fracasso das missões frente a participação dos índios Parintintin nos ataques aos aldeamentos, foi que se percebeu, que a atitude do governo provincial de inserir grupos religiosos em terras pertencentes aos nativos, foi uma alternativa de risco tomada em conjunto com o Governo Imperial, na qual impôs uma autoridade em um ambiente onde a sua representatividade era contestada e posta em cheque.

Os obstáculos produzidos pelos nativos nos espaços do Madeira fizeram com que houvesse um retardo nas ocupações nessa região, dificultando a política de expansão e a efetivação de novos projetos governamentais de ocupação e exploração dos recursos no Madeira.

Neste sentido, é notório ressaltar o entendimento das autoridades da província do Amazonas acerca da função guerreira dos Parintintin, pois, esses nativos organizavam seus ataques de forma a combater a entrada das populações de não-índios e suas frentes de expansão adventícia, bem como foi percebido que os índios Parintintin se opunham à organização de novos povoados e eram contra a fundação dos aldeamentos, o que impactou diretamente com a manutenção desse último modelo.

O interesse de trazer a civilidade a esses grupos nativos por parte do Estado teria como finalidade, a proposta de fortalecer os interesses dos grupos hegemônicos a explorar a mão de

¹⁷⁴ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Exposição com que o Exmo. - presidente da Província do Amazonas, Dr. Theodoro Carlos da Farias Souto entregou a administração da mesma ao Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva, em 12 de julho de 1884.** Manaós, 1885, p. 12.

obra indígena, nas benfeitorias, para a extração da seringa ou goma elástica – a principal indústria do rio Madeira.¹⁷⁵

A percepção da cobiça dos recursos naturais não era apenas advinda das frentes de expansão do extrativismo liderada pelos seringalistas, comerciantes e empresas aviadoras, mas também pelos missionários franciscanos que se subverteram os seus ensinamentos sobre os desprendimentos dos bens matérias individuais em prol dos seus próprios interesses.

A participação dos índios Parintintin no declínio das missões franciscanas no Madeira, fez com que a presença destes nativos nos documentos oficiais se tornasse enfáticas, por ser alvo das ações e do controle do Estado são apontados nos documentos da província do Amazonas, como os principais causadores do terror nessas paragens e continuavam a serem os principais obstáculos para projetos futuros do novo regime político que viria: a Nova República.

No governo republicano brasileiro em que se prevalecia certa laicidade, (mas que não deixou de ter a presença de entidades religiosas), potencializou melhores táticas de aproximações com os povos indígenas do Brasil republicano do que os modelos de aproximação estabelecidos no Império, com base nas ciências positivistas do século XX, novas tentativas de “pacificar” o índio são estabelecidas, a “criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre povos indígenas e distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder”, foram sendo inseridos nesse processo.¹⁷⁶

¹⁷⁵ MACCHETI, 1869, p. 53 (tradução nossa).

¹⁷⁶ LIMA, 1992, p. 155.

CAPÍTULO III

3. A INTRUSÃO DOS SERINGALISTA E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO RIO MADEIRA

Na segunda metade do século XIX com a crescente demanda internacional por borracha, o governo Provincial do Amazonas produziu intensos discursos com o *slogan*¹⁷⁷ de “progresso” e “modernidade”, (discursos formulados por grupos hegemônicos), que vinculam propagandas visando à procura por mão de obra, para a implementação da indústria mercantil gomífera que crescia no território do Madeira. O *slogan* corroborou para que, populações de todas as partes do mundo se deslocassem para o território fronteiriço, por meio da propaganda governamental financiada por particulares que diziam carecer, “de braços industriosos e morigerados.”¹⁷⁸ Criar propagandas bem elaboradas e difundir-las através dos discursos dos presidentes da província, mediados pelos anúncios impressos nos jornais de época surtem efeitos quando se atingem os nichos pretendidos.

Esse discurso político voltado no primeiro momento aos que se assentavam no espaço da assembleia ganhava repercussões fora do ambiente político chegando ao conhecimento dos súditos e despertando forte interesse de populações de outras partes do Império e no âmbito internacional. Essas populações agenciadas, se alocavam nas regiões distantes de seu local de origem com a perspectiva de obterem uma riqueza fácil. Ao adentrarem a espacialidade a que Alberto Rangel define como “o inferno verde”¹⁷⁹, eram guiados e largados nos espaços fragmentados do Madeira, nas beiras de barranco, em seringais ou em pequenos povoados e vilas.

Sobre as transformações nos espaços fragmentados do Madeira, Tavares Bastos cita em seu livro O Valle do Amazonas, a percepção dessa região pelo olhar de um viajante, o tenente

¹⁷⁷ Afirimo que os *slogans* são um produto da propaganda governamental e de grupos hegemônicos que pretendiam escamotear seus reais interesses (explorar de modo compulsório as forças de trabalho dos grupos que migravam para a região do Madeira), ao propagar tais *slogans* atraíam sujeitos que eram inseridos na indústria extrativista do Madeira. Conforme Thompson. E. P. (2011, p. 239), os historiadores da tradição marxista influenciados pelo conceito gramsciano de hegemonia, também têm investigado com novos olhos as formas de dominação e controle da classe dominante.

¹⁷⁸ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório lido pelo exm. O Sr. Presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d’abertura da Assembleia Legislativa Provincial á 25 de março de 1870.** Manaós typ. do Amazonas de Antonio Cunha Mendes, 1870, p. 27.

¹⁷⁹ RANGEL, Alberto. **O inferno verde: cenas e cenários da Amazônia.** Manaus: Valer, 2008.

L. Gibbon, que por volta de 1854 ao percorrer durante dois anos, e tendo dos Andes baixado a Cochabamba e até vale do Mamoré, desceu por este ao Madeira e pelo rio Amazonas, ele relata que no trecho abaixo das cachoeiras de Santo Antônio no rio Madeira, existia uma aldeia denominada de Crato e que no percurso até Borba, ele exclamou que o território “era só habitado por temíveis selvagens”.¹⁸⁰

A percepção bruta e estereotipada do tenente norte americano sobre as populações nativas daquela região que habitavam “desde o Crato ao Madeira até exaltação no Mamoré”, revela o contraste das regiões percorridas e de um certo reducionismo em desqualificar os nativos e possivelmente os primeiros migrantes regionais introduzidos nesses espaços. Além desses grupos serem indianizados pelo viajante Gibbon, que via a possibilidade futura de empreendimentos estadunidense fossem legitimadas no território do Alto Madeira. O interesse desse explorador seria de avaliar o trajeto e estaria ligada a produção de informações para serem entregues ao governo dos EUA, que estaria interessado em aproximarem-se trajetos e comunicações internacionais com a Bolívia.¹⁸¹

Treze anos mais tarde, quando Tavares Bastos, em 1866, trafegou subindo o rio Madeira, constatou “estabelecimentos regulares, e muitos habitantes na margem do rio, que se tornou um dois mais frequentados pelos comerciantes de drogas”.¹⁸² É nesse período que a apropriação de seringais e castanhais nativos pelas frentes ocidentais foi iniciada, isso estabeleceu relações comerciais nesses espaços de mobilidade.

Sabemos que nessa espacialidade fronteira, morada de populações nativas e que as interações entre culturas distintas decorrentes dos deslocamentos populacionais, e que formou-se ajuntamentos ou agrupamentos que “assumem a co-presença social e historicamente estruturada de grupos dentro de um espaço – uma zona de contato”.¹⁸³ Isso se deve ao processo de ocupação no Madeira pelos não-índios e que passou a se intensificar a partir da década de 1870. A presença de comerciantes regatões e das populações regionais demonstra que as ocupações desenfreadas de terras indígenas, iniciam-se com as frentes de expansão, articuladas com governo provincial vigente.

A apropriação das terras ancestrais indígenas, pelas frentes de expansão fica mais clara, ao analisar a política da província amazonense sobre as concessões de terras, que os relatórios

¹⁸⁰ BASTOS, Tavares, 1868, p. 301, 308.

¹⁸¹ Em meados do século XIX, houve uma campanha deliberada da imprensa dos Estados Unidos pela navegação no rio Amazonas. Com base nas teorias de Mr. Maury, foi incentivado expedições pelo Amazonas afim de adentrar o interior da Bolívia para buscar riquezas imensuráveis. Ver em: LUZ, Nícia Vilela, 1968.

¹⁸² TAVARES, Bastos. op. cit., p. 308.

¹⁸³ PRATI, Mary Louise, 1993, p. 12.

de 1867 registram, um total de 141 concessões de terras na província amazonense, e que sua maior parte, estavam inseridas no território do Madeira. Nessa região se encontravam mais de um terço de todas as terras concedidas pelo governo provincial, vastas áreas foram concedidas a particulares, que tinham dentre suas obrigações demarca-las.¹⁸⁴

De acordo com Davi Avelino Leal, em sua tese sobre, *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*, argumenta que, “o objetivo das concessões era não só evitar os conflitos entre seringalistas que visavam expandir os domínios dos seringais como também levantar recursos com os impostos resultantes da regularidade.”¹⁸⁵ Ainda de acordo com o esse historiador que aponta para uma outra modalidade de ocupação, no qual os sujeitos que não se enquadravam nos meios legais para a ocupação das terras estariam praticando o que foi chamando pelas autoridades provinciana de “usurpação de bens nacionais e a sonegação de impostos à Fazenda Nacional”¹⁸⁶. Dessa forma, a posse de terra por meio legal só se dava por negociações a títulos onerosos ou doados pelo governo da Província do Norte, os outros meios de ocupação territorial eram considerados ilegais aos olhos do Império.

Percebe-se, dentre outras coisas, que os interesses de grupos hegemônicos a respeito das ocupações das terras do Madeira deixavam silenciados e desassistidos os povos nativos sobre a questão da terra. O governo provincial, contrários às políticas que favorecessem a legitimidade e o pertencimento das terras indígenas, estabeleceram leis em meados do século XIX, na qual a legislação Imperial, que estabeleceu a Lei de Terras de 1850, não reconhecia “as posses indígenas em áreas de antigos aldeamentos (e por isso) foram questionadas pelas autoridades das províncias do Norte.”¹⁸⁷

Desprovidos dessas políticas de terras, as populações indígenas iniciaram resistências, pois as constantes intrusões de seringueiros, migrantes nacionais e estrangeiros, nas suas terras acarretaram disputas que levaram ao etnocídio de muitas culturas nativas, e extermínios de populações nativas com troncos linguísticos variados, de modo que foram sendo invisibilizados.

Como os grupos étnicos ramificados da unidade Kawaíwa, que dentre eles se encontram os Parintintin, foram continuamente perseguidos pelas frentes de expansão no Tapajós no início

¹⁸⁴ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório lido pelo exm. O Sr. Presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial a 25 de março de 1870.** Manaus typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870. p. 41.

¹⁸⁵ LEAL, Davi. Avelino., 2014, p. 68.

¹⁸⁶ AMAZONAS (Província). Relatório do presidente da província do Amazonas de 1870, vol. 15, p. 38 apud LEAL. D. A., 2014, p. 68.

¹⁸⁷ Ver em: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. p. 88.

do XIX, assim como pelas guerras “intertribais” que desencadearam sua dispersão e que, “destróçados pelos Mundurukú, a divisão ocidental da tribo se retirou para afluentes do Madeira”¹⁸⁸, e que a partir dessa dispersão vieram a ter maiores expressividades de sua presença em outros territórios amazônicos.

Análogo ao deslocamento e dispersão dos povos Kawahíwa para outros territórios como o do rio Madeira, ocorreu em um momento em que a ocupação desse território por nacionais que vieram trabalhar como seringueiros nos seringais. Esses encontros hostis ou choque cultural continuariam entre índios e as frentes de expansão do extrativismo da borracha, continuariam a ocorrer nos territórios fragmentados do Madeira no qual culminou como uma série de ataques perpetrados pelos Parintintin e por outros grupos nativos aos recentes nacionais inseridos nessa zona hostil. Segundo o Relatório da Província do Amazonas de 1870, afirma que:

[Em] 1860. – No mesmo distrito de *Crato*, os Parintintins perpetraram cinco mortes. Ignora-se os nomes das vítimas.”
 Em [1863] outubro, 2, os Parintintins apareceram no *Paraná-Píxuna*, afluente do Purús, e assassinaram alguns muras e aferiram outros.
 Em Agosto [1865], os Parintintins, assassinaram, no *rio Machados*, a três índios civilizados: João Miri, José Francisco; e José Antonio.
 Em novembro de 1888, em Crato, os Parintintins assassinaram a Antonio Primo de Goés, o Manoel José, e feriram gravemente a Bartholomeo Francisco Goés (menos).”¹⁸⁹

Esses casos eram mencionados com frequência nas fontes oficiais da província amazonense, e mostram que nesse período se intensificavam além dos conflitos interétnicos, os conflitos entre índios e nacionais que nesse período vinham sendo inseridos no território do Madeira. As resistências indígenas promovidas através de ataques podem ter sido motivadas pelo intrusão e ocupação desse território por essas frentes ocidentais, aja visto que essas zonas anteriormente eram habitadas especificamente por grupos indígenas, e entre eles os que eram mais hostis a avanço adventício eram os Parintintin, que praticavam ataques de surpresa.

¹⁸⁸ Ver em: NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Índios Parintintin do Rio Madeira.** *Journal de la Société des Américanistes.* Tome 16, 1924. p. 202.

¹⁸⁹ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório lido pelo Exm. o Sr. presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d`abertura da Assembléa Legislativa Provincial a 25 de março de 1870.** Manaus. Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870, p. 11.

Os índios selvagens Parintintins atacaram de surpresa no rio Madeira a barraca de Manoel do Nascimento, a quem mataram á flechadas, assim como a Jacitha, **cortando-lhes as cabeças e pondo fogo a barraca.**¹⁹⁰

Analisando as peculiaridades desses ataques, podemos analisar que essa prática nativa de cortar as cabeças dos inimigos era um ato que se baseava na prática guerreira dos Kawahíwa, que era vinculada a um costume ritualístico que só concretizavam prestígios ao matador quando a cabeça decapitada do inimigo era destruída em terreiro.¹⁹¹ Isto leva a considerar que a função social da guerra ainda se manteve muito forte e presente nos grupos nativos da Amazônia, sendo os Parintintin, um dos grupos étnicos que mantiveram essa prática de guerra e ritualística em seu sistema político, cultural e de crenças.

Os ataques do Parintintin aos Neo-Brazileiros são feitos em qualquer época do ano e a qualquer hora do dia e da noite. No verão, quando os igarapés estão secos e os bons facilitam as excursões, os ataques são mais frequentes, porém, como estes índios tem canoas escondidas em toda parte do seu território, são capazes de penetrar, por lagos e igapós, até os estabelecimentos dos seus inimigos, mesmo no rigor do inverno.¹⁹²

As táticas de guerra ao longo alcance e a mobilidade desses índios a qualquer tipos de terrenos, como também pelos percursos fluviais. Esses índios agiam estrategicamente quando queriam acessar as localidades onde as barracas dos seringueiros, as casas dos seringalistas localizavam-se, com o objetivo de *contactar* esses exploradores e expulsá-los das suas terras ancestrais. Nessa mesma perspectiva ameríndia, Rosa Mendonça de Brito corrobora que por um lado esses contatos levariam a lutas desiguais entre rifle e a flecha, porém exalta a característica dos índios Parintins, sendo um povo nativo aguerrido e de forte resistência.

As lutas que se desenrolaram nos desertos verdes foram determinadas por invasões e posses de terra, especialmente pelas anexações dos castanhais através de erros nas demarcações onde as linhas cortavam posses, barracas e sepulturas indígenas, o que levaria, mais tarde, a sacrifício da vida dos proprietários pelas flechadas à traição ou encontros sangrentos. Vingando o desrespeito às malocas, onde viveram seus ancestrais, combateram, mataram e incendiaram e, quando não tinham mais forças para enfrentar os inimigos

¹⁹⁰ AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na ata da abertura das sessões ordinárias de 1871, o presidente, José de Miranda da Silva Reis.** Manaus, Amazonas, 1871.

¹⁹¹ Ver em: PEGGION, Edmundo Antonio. **Relações em perpétuo desequilíbrio:** A organização dualista dos povos Kagwahíva da Amazônia. Tese de Doutorado em Antropologia Social, 2005, p. 36.

¹⁹² Vem em: NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Índios Parintintin do Rio Madeira.** In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 16, 1924, p. 229, 230.

em lutas desiguais, flecha contra bala de rifle, partiam para os centros das cerras.¹⁹³

A resistência indígena foi marcada a princípio pelo enfrentamento, motivados por uma cultura guerreira, souberam combater as frentes extrativistas, pois a política indígena baseou-se na guerra, política dos “povos indígenas associados a família linguística Tupi-Guarani.”¹⁹⁴

Segundo dados históricos extraídos dos trabalhos de Almeida (1981) e Hugo (1959) dos quais narram à trajetória do Sr. José Francisco Monteiro¹⁹⁵, que foi fundador da cidade de Humaitá¹⁹⁶. Este português vindo do Maranhão com a intenção de desbravar e comercializar na província do Amazonas, e por volta de 1869 se desloca para o Rio Madeira onde estabeleceu próximo ao igarapé do Mirari um sítio denominado de Pasto Grande localizado nas proximidades de Baêtas, centro de movimentado comércio.¹⁹⁷

Por volta do mesmo ano, esse seringalista foi vítima de assaltos praticados por índios Parintintin, “por três noites seguidas. Os fregueses que trabalhavam para o Sr. Monteiro, propuseram: ou se mudava com eles, ou eles o abandonariam.”¹⁹⁸ A informação sobre esse ocorrido está documentada no relatório da província do Amazonas do ano de 1870.

[Em 1870] A casa do comerciante José Francisco Monteiro, estabelecido no *Baêtas*, rio Madeira, foi, na noite de 3 de Junho, assaltada pelos Parintintins, que assassinaram Anna Thereza d'Almeida, de 60 anos de idade, e feriram, a Suzana - Francisca Rosario, José Gonçalves Ferreira, Buzilio Antonio

¹⁹³ BRITO, Rosa Mendonça De. **O Homem Amazônico em Álvaro Maia**: um olhar etnográfico. Manaus: editora Valer, 2001, p.59.

¹⁹⁴ Ver em: MENÉNDEZ, Miguel A. **Os Kawahiwa**: Uma contribuição para o estudo dos Tupi Centrais. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, 1989, p. 02.

¹⁹⁵ O Comendador José Francisco Monteiro nasceu na cidade do Porto (Portugal) em 19 de março de 1830. Após ter iniciado o estudo nas escolas públicas da cidade natal, em 1840 veio para o Brasil e entrou para o comércio em S. Luiz do Maranhão, continuando embora estudar à noite. Em 1865 foi enviado a Belém do Pará como representante de uma casa comercial. Em 1869 foi para o Rio Madeira. Em 1890 foi nomeado primeiro Superintendente de Humaitá tendo isso se repetido em 1902, 1908. No ano de 1891, de cônsul da Bolívia passou a ser definitivamente encarregado do consulado e da agência aduaneira da República boliviana no rio Madeira. Foi coronel comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Humaitá, falecendo nesta mesma cidade, com 97 anos de idade. Comentário extraído do Pr. Vitor Hugo (1959), que teve acesso ao arquivo particular da família de Monteiro.

¹⁹⁶ Segundo Hugo (1959, p. 200) duas décadas depois cria-se o “decreto 32 de 4 de fevereiro de 1890 criara o município e vila de Humaitá com território desmembrado de Manicoré que demarcava os limites. Dois anos depois “o município de Humaitá foi mantido pela lei nº 33 de 4/XI/1892 Serviço Geográfico do I.B.G.E, 1948. Humaitá recebeu esse nome em homenagem a um feito realizado na Guerra do Paraguai, em 1868, quando forças brasileiras, rompendo as barreiras do rio Paraguai, abriram caminho para a toma de Assunção. Ver em: AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro – Tronco e Ramagens**. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2004, p. 25.

¹⁹⁷ ALMEIDA, Op. cit., p. 19.

¹⁹⁸ HUGO, Op. cit., p. 194.

Rodrigues, Pedro Antonio Ferreira d'Assunção, todos gravemente, e Angelica Ferreira, Catharina da Conceição e o menor Manoel, levemente.¹⁹⁹

Conforme salienta Hugo (1959) sobre esse ocorrido, o Sr. Monteiro retira-se dessa sua propriedade, que teria sido incendiado pelos nativos, assim como o barracão de moradia que ficou em chamas, um batelão e os próprios seringais destruídos pelo fogo, fazendo com que, o seringalista com suas gentes se mudassem do local.

Acatando o pedido dos trabalhadores seringueiros de sair dessa propriedade incendiadas pelos índios, o seringalista tratou de fugir do local. Utilizou-se de canoas em um percurso navegável do rio Madeira, dirigindo-se para uma terra rio abaixo juntamente com sua família e os seus trabalhadores seringueiros. Esse novo lugar foi denominado de Humaitá, passando a ser um ponto de referência no Madeira, tanto para os que residiam nos seringais próximos, quanto para os moradores dos beiradões que negociavam suas produções extrativistas.

Próximo a Humaitá, esse seringalista fixou-se moradia no seringal chamado de Paraíso. Segundo Almeida (1987), este local era “[...], o mais próximo seringal de Humaitá, foi tão importante quanto ao primeiro, pela grande produção de borracha que apresentava.”²⁰⁰ Foi nesta propriedade onde o seringalista José Francisco Monteiro “contratou um certo Caetano Centauro a fim de penetrar nas matas da vasta propriedade, localizando seringueiras, castanheiras e outros produtos”²⁰¹.

Ferreira de Castro²⁰² em sua obra *O Instinto Supremo* (1968) menciona esse personagem seringueiro quando situa em uma narrativa literária romancista construída a partir de uma realidade vivenciada, e que teve como umas das fontes de pesquisa dessa literatura a incursão feita pelo etnólogo Curt Nimuendajú ao rio Maici-Mirim. A obra literária narra o percurso que Curt e seu pessoal fizeram em uma incursão anos depois da feita por Caetano Centauro que foi ao encontro dos índios Parintintin.

Essa narrativa literária descreve a demarcação feita por este seringueiro desbravador no trajeto a procura dos índios. “Junto do arbusto que crescera sôbre o antigo rancho, uma árvore

¹⁹⁹ AMAZONAS (PROVÍNCIA) **Relatório lido pelo exm. o sr. presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembléa Legislativa Provincial a 25 de março de 1870.** Manaus. Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870, p. 11.

²⁰⁰ ALMEIDA, Op., cit., p. 33.

²⁰¹ Ibid., p. 40.

²⁰² José Maria Ferreira de Castro nasceu em Ossela, Oliveira de Azeméis, Portugal, em 24 de Maio de 1898. Aos 12 anos, órfão, emigrou para Belém do Pará. Trabalhou dos 12 aos 14 anos de idade no seringal Paraíso [rio Madeira], onde escreveu o seu primeiro livro. Autodidata, precursor o neo-realismo, sem outros estudos apenas o diploma da 4ª classe, escreve seu mais importante livro “A Selva”, em 1930, traduzido em 25 línguas e em braile. Ver em: Memorial situado no corredor do IFCHS – UFAM.

grossa, a mais alentada de quantas o vizinhavam, ostentava algumas iniciais abertas a canivete, já quase absorvidas pela cicatrização da casca; e, mais abaixo, uma data – maio 1921.”²⁰³

Essa marca incrustada no tronco da árvore revela a passagem do seringueiro Caetano por esse rio e é umas das poucas passagens em que é mencionado uma datação. Além disso, demonstra que anterior à incursão de Nimuendajú pelo rio Marci-Mirim, ocorreu uma outra incursão na tentativa de *contactar* os nativos Parintintin. Dessa forma, intercruzando as redes de informações, se percebe o interesse de grupos em ter o domínio do território nativo.

Ferreira de Castro é um dos poucos autores a exaltar em uma obra romancista um personagem popular e seus feitos “Caetano Centauro é um desses muitos brasileiros corajosos que têm gasto a vida por estes sítios da morte e que quase todos brasileiros ignoram”²⁰⁴.

Muitas possibilidades se abrem para analisar os motivos que levaram a ação do seringueiro Caetano Centauro, a primeira como aponta Barbara Weinsten “a grande maioria dos seringueiros, apesar de explorados, mantinham um grau de mobilidade física e utilizavam certas estratégias que limitavam o controle do seu tempo”²⁰⁵.

O tempo entendido pela ótica capitalista é a função que o seringueiro exercia nos seringais, na extração do látex para produção da borracha, porém outras funções somadas pelos seringueiros nas quais estava a de embrenhar-se nas matas atrás de novos seringais, ou ir de encontro, ou ao encontro dos nativos na tentativa de “pacificá-los”, ou como a literatura romancista em uma perspectiva ficcional tenta repassar, a ideia de que a partir das incursões poderiam mediar comunicações recíprocas.

Se essas relações recíprocas ocorressem, e o encontro fosse pacífico entre o seringueiro e os índios, poderia isto acrescentar que a missão foi bem sucedida, o que traria ao seringueiro um certo *status* e atributos para com o seringalista, pois está relação serviu de assenhramento entre seringueiro e seringalista possibilitaria uma ascensão do seringueiro a um cargo de confiança, como o de gerente do seringal ou mesmo assumir a posição de seringalista.

Portanto, na realidade, muitos seringueiros que tentavam exercer esta função de exploradores e pacificadores, acabavam sendo vítimas fatais dos índios, em emboscadas nas espreitas das matas, nas beiras dos rios, em igarapés e paranás, espaços hostis e caminhos de guerras, mas que não impediam atração, as aproximações e interesses de grupos dominantes em adentrar cada vez mais os territórios ancestrais indígenas, afim de explorar os recursos naturais existentes nessas terras.

²⁰³ CASTRO, Ferreira De. 1968, p. 93.

²⁰⁴ Ibid., p. 93.

²⁰⁵ WEINSTEN, 2002, p. 267.

3.1 Sob o olhar dos Jornais: os confrontamentos entre os índios Parintintin e as frentes extrativistas

Na perspectiva que aborda essas disputas e conflitos em terras indígenas, o *Jornal do Amazonas*, do ano de 1883, evidencia um trecho em que possivelmente grupos sociais ou não-índios pedem providências as autoridades locais para a proteção de eventuais ataques dos índios aos seringais do Madeira, o trecho deixa subentendido quem foi o responsável pelo envio da mensagem solicitando a proteção das redondezas dos seringais do Madeira.

[...], do rio Madeira nos escrevem comunicando-nos que os ferozes Parintintins tem nos últimos dias visitado os seringais do lugar Pupunhas. Por enquanto não atacaram a ninguém, há apenas vestígios próximos as barracas dos seringais. Ainda está na memória de todos a correria desses indomáveis gentios, nesse lugar fizeram vítimas no ano passado.²⁰⁶

Ameaças e ataques perpetrados por índios puderam ser motivadas por diversos fatores, por vingança na qual são feitas em contra-ataques as represálias cometidas por não-índios em seus ranchinhos ou pela morte de índios. Mas as motivações que acarretavam tantos embates eram por conta da presença de populações próximas dos seringais, que poderia isso deixar a entender que esses espaços eram valorizados não apenas por seringueiros e seringalistas, mas também pelos próprios índios, pois existiam nessas terras, além de seringueiras, as castanheiras que eram fonte de alimentação do povos indígenas. A prática guerreira dos Parintintin de confrontar a todos como inimigos, pode ser também uma das causas que levam a esses grupos nativos a exercer essa função com muito eficácia.

Na capa do *Jornal do Commercio* publicado em 4 de janeiro de 1913 com o título “Nas brenhas do Madeira” matéria jornalística que trata da decapitação de um seringueiro pelos “terríveis índios parintintins”. A matéria se baseou em um discurso médico da época no qual chega a reconstruir a partir da autópsia feita no cadáver de um seringueiro de nome Andre, e que a partir disso possibilitou desenvolver pelo editor da matéria jornalística uma segunda camada de comentários discursivos, um tanto especulativos acerca do ocorrido.

Segundo o jornal em que o discurso médico fora enunciado, revelou que o “cadáver decapitado” aparentava ter marcas “produzidas por um instrumento cortante e perfurante”, assim como o lugar onde o corpo foi encontrado, na estrada do seringal Bôa Esperança, próximo

²⁰⁶ PERIÓDICO, *Jornal do Amazonas*, 1883, ed. 00846, p. 3.

a já constituída cidade de Humaitá. Esses indícios possibilitaram ao autor da matéria jornalística produzir com base no discurso médico uma literatura ficcional que pormenorizou o evento, e por onde se construiu à cena em que o seringueiro teria sido “alvejado nas costas por uma flexa, atirada pelo vigoroso braço de um parintintin [...], utilizando-se do terçado da vítima, arrancam-lhe desapidadamente a cabeça, deixando o corpo crivado de flexas.”²⁰⁷

Percebe-se que a partir do discurso médico se produz uma cena fantasmagórica da morte de um trabalhador do seringal. Os comentários do jornal, a atribuição dada pelos enunciados, poderiam ser considerados indicadores de uma evidencia manipulada e tendenciosa. As duas modalidades discursivas descritas no noticiário reforçam um padrão do discurso da época, em que procurava corroborar com tais afirmações do discurso hegemônico do Estado, em que afirmam que os índios são culpados pela barbárie e selvageria nos seringais do Madeira.

Por outro lado, o reforço dos discursos acusatórios caracterizados na coluna do noticiário que era direcionado às camadas letradas de Manaus, ficavam conhecendo apenas um lado da história, a dos atos praticados por índios hostis nas zonas dos seringais, mas silenciavam quais seriam os motivos para tais ataques aos agentes das empresas seringalistas.

A partir do acesso as informações sobre os referidos eventos, esse jornal fizera uma leitura dos índios Parintintin-Kawahíwa, a partir dos seus valores ocidentais, produzindo com isso memórias cristalizadas que legitimaram uma visão estereotipada dos índios do Madeira, em que, o etnônimo Parintintin protagonizaria toda uma produção de um discurso que apontavam esses índios sendo os causadores de ações que promoveriam agitações e relações conflitantes com os novos ocupantes que iam em direção as brenhas do Madeira.

No mesmo ano, o periódico *Extremo Norte*, produziu uma matéria sobre os índios Parintintin, contextualizando os lugares por onde esses “temidos” grupos nativos circundavam, praticando combates a distância, e deixando as populações locais apreensivas às ameaças e aos seus ataques.

Os índios dessa temida tribo que habita a margem direita do Madeira, desde a foz do Marmelos até a do Gy-Paraná ou Machado e um grande trecho da margem direita deste, até o lugar denominado Remanso, acima da Cachoeira 2 de novembro, são juntamente rociados pela população ribeirinha em virtude dos seus constantes ataques.

Agora mesmo, segundo comunicação fidedigna por nós recebida, sabemos que no dia dez mês findo, á plena luz meridiana um grande grupo desses índios ameaçou atacar o lugar denomina do Calama, próximo a foz do Machado, de propriedade dos nossos amigos Asensi & C. e onde funciona a *Agencia Fiscal*

²⁰⁷ PERIÓDICO, *O Jornal do Comércio*, nº 31204 de jan., 1913.

do Estado, lançando flechas contra os habitantes dali, demonstrando intuítos de agressão.²⁰⁸

Segundo o jornal *Extremo Norte*, esse ataque foi repellido, fazendo com que os índios fugissem para as matas deixando seus instrumentos de guerra (arco e flechas) no local. Por outro lado, as incursões dos Parintintin a essa localidade denominada de Calama, assim como na margem direita do rio Madeira se tornavam periodicamente visitados por estes nativos, no qual exigiam que os seringais não fossem explorados pelos seringueiros, ou por qualquer outro proprietário que se arriscasse a adentrar suas terras, confrontando-os em ataques de curto período e expandindo para outras zonas. As queixas vinda do proprietário *Asensi* para o Jornal *Extremo Norte*, produziu por parte do jornal severas críticas aos dirigentes locais, onde exigia providências por proteção e defesa desses espaços conhecidas como “zonas de seringais explorados pela indústria extrativa da borracha”.²⁰⁹

A opinião pública construída pelo jornal *Extremo Norte* que favorecia os proprietários de terras e de seringais no rio Madeira desencadeariam não só críticas aos aparelhos governamentais pela sua ineficácia em não conseguir conter ataques nativos, mais também a propagação do discurso de combate das populações indígenas pela força. Conforme ainda a matéria publicada em 1913 pelo jornal *Extremo Norte*, a “exploração da *hevea*” potencializa outro fator, o das perseguições aos grupos nativos que “ocupam as terras do seu primitivo domínio”. Diversas formas de aproximação e contato com os nativos foram sugeridas pelo jornal, a de deixar presentes nas malocas – que suavizaria as tensões entre índios e seringalista do Madeira, bem como outras repercussões, nesse caso as penalidades previstas no regulamento do Serviço de Catequese, punições que não deixaram de vigorar no início do século XX.

Como vimos no capítulo anteriormente, o Serviço de Catequese instituído pelas missões franciscanas que mesmo com o declínio do seu modelo de aldeamento e catequização implementado no Segundo Reinado, a sua legislação canônica ainda vigorava no Amazonas de forma a manter no papel um poder e regras de proteção aos índios e ainda prezava ideia de convenção dos gentios. Dessa forma, outras tentativas de explorar as espacialidades nativas do Madeira por religiosos são pensadas, outras ramificações religiosas como a do protestantismo anglicano foram uma delas.

O modelo de missões de evangelização protestante anglicana analisada pelo historiador Alexandre Cardoso (2017), aborda que essas missões religiosas que tinham como intuito no

²⁰⁸ PERIÓDICO, O Extremo Norte, 1 de novembro de 1913, n° 20, p. 2.

²⁰⁹ Idem, p. 2.

primeiro momento evangelizar os povos nativos no rio Madeira na segunda metade do século XIX ficaram apenas no plano das ideias.

Segundo Alexandre Cardoso, a tentativa de mobilizar uma missão de evangelização nessa região foi pensada pelo Reverendo Robert Stewart Cloud. Vale ressaltar que Cloud era um representante da *South American Massionary Society* – SAMS. No entanto, esse ideário latente frisado por Cardoso quando analisou a carta publicada na *South American Missionary Magazine*: revelou que havia a previsão de uma atuação missionária envolvendo o governo da Província amazonense. A proposta de levar a “palavra de Deus” para as populações nativas ameríndias desse braço de rio, possibilitaria ao governo dar continuidade no projeto de conversão abandonado pelos missionários franciscanos na década de 1880. Cardoso ressalta que esse projeto foi impossibilitado.

O presidente [Domingos Monteiro Peixoto – grifo meu] ofereceu passagens de ida e volta para Lee e Polak apresentando-lhes duas opções de destino, os rios Madeira e Purus. Ele destacou que no primeiro havia um cenário conflituoso envolvendo os índios Parintintin, cujas investidas estavam sendo marcadas por forte violência, comprometendo o trânsito de viajantes, negociantes e outros agentes, incluso aqueles que faziam parte dos esforços da construção da EFMM. Já o Purus foi apresentado como menos problemático em matéria de conflitos com nativos. O representante anglicano escolheu a segunda opção.²¹⁰

A escolha feita pelos missionários anglicanos foi afetada diretamente pelo constantes investidas Parintintin que comprometiam o trânsito no rio Madeira. Outro fator de instabilidade nessa região que comprometeria a integridade da missão, seria os conflitos entre regionais (não-índios) e os Kawahíba, o que percebeu nesse impasse foi a incapacidade de articulação dos aparelhos institucionais do Império em sanar a questão Parintintin. No plano do discurso a dificuldade em estabelecer políticas indigenista no rio Madeira prolonga-se, aliás, até esses evangelizadores que por ventura eram mais capacitados para tais ações de conversão, desviavam-se das rotas de conflito.

Isso demonstra que a havia uma etnopolítica acerca da manutenção das fronteiras étnicas por grupos Parintintin e que isto se sobressaiu por um período no qual esses índios impuseram uma resistência contra a frente de expansão ocidental e suas formas de demarcação dos limites geográficos, mesmo que os registrados a cartografia elaborada pelo etnólogo Curt Nimuendajú,

²¹⁰ Ver em: CARDOSO, A. A. I. **O Eldorado dos Deserdados**: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. Tese de Doutorado em História Social, 2017. p. 258.

em 1924, deixa de forma nesse mapa outras dimensões de territorialidades ocupadas pelos grupos Kawahíwa-Parintintin.

Conforme a nota comentada no mapa etno-histórico no qual registra a ocupação dos Índios Parintint²¹¹ elaborado por Nimuenajú, em que situa o território do Madeira como sendo uma “zona invadida”²¹² pelos índios Parintintin.

Fazendo uma leitura crítica sobre a alegação de Nimuendajú, de que o território do Madeira passava por um período de “invasão” por grupos de índios Parintintin. A percepção de Nimuendajú em dizer que os nativos são invasores das terras do Madeira, demonstrou não dar o devido valor ao processo migratório desses grupos étnicos, bem como não reconheceu os territórios como sendo ancestrais indígenas.

O etnógrafo e indigenista sobrepujou essa percepção com seu comentário, além de construir um mapa em que delimitaria em perímetro os territórios nativos, afim de delimitá-los em um certo “pacífico”. Através de um estudo da mobilidade e das redes de comunicação dos povos indígenas no território do Madeira, baseada nas interações por guerras e conflitos, foram determinantes para a compressão dos movimentos migrações e formas de resistências etnopolítica desses grupos indígenas.

²¹¹ Ver em: NIMUENDAJÚ, Curt, 1883-1845. **Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas.** São Paulo: ed. Loyola, 1982, p. 47.

²¹² O termo “invadido” atribuído ao tema do mapa etnográfico produzido por Curt Nimuendajú, sobre a penetração dos grupos Kawahíwa na região do Madeira, termo este que deslegitima o pertencimento da região por estes grupos étnicos, que se iniciou a partir da migração destes grupos num intenso avanço que atravessou toda a primeira e segunda metade do século XIX até o início do século XX. (NIMUENDAJÚ, 1924, p. 202)

Figura 2: Mapa etno-histórico elaborado da ocupação Parintint, elaborado por Curt Nimuendajú.

Conforme as fontes analisadas a longo do trabalho, ao confronta-las com mapa etnográfico elaborado por Nimunedajú, indicaram que havia uma mobilidade e fixações dos grupos de índios Parintintin em grandes zonas, que se expandem ao longo do território do Madeira, desde localidades a margem do rio Madeira como: (Três Casas, São Pedro, Humayta, Paraíso, Mirary, Pasto Grande, Calama São Francisco, Crato, Porto Velho até indícios da presença desses índios em Santo Antônio). Essas observações foram baseadas a partir das interações e contatos desses índios com os diferentes sujeitos e agrupamentos sociais supracitados. O estabelecimento dos grupos étnicos Parintintin nesses espaços, passou a ganhar outras dimensões a partir do cerco dos aparelhos do Estado e de sua política indigenista, assim como pela força, persuasão, e controle pelas frentes exploratórias e de ocupação. Os nativos seriam progressivamente desintegrados dos seus territórios, estabelecendo-se apenas nas circunvizinhanças em que se instalaria o posto do Serviço de Proteção aos Índios, exemplo, o SPI da região dos rios Maici e Maici Mirim. Outros grupos étnicos dessa etnia resistiram a esse cerco, provavelmente praticaram a estratégia do isolamento nos centros das matas, quando queriam reivindicar ou por interesses diversos, praticavam as interações com a frentes de expansão quando lhes convinham.

3.2 Os seringalistas e os agentes de “pacificação”: um cerco tutelado?

A atração promovida pelo órgão do SPI, pelo método da “pacificação”, contribuiu para ações de represálias promovidas pelos nativos, por diversas vezes houveram ataques ao Posto de Pacificação, pois este posto localizado as margens do rio Maici-Mrim, foi fortificado com cercados de arame farpado e revestido por chapas de ferro zincado²¹³. Neste contexto foram se tecendo relações sociais, no primeiro momento conflitantes, e que foram se conduzindo para outras interações.

Já os agentes pacificadores se utilizaram de tentativas de persuadir os indígenas pela linguagem tupi falada por Nimuendajú, assim como as táticas de entrega de presentes (missangas, terçados, facas e etc.). Pode-se dizer que essas interações oscilavam entre

²¹³ Ibid, p. 215.

momentos de ataques dos índios Parintintin, que tão logo se dispensavam quando suas flechas e instrumentos de investida acabavam,²¹⁴ e outros momentos de interações mais apaziguadoras.

Nimuendajú narra um desses eventos ao dizer que:

Quatro índios, porém, que ainda tinham ficado na margem oposta atravessaram o rio e se reuniram aquele que já se achava do lado de cá e que tinha levado as missangas da beira.

Juguei que eles tivessem atravessado para se retirar também, mas em vez de irem embora se aproximaram da cerca, agora completamente desarmados. Saí ao encontro deles e ofereci-lhes mais missangas. Eles pararam numa distância de 15 passos e, não permitindo que eu me aproximasse mais, pediram que eu lhe atirasse o brinde. Satisfeito o pedido, um deles amarrou uma coroa de penas num pedaço de pau e, jogando, um deles amarrou uma coroa de penas num pedaço de pau e, jogando este presente aos meus pés, disse: *Erohó!* Leva!

Essa descrição pormenorizada da interação que teve Nimuendajú e seu grupo com os Parintintin, se baseou a partir dos interesses dos índios em adquirir os objetos oferecidos pelo indigenista, e pela perspicácia de Curt. Assim observa-se a relação de trocas que simbolizaria uma interação recíproca e apaziguadora, mesmo que sendo momentânea, pois estes nativos tinham como legado, uma inconstância no trato com grupos estranhos e em se relacionar com os indivíduos fora das suas relações patrilineares e matrilineares, onde se acreditava que essas relações de troca se davam mais incisivamente, sem as pressões que qualquer hora e momento algo saísse do controle.

No entanto nos escritos de Godim (1925) escreve em seu relatório uma narrativa literário repleta de eventos que transcendem os ares de uma veracidade dias posteriores as “trocas simbólicas” entre o pacifista Curt com as hordas de Parintintin no rio Maici-Mirim.

Foi então que tomando de visível confiança, um dos selvagens, de pouca idade, aproximou-se de seu protetor e dele recebeu a dádiva. O sr. Curt, querendo aproveitar-se a ocasião, tentou manter um diálogo, face a face, com o índio, mas, esquivando-se desta relação cordial, ele saiu prontamente, e, com outros, deixou o barracão do posto com destino á outra margem, onde comemoram [e] dançaram alegremente, depois sumindo-se seio da floresta o sr. Curt foi um sucesso esse episódio final, porque, pela primeira, um Parintintin recebeu pacificamente um objeto das mãos de um civilizado.²¹⁵

Ao utilizar Godim nesse trecho, se apropria de um recurso literário romancista, próprio de uma literatura ficcional, no qual utilizou-se para expressar reciprocidades entre personagens.

²¹⁴ Ibid, p. 217.

²¹⁵ EMERY, Bernard, 2002 *apud* GODIM, 1925, p. 35.

Nesse cenário, onde se apresenta certa relação amistosa entre o alemão Curt com os índios, descrevendo uma cena que rompe com as descritas por Nimuendajú, e de longe fora de qualquer veracidade, tentou introduzir certa harmonia entre os atores sociais que interagem na cena ficcional. O intuito dessa representação é a de inserir mítica de reciprocidade entre o etnógrafo e o grupo nativo, pois quando cita os “momentos de festividades” na tentativa de quebrar com o perfil de inconstância entre Curt os índios.

Segundo Nunes Pereira (1946, p. 34), essa forma literária que tenta compartilhar memórias recíprocas de aproximação e apaziguamento, escamoteia a veracidade e usa de elementos de uma literatura ficcional introduzidos no corpo textual dos relatórios produzidos pelo agente do SPI, Joaquim Godim. De certa forma este agente governamental se utilizou dos escritos etnográficos de Nimuendajú, produzidos anteriores por este indigenista, e ressignificou esses textos com o intuito do órgão SPI vender a “pacificação” solenemente nas calçadas de Manaus, de forma a se apossarem das opiniões e observações de Nimuendajú, dos seus relatórios e ofícios, divulgando equivocadamente como um trabalho sólido de Joaquim Godim, afim de agradar as exigências do Estado que se favorecia dessas publicações no que diz respeito a venda de concessões de lotes de terras nessas áreas extratoras de recursos naturais, bem como a ocupação efetiva.

Com sabe nos relatórios de Nimuendajú que foram apresentados ao órgão governamental do Serviço de Proteção aos Índios e que serviram como fonte jornalística para a formulação de uma matéria na primeira página do *Jornal do Commercio*, “periódico tradicionalmente ligado aos grupos dominantes”²¹⁶. Publicado no ano de 1922, a matéria jornalística, “*no Maicy-Mirim: os trabalhadores e os trabalhos de pacificação dos índios Parintintin e a ação do naturalista Curt*”²¹⁷.

O conteúdo informado pelo Jornal diz a respeito da forma de como foram traçadas os caminhos da pacificação promovidos pelo indigenista alemão Curt Nimuendajú e pelos agentes do serviço do SPI. Na prática os métodos utilizados de atração para *contactar* esse grupo étnico, baseavam-se na colocação de presentes em lugares atrativos, em postos de coletas de brindes, que apontavam setas indicando o local que levaria os índios Parintintin para que se dirigissem os postos de brinde e conseqüentemente para a sede do Posto de Pacificação, no rio Maicy-Mirim.

²¹⁶ O periódico o *Jornal do Commercio do Amazonas* entre 1905 a 1979, influente por ser um jornal que teria como público leitor as elites amazonenses. Ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Imprensa e cultura letrada no Amazonas, 1889-1930**. ANPUH-XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. FORTALEZA, 2009, p. 4.

²¹⁷ JORNAL DO COMMERCIO ((AM), 1922, ed. 06498ª, p. 1.)

De acordo com essa edição do *Jornal do Commercio (AM)*, o indigenista observou os caminhos por onde estes índios passavam, levando em consideração os indícios encontrados, como as flechas com as pontas taquaras cravadas no solo. Estes instrumentos de guerra ou artefatos foram coletados por Curt e seus auxiliares, e descritos pelo jornal como “dádivas” deixadas pelos índios, e no lugar delas Curt “afincou uma vara com um lenço, tendo este amarrado em uma das pontas um punhado de missangas”.²¹⁸

Repercuti dizer que esses indicativos de contatos simbólicos, de certa forma, não eram apenas deparados próximo aos postos de coleta e da sede, mas eram em outras ocasiões expressos esses atos indígenas nas estradas dos seringais por onde os embates entre nativos e invasores ocorriam com frequência. Neste sentido utilizamos de um pequeno trecho escrito na literatura de Álvaro Maia para afirmar tal argumento: “os adversários vermelhos, à traição ou ficando flechas nas estradas” simbolizava uma ação e um “sinal proibitivo”²¹⁹ para barrar o avanço desses intrusos nos espaços ameríndios.

A busca pela atração dos índios pelos agentes do órgão do SPI acabou gerando inúmeras represálias ao acampamento e sede no rio Maicy-Mirim. Situações essas registradas tanto no artigo produzindo por Nimuendaju e publicado em 1924 no *Journal de la Societé des Américanistes* quanto nas esferas formadoras da opinião pública amazonense, bem como nas literaturas regionais.²²⁰

Ainda na mesma edição de 1922 publicada pelo *Jornal do Commercio*, que comenta tais represálias promovidas pelos índios Parintintin ao posto de pacificação no rio Maicy-Mirim, que iam desde saraivadas de flechas em direção ao posto de pacificação (barração) a “gritos de costume” assim como “arremendo tiros de rifles”.

Segundo o *Jornal do Commercio*, esses ataques se prolongariam por 5 dias consecutivos principalmente nas circunvizinhanças onde o barracão fora construído, citamos alguns trechos dessas interações conflitivas que ocorreram no anoitece do quarto dia de ataques.

²¹⁸ Ibid., p. 1.

²¹⁹ MAIA, Álvaro, 1956, p. 184-185.

²²⁰ O pensamento social sobre as populações nativas da Amazônia que vigorou em meados do século XX, acabou sendo influenciado por uma corrente literária, que produziu literaturas interessantes de opinião pública sobre Os Parintintin do rio Madeira, como por exemplo, Álvaro Maia, que escreveu a sua obra celebre, *Gentes dos Seringais* (1956). Este morou em um seringal no mesmo rio Madeira, fora advogado, político e integrou a Academia Amazonense de Letras, corroborou com a produção de algumas edições para do *Jornal do Commercio (AM)*. Ver em: PINHEIRO, Maria Luiza Urgart. Do jornal à academia: elites intelectuais e periodismo no Amazonas. In: **Folhas do Norte: letramento e periodismo no amazonas (1880-1920)**. 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015. JUNIOR, Amaury Pio Junior; FILHO, Eduardo Gimes da Silva. Álvaro Botelho Maia: um caboclo na política amazônica. In: (Orgs.) QUEIRÓS, César Augusto Bubols; Urgart, Auxiliomar Silva. **Trajéórias políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Valer, 2019.

No dia quatro de maio, procedendo a abertura de sarjetas em torno do barracão do posto de pacificação, pessoal notou às dez e meia horas, que, da mata do pontal do igarapé Nove de Janeiro, a pequena distância do posto, partira um enxame de flechas que viram cair na água sem que ao menos uma alcançasse a divisa do barracão.

Dessa vez, no meio do alarido, o professor Curt ouviu expressões que pareciam ter a entonação de insultos e imprecações.

Chamando os índios com calma e pronunciando bem as palavras dialéticas, notou que eles por um instante, pareciam prestar alguma atenção. Mas logo redobram a algazarra e desapareceram no seio da mata.

[...] No mesmo dia, às seis horas e quarenta e cinco minutos, depois de ter anoitecido por completo, mas havendo luar claro, caíram de repente duas flechas no barracão do ponto de pacificação: uma bateu do ponto no telhado, resvalou e caiu no rio, a outra ficou enfiada na varanda.

O professor ficou na previsão de um assalto, pois no mesmo instante, irromperam de um dos cantos da cerca de arame farpado, que protege o barracão, uns gritos e berros estridentes que ressoavam sinistramente no silêncio da mata.

Mas, nada ocorreu. Após a algazarra, os índios fugiram sem ostentação belicosa.

Na manhã seguinte, o professor Curt verificou que os selvícolas haviam levado os presentes que ele deixara em um posto de brindes no canto da cerca.²²¹

As tentativas de atração dos índios Parintintin promovidas por Curt Nimuendajú e o pessoal do Serviço de Proteção aos Índios não foi das mais amistosas como cita o relatório de Gondim anteriormente comentado, o entrecruzamento dessas fontes percebe-se que existem diferentes versões sobre o corrido no rio Maicy-Mirim.

No entanto alguns das espacialidades por onde ocorreram tais interações com as frentes civilizatórias são importante destacar. Como a percepção de Curt sobre ele e seus companheiros em uma de suas idas aos postos para reposição dos brindes, se depararam em certo momento quando caminhava a margem do igarapé Nove de Novembro que a lima onde Nimuendaju havia pendurado em uma flecha já não mais estaria no mesmo lugar que ele deixou minutos antes. O indigenista concluiu que a retirada desse brinde do local provava que “os servícolas o acompanhavam ocultamente”.²²²

Com base no relatório de Nimuendaju publicado no jornal *Commercio do Amazonas*, bem como nas outras fontes supracitadas, percebeu-se que os diferentes entendimentos sobre a atuação do indigenista e dos agentes de pacificação se contradizem e as vezes coincide-se.

Segundo as informações prestadas pelo *Jornal do Comercio*, com intuito de facilitar melhor a ação do professor Curt, o dr. Bento Lemos, inspetor do Serviço de Proteção aos Índios,

²²¹ *JORNAL DO COMMERCIO ((AM), 1922, ed. 06498ª, p. 1.)*

²²² *Ibid., p. 1.*

enviou para o Maicy-Mirim “grande estoque de mercadorias roupas e matérias destinados aos pessoal do posto de pacificação e as postos de brindes dos Parintintin.”²²³

As tentativas de “pacificação” de Nimuendaju não foram estabelecidas da forma ficcional narrada por Godim, ao contrário, a função do etnólogo alemão foi pôr em prática a ação do órgão tutelar governamental por meio de um mecanismo de atração dos índios em um cerco estratégico. Os lugares que foram estabelecidos às ofensivas aos grupos Kawahiwa-Parintintin, foram estabelecidos em uma área não próxima as suas aldeias e nem das redondezas dos seringais, possivelmente um lugar intermediário para manter as relações pacíficas e os encontros mais possíveis de êxito, que não comprometesse a ação de desapropriação dos índios das suas terras pelos agentes governamentais.

Conforme salienta Davi Leal (2016), as experiências em atrair de forma pacífica os índios Parintintin do Madeira já vinham sendo elaboradas bem antes da entrada do SPI nos territórios nativos. Segundo ele, a ação do seringalista Manoel Lobo proprietário do seringal Três Casas, que em anos anteriores teria tentado aproximar-se dos Parintintin sem êxito, por isso, procura financiar a ação dos agentes do Serviço de Proteção aos Índios, para que assim pudesse desfrutar de um controle maior sobre a produção da borracha nos seringais e castanhais, ambicionando também se utilizar futuramente da força de trabalho indígena na exploração dos recursos naturais.²²⁴

De acordo com Hugo (1959) desde que Manuel Lôbo iniciou as tentativas de pacificação dos Parintintin, percebeu que as ações por meio de força “choques e combates” não resultariam no que era pretendido, procurara por meio de aproximações recíprocas expedirem “ordens de tolerância e deixando brindes nos tapiris.”²²⁵

Os mecanismos ideológicos de controle e persuasão impostos tanto pelo seringalista Manoel Lobô quanto por Curt Nimuendajú, se diferenciam dos que seriam implantados nos anos finais da década de 20 pelos missionários Salesianos de Porto Velho nas proximidades do seringal de Três Casas, que teriam como objetivo “estudar as modalidades de aproximação e penetração”. Essas forças dominantes que se divergiam, mas que se aproximavam quando se tratava de apoiar o patronato seringalista nos seus demais interesses.

Os métodos e as ferramentas utilizadas por esses grupos dominantes estabeleceram um cerco aos índios Parintintin, pois como era noticiada, a dispersão desses grupos demandaria

²²³ Ibid., p. 1.

²²⁴ Ver em: LEAL, D. A. Os Parintintin e os Mundurucu e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhadores Nacionais no Rio Madeira. In: **Diálogos: Pesquisa e escritas amazônicas**. Org. SILVA, Francisco Bento Da; ROCHA; Hélio Rodrigues Da. Acre: ed. Nepan, 2016.p. 101.

²²⁵ HUGO, 1959, p. 221.

Estado para a região, bem como foi um obstáculo em longo prazo para as atividades da indústria extrativa no rio Madeira, aja vista que isso acelerou os interesses desse consócio em promover a ação de novos dispositivos de coação e tutela impostos aos povos nativos do Madeira.

Em uma matéria jornalística sobre Manuel Lôbo, “*Um senhor Amazônico*”, publicada em 14 de Outubro de 1962, de autoria de Moarcy G. Rosas, do *Jornal do Commercio*, descreve alguns projetos do seringalista na sua trajetória a frente do controle dos seringais Três Casas. Segundo o jornal, este seringalista procurou desenvolver uma agricultura em larga escala, desde plantações de cacauais nos dois lados do território de várzea as margens do rio Madeira a experimentos no cultivo de castanheiras e seringueiras, cuja este experimento de produção não competia com as árvores nativas, sendo lastimado o plantio da *hevea brasiliensis* que tiveram desperdício de dinheiro e tempo.²²⁶

Logo que houve os primeiros contatos amistosos pelos mecanismos de controle e persuasão aos índios Parintintin, se pode concluir os reais objetivos desse seringalista, o de explorar a mão de obra indígena. Ainda segundo o *Jornal do Commercio*, o seringalista passou a ser chamado pelos índios de Pai Lobô e que este “logrou proteger a vida dos bugres e dos civilizados que iam ganhar a vida com árduo suor órfã, encravado no coração da floresta, cortando seringa e serva”.²²⁷ Inserir os índios no trabalho extrativista corroboraria para aumentar sua produção que vinha sendo desvalorizada no mercado externo, que desde a crise da borracha em 1910 vinha sendo percebida. Conforme Almeida (1987, p. 32),

O Sr, Lôbo chegou a prometer para seus seringueiros em 1922, um preço fixo pelo quilo, mesmo que ela viesse a dar menos [...]. Já em 1928, nesse seringal, segundo contou Sr. Helvécio Ferreira Neves, se fazia a borracha crepada, por encomenda de uma firma inglesa que comprava com bons preços.

As atividades de exploração dos recursos naturais pelo seringalista se vinculam as tentativas de controle e adestramento dos corpos dos índios Parintintin para funções no trabalho, em que se pudesse a partir desse mecanismo de controle produzir os excedentes que suprisse a demanda externa, a ideia que tanto foi defendida sobre a procura de Manuel Lôbo em estabelecer amizades como o índio se passava por uma mítica de reciprocidade criada para mascarar as reais intenções do seringalista, mas sem perder a fachada na qual matinha em uma

²²⁶ PERIÓDICO, O Jornal do Comércio, 14 de out. de 1962, p. 2.

²²⁷ Ibid., p. 2.

aparência de bondade com os nativos que aumentava seu *status social* perante o grupo elitizado que fazia parte.

Esse *status social* e a mítica de reciprocidade se reproduziram também nos espaços privados da casa do seringalista, Manoel Lôbo proprietário do seringal três casas, que Ferreira de Castro detalha em sua obra, *O Instinto Supremo*. Mais do que a decoração que atribuiu *status* ao seringalista, o trecho a seguir, deixa transparecer a procura desse seringalista em ter o controle do território indígena pela força.

Quadrilonga e vibrátil de luz, a sala exibia, entre as três janelas a nascente, duas cabeças de veados embalsamadas e, dependurado na armação de uma delas, um velho leque fechado. Na parede oposta, a todo o seu comprimento, estadeavam-se numerosas flechas, muito nítidas nas suas linhas e cruzadas em forma de X X X X.²²⁸

Os espaços interiores da casa do seringalista Manoel Lôbo, ornamentados com cabeças de antílopes empalhados, e artefatos orientais que decoravam o ambiente, ostentavam uma posição social do seringalista, quando anunciava para as gentes que transitavam no espaço local de sua sala, as suas tentativas de contatar os Parintintin, que logo lhe traziam privilégio.

Ferreira de Castro interpreta os artefatos indígenas na parede da sala, sendo um indício do seringalista Manoel Lobô das tentativas da “procura em contactar com os Parintintin amigavelmente”.²²⁹ Essa representação parece estar distante da construção de uma realidade aceitável, tendo em vista ainda o significado das flechas que então inseridas no cenário, “entrecruzadas”, leva a entender que a etnia seria um alvo para as futuras incursões de coesão e pacificação. Ataques dos Parintintin eram frequentes no território do Madeira, apesar de sua tentativa de aproximação, suas táticas eram quase sempre desastrosas. Por outro lado, a intensão apaziguadora relatada por Ferreira de Castro na sua obra, *O Instinto Supremo*, de projetar fábulas e alegorias transmitidas com a finalidade de exaltar as condutas de bravura e coragem, ou a benevolência de um modelo e padrão de seringalista, preocupado com as causas filantrópicas da época.

Entende-se que algumas obras literárias como está escrita por Ferreira de Castro, foram propagadoras do pensamento civilizador instituído no século XIX e que permaneceu cristalizado ainda por todo o século XX. Nessa obra literária que apesar de se utilizar de um estilo ficcional, estava baseada em indícios que revelam características de processo, como a

²²⁸ CASTRO, FERREIRA, 1968, p. 16.

²²⁹ *Ibid.*, p. 16.

carta enviada por Rondon²³⁰ a Nimuendaju, que lera aos presentes na residência do seringalista Manoel Lobô no seringal Três Casas. Eis um fragmento da carta em que revela a mensagem de Rondon aos pacificadores.

Tomamos-lhes as terras, algumas vezes mesmo os brancos destruíram-lhes as malocas, por essas clareiras a fora, nos recessos das selvas, onde criavam os filhos e confiavam ao sol uma vida isenta de ambições; e quando reagiam aos invasores, com suas flechas primitivas, gentes sem compreensão respondiam-lhes com balas e rifles. Chegou agora a momento de concluirmos a tarefa pacificadora, que iniciamos há tempos, de acordo com o profundo sentido humano do nosso povo. Devemos concluí-las sem sangue, antes com paciência e fraternidade, para que os índios possam evoluir e se beneficiar também da civilização que existe agora no Mundo. (CASTRO, 1969, p. 17-18).

Os responsáveis para levar as ações do Estado em prática, teriam que demonstrar segundo o lema rondoniano “morrer se for necessário, matar nunca!” que teria como objetivo levar uma missão sem derramamento de sangue²³¹. Essa proposta sugerida por Cândido Rondon, seria o lema estratégico do modelo de atração e pacificação, instituído na primeira década do século XX, na conjuntura da Nova República, no qual passou a ser adotado nos discursos tanto dos inspetores, como também dos etnógrafos, seringalistas e mais enfaticamente nas obras romancistas produzidas posteriormente.

Esse processo de “pacificação” embasado pelo lema de Rondon, trouxe outras formas de se pensar a aproximação e contato com os índios, em um momento onde diversas tentativas e falhas promoveram não apenas mortes de indígenas e de invasores, mas propagou tempos de tensões onde as hostilidades entre grupos distintos deixaram de serem antagonizadas, e métodos mais humanísticos passaram a serem utilizados, isso proporcionou de certa forma interações mais pacifistas com os índios Parintintin.

Não se descarta o caráter ficcional das narrativas desse texto, assim como não se descarta o romance que vigora nessa obra, por outro lado o que repercuti e possibilita alegar, foi as possíveis realidades constituídas na obra *O instinto supremo* de Ferreira de Castro. A percepção deste autor quando recorda nessa obra literária de algumas lembranças suas quando este viveu quando menino no seringal Paraíso no rio Madeira, o que fez fortalecer o seu

²³⁰ Marechal Cândido Rondon, um nacionalista, positivista, republicano. Segundo o historiador Breno Tommasi (2019), destacou-se no primeiro quartel do século XX pelas reivindicações de pautas pertinentes as questões indígenas, o interesse em contactar os índios estava ligada as políticas do Estado, como o seu trabalho frente à Comissão Construtoras de Linhas Telegráficas, chamada popularmente como Comissão Rondon.

²³¹ Fragmentos desta carta se encontram no livro, *O instinto Supremo*. Ver em: Castro, Ferreira. 1968, p.18.

imaginário e intuição sobre esses índios, ressaltada em um fragmento extraído do Pórtico de sua obra.

Era o meu terror esses índios. Quase criança ainda, arribava dum meio diferente, quando caminhava pelos varadouros que ligavam as barracas dos pobres cearenses e maranhenses, dispersas na floresta, separadas por horas e horas de distância, esperava sempre ver os Parintintins surgirem de detrás das árvores, as flechas já nos arcos retesados, e abaterem-se num momento e cortarem-me a cabeça e sumirem-se de novo, deixando regressar o pesado silêncio da mata, que só por si me atemorizava intensamente.²³²

Essas recordações possibilitaram Castro mergulhar na produção de um romance dramático, no qual não foi apenas um fruto de um imaginário criado pelo autor²³³. Essas recordações procuram também, de certa forma, revelar a perspectiva eurocêntrica do autor, de que os índios eram hostis ao contato com grupos vindo de fora, ou seja, ainda era muito forte a permanência de um imaginário constituído séculos antes, de que o índio era o provedor dos contatos conflitivos. No entanto, percebeu-se que não só Ferreira de Castro que procurou legitimar a ideia de “pacificação” dos índios Parintintin, pois a partir de uma investigação mais densa, constatamos que Ferreira de Castro pertencia a um grupo social erudito que promoveria toda uma produção literária que legitimaria a “pacificação” dos índios Parintintin. Por meio de trocas de correspondências com seu círculo cultural no qual ele pertencia, foi-se tecendo relações próximas entre autores a fim de construir a temática Parintintin que pudesse cristalizar o pensamento literário em voga de um grupo hegemônico.

A análise dessa produção literária foi importante para revelar um olhar histórico sobre o período do contexto na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Os grupos

²³² (CASTRO, 1969, n.p).

²³³ Fundamento essa perspectiva pela obra de Raymond Williams, *Cultura e Materialismo*, no qual o autor se baseou nos estudos de Goldmann sobre as estruturas mentais para impulsionar sua crítica literária atrelada ao conceito que ele define como uma *estrutura de sentimentos*, que vem a ser, o caráter estético difundido pelas formas literárias como: a tragédia e o romance, dois gêneros literários que podem fazer parte de uma mesma obra e difundida por um mesmo grupo social. Isso fica claro quando encontramos nas literaturas do século XIX, categorias criadas para intencional certa inferioridade ao descrever os grupos nativos, quase sempre em expressões pejorativas engendradas por valores ocidentais, olhares difundidos pela escrita metódica positivista, que acreditamos que foi uma das bases para a produção dos escritos literários romanescos sobre a temática indígena na Amazônia. A visão de mundo difundida por esses escritos literários envolvia todo um imaginário coletivo de grupos na produção de narrativas literárias repletas de produtos ficcionais que iam das tragédias a dramatizações, que buscavam dar ao leitor prazer ao ler essas narrativas, formas romantizadas que manipulavam possíveis encontros com populações nativas nas mais variadas interações. Para Williams (2011), a necessidade de produzir uma crítica literária, que possa permitir analisar através da literatura a sociedade em um determinado período histórico, no qual tanto grupos sociais e escritores literários estavam situados. Para Williams, a literatura de romance dos séculos XIX e XX, estava vinculada ao mundo imaginário criado pelo escritor, através de atos criativos do autor literário foram sendo tecidas as narrativas ficcionais, que por outro lado podem transparecer e difundir uma determinada realidade social e valores sociais de um grupo.

sociais evidenciados nos textos literários puderam ser rescritos sobre crítica aos textos literários canônicos, que ressaltados alguns fragmentos intertextuais puderam ser reconstruídos o protagonismo dos índios do rio Madeira em momentos de Alteridade e contatos conflitivos. A narrativa literária de Ferreira de Castro serviu como um mote, no qual possibilitou a rescrita e interpretações sobre essa literatura luso-brasileira, permitindo extrair da leitura do texto uma possível realidade social estabelecida no contexto da chamada da “pacificação” dos índios Parintintin no rio Madeira, bem como se percebeu o aprisionamento do autor ao seu tempo e ao contexto histórico, que se refugiou na construção da narrativa ficcional influenciada por seu círculo cultural.²³⁴

O antropólogo Waud Kracke que conviveu com os Parintintin na boca do rio Ipixuna décadas mais tarde da chamada pacificação, descreve que conheceu nessa espacialidade um casal de Parintintin, de nomes Catarine e seu esposo Idjé, o Paulino. Segundo o texto publicado por José Ribamar Bessa Freire no seu blog, ele relata que Idjé foi um dos guerreiros que atacou o Posto de Pacificação do SPI, da década de 1920. E expulsou os seus funcionários da região na década de 1940.²³⁵

Desta forma, as relações conflitivas entre os Parintintin e as frentes de expansão de seringalistas no Madeira ainda persistiram por todo a primeira metade do século XX, isso, portanto, descontrói a ideia de que após as relações pacificadoras promovidas pelo consócio de indivíduos interessados em legitimar o domínio das terras e do controle da mão de obra dos índios, ficando evidente as resistências por parte dos grupos Parintintin que se mantiveram. Estes em alguns momentos se deixaram levar pelas táticas de aproximações recíprocas, e por outros momentos se utilizavam de táticas de guerra e confronto. As suas formas de resistências se faziam presentes, pois acreditamos que os Parintintin se utilizaram desses artifícios para sobreviverem do cerco que faziam a eles.

Assim, a mobilização de expulsar os agentes tutelares na década de quarenta, provam que o sistema promovido por meio da instalação do posto de pacificação era passível de problemas geridos enquanto a sua implementação no território do Madeira. De acordo Lima

²³⁴ Para a construção da obra literária, O instinto supremo, Ferreira de Castro (1968) se limitou a utilizar como referências, trabalhos como de Nimuendaju (1924), (1964); e de escritores brasileiros como Álvaro Maia (1958), (1963) e Nunes Pereira (1967); assim como, uma biografia elaborada por Ester de Viveiros (1958) sobre Marechal Rodom, criador do lema indigenista “Morrer se necessário for; matar nunca”. O que deixa evidente nesta obra é a contribuição neste romance de um círculo erudito que propôs a construir um projeto histórico que visava propagar um modelo de “pacificação” indígena tido como promovedor de resultados satisfatórios para o Estado, este modelo serviu de base para outras investidas do avanço das frentes de expansão seringalistas em territórios indígenas.

²³⁵ FREIRE, José Ribamar Bessa. **Waud Kracke, o leitor de sonhos Parintintin**, 2014. Disponível em: www.taquiiprati.com.br/cronica/1071. Acesso em 01/07/2018.

(1992), durante a existência do SPI, enfrentou-se problemas de carência de recursos e dificuldades de qualificação de seu pessoal, assim como eram frequentes as denúncias de casos de fome, doenças assassinos e escravização dos índios.

Nos anos 80 da década do Séc. XX, os Parintintin – Tenharim continuavam reivindicando a ampliação de seu território demarcado para incluir duas áreas de ocupação tradicional situadas no município de Manicoré e Humaitá. O pertencimento da posse pelos Parintintin-Tenharim vem sendo reivindicada desde os tempos imemoriais, que Nhaparundi, um dos ancestrais, dividiu os povos Kawgahív, instalando cada um deles em uma parte da Área reivindicada. Essa forma de exigir direitos por posse imemorial nativa vem sendo transmitida sistematicamente de uma geração para a geração seguinte.²³⁶

Portanto, partir dessa construção historiográfica que marcou o período da chamada “pacificação”. O que foi promovido pelos índios Parintintin diferentes estratégias etnopolíticas e de resistências ao cerco, a intrusão, bem como a tomada de suas terras no Madeira, especificamente os territórios do Alto Madeira, que foram sendo ocupados pelas interações conflitivas esses índios e os diferentes agentes intrusos nas fronteiras em disputa, face a um avanço seringalista compactuado com as estratégias invasoras. De modo que as ações das instituições governamentais não trouxeram de certa forma benefícios aos índios, visto que estavam alheias aos próprios interesses. Mesmo a tentativa religiosa de cumprir seu papel evangelizador se deixou contaminar pela ganância de explorar os recursos naturais e a mão de obra indígena.

Portanto nessas territorialidades fragmentadas do Madeira, pode-se concluir que o enfretamento dos povos nativos frente a chegada dos poderosos seringalistas e as populações advindas pela busca de comercializar a borracha não foram suficientes para destituir os grupos Parintintin de suas terras ancestrais, apesar da diminuição do tamanho da posse de suas terras praticadas por um cerco estrategicamente pensando e posto em prática por Nimuendaju e o SPI, ainda mantiveram uma etnopolítica de sobrevivência, incorporando-se aos modelos civilizatórios ou outras vezes rebelando-se aos mecanismos imposto por esse processo de ocidentalização, como uma forma de provar que sua função social guerreira não adormecera, sendo acionado quando procuravam reivindicação principalmente o pertencimento das suas terras ancestrais.

²³⁶ PEGGION, Edmundo Antonio, 1996, p. 27.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos da guerra destrinchado no presente trabalho puderam dar clareza em torno do tema proposto. Os diferentes agentes intrusos que avançaram nos territórios indígenas no Interflúvio Tapajós-Madeira acarretaram em uma série de conflitos que envolveram a participação de índios aliados do Estado, como os Mundurucu, que ao longo do século XIX corroboraram para expulsão dos grupos Parintintin do território do Tapajós. Nesse percurso puderam ser percebidos as estratégias etnopolíticas do índios Tupi para a manutenção de suas fronteiras étnicas, no que tange suas formas de resistências ao cerco civilizador promovido pelas instituições indigenista do Estado. No primeiro momento, as estratégias contra hegemônicas destes índios foram utilizadas para combater a presença dos agentes religiosos à frente das missões, utilizando-se da sua função social da guerra no combate ao projeto de formação de aldeamentos no Rio Tapajós e conseqüentemente no Rio Madeira e em seus afluentes. Nisso, os índios Parintintin souberam colocar em prática suas formas de confrontar os cristianizadores, e de certa forma libertar outros grupos nativos da imposição religiosa e da exploração da força indígena nos aldeamentos.

Todavia, o aparato das frentes de exploração seringalista, munidos de informações privilegiadas repassadas por seus agentes e aliados nativos, souberam conter as estratégias etnopolíticas dos povos Tupi no Tapajós-Madeira, impondo novos modelos de contato e “pacificação” com base nos trabalhos do indigenista Numuendajú e do modelo pacifista rondoniano, que de certa forma foram modelos pacifistas implementados nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, as invasões dos caucheiros nos anos finais do boom da economia extrativa e de sua decadência por volta de 1913, promoveriam ondas de genocídio dos povos Parintintin, esses caucheiros mercenários apoiados pelo interesse local dos seringalistas. Neste sentido, a política de extermínio dos povos *Kawahíwa-Parintintin* se fizeram presente ainda por toda as primeiras décadas do século XX, resultando em outras formas de estratégias políticas dos povos nativos *Kawahíwa-Parintintin*, a se incorporarem ao modelo civilizatório vigente, modificando os seus modos de vida, afim de sobreviverem aos extermínios praticados pelas frentes de expansão.

Dessa forma, os grupos Tupi evocavam sua política de negociação, que desde seus ancestrais eram praticadas. A política de negociação com os agentes governamentais e seus aparelhamentos estatais (SPI), que implementaram aos *Kawahíwa-Parintintin* uma política de subserviência, método que disciplinaria seus corpos com objetivo de arregimentar para servidão

e o trabalho, o que só ocorreu quando os grupos Parintintin decidem se submeter a este tipo de imposição, em um contexto político que os favorecia, na primeira metade do século XX. De modo que, quando havia necessidade de promover contendas, ataques e guerras contra esses promovedores de abusos, estes índios se utilizavam das táticas de guerrilha, expulsando os agentes dos acampamentos, das sedes do governo, e imponente ameaças aos núcleos de povoamento, como o que ocorreu os ataques nas décadas de quarenta no posto de pacificação no rio Maici-Mirim.

Portanto, à política dos povos do Madeira, em especial dos povos Tupi *Kawahíwa-Parintintin* permaneceu fortificada, pois as reivindicações dos grupos sobreviventes ou remanescentes dessa etnia, lutam incansavelmente pelo direito as suas terras ancestrais imemoriais, com forma de dar continuidade a luta de seus antepassados. Neste sentido, seus subgrupos que habitam os territórios do rio Madeira, como os Tenharim que se encontram atualmente ocupando terras de seus ancestrais no rio Marmelos, bem como os Parintintin que habitam próximo ao igarapé 15 de Novembro, afluente do rio Maici-Mirim, e os poucos índios Jiahuí que reivindicam territórios tradicionais próximos dos limites das terras dos índios Tenharim. A etnopolítica de caráter reivindicador desses povos, não se baseia apenas em lutar por posse e pela demarcação de territórios indígenas, mas também no seu caráter de emergir novas identidades étnicas construídas a partir da construção da historicidade desses povos indígenas.

Portanto, a partir da atribuição classificatória exógena *Parintintin* ou *Parintintins* feita para caracterizar os povos Kawahíwa do tronco linguístico Tupi, apesar de serem forçadas por grupos étnicos rivais à essa etnia e conseqüentemente apropriados pelo Estado Nacional, pode-se dizer que essas exo-definições fortaleceram a etnia Kawahíwa de forma a reivindicar direitos políticos no tempo presente. Pois as exo-definições mencionadas nas fontes históricas possibilitaram construir historicamente os percursos migratórios dos índios *Kawahíwa-Parintintin*. Assim como, a ocupação efetiva de um vasto território por esses índios, tanto no Alto rio Tapajós e seus braços de rios quanto por toda extensão do rio Madeira e de seus afluentes. Portanto, é importante reconstruir e situar a história dos índios *Kawahíwa-Parintintin*, propondo dessa forma um fortalecimento de uma coletividade nativa, que luta pelo reconhecimento de suas terras desde os tempos imemoriais, e que, com a contribuição das pesquisas no âmbito das ciências humanas, em especial dos trabalhos dos historiadores que estão envolvidos neste processo de reestruturação dos acontecimentos históricos, possibilitam

fazer emergir a participação política inclusiva e atuante dos povos *Kawahíwa-Parintintin*, pois essa etnopolítica ou política dos povos indígenas constituiu-se sob a égide da historiografia.

FONTES

FONTES JORNALÍSTICAS

PERIÓDICO, *Jornal do Amazonas*, 1883, ed. 00846, p. 3.

PERIÓDICO, *O Jornal do Comércio*, 14 de out. de 1952.

PERIÓDICO, *O Jornal do Comércio*, 1913 e 1962.

PERIÓDICO, *EXTREMO NORTE Santo Antonio Do Madeira*, 1 De Novembro, nº 20, 1913.

PERIÓDICO, *O Jornal do Comércio*, nº 31204 de jan., 1913.

PERIÓDICO, *The Porto Velho Marconigram*, 1910.

PERIÓDICO, *O Extremo Norte*, 1 de novembro de 1913, nº 20, p. 2.

DIÁRIO

MACCHETI, Jesualdo. *Diario del viaje fluvial del Padre Fray Jesualdo Maccheti Misionero del Colegio de la paz desde san Buenaventura y Reyes hasta el Atlantico em 1869*. Imprensa de el sielo Industrial, 1869.

FONTES OFICIAIS

BRASIL. **Decreto n.º 4.280, de 28 de Novembro de 1968**. Disponível em: www.camara.gov.br/leis/pdf44. Acesso em: 15 de maio de 2019.

AMAZONAS (Província). **Exposição feita ao Exmo. 1º Vice-Presidente da Província do Amazonas, o Doutor Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo presidente, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Por ocasião de Passar-lhe a administração da mesma Província**. Cidade da Barra, 1855. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em 06 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Exposição feita ao Exmo. 1.º vice-presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda**. Cidade da Barra, 1855. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 30 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Exposição, com que o ex-presidente da Província do Amazonas, Dr. Theodoro Carlos da Farias Souto entregou a administração da mesma ao Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva.** Manaós, 1885. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em 24 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Falla com que O Exmo. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província do Amazonas, abriu a 2.a sessão da 15.a Legislatura da Assembleia Provincial.** Manaós, 1881. Disponíveis em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 08 de mar. 2018.

AMAZONAS (Província). **Falla dirigida à Assembleia Legislativa provincial do Amazonas, em 1 de outubro de 1857, pelo presidente da província Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 30 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.º de Outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.º, sessão ordinária, pelo Presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna.** Manaós, 1853. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 27 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Falla do Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas abriu a 2.a sessão da 14. A legislatura da Assembleia Legislativa Provincial.** Manaus, 1879. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 3 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Falla com que o Exmo. O Sr. Barão de Maracajú, presidente da Província do Amazonas, 2. A sessão da 14. A legislatura da Assembleia Legislativa Provincial.** Manaus, 1878. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em 13 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Falla, dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, pelo presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna.** Manaós, 1854. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 24 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Falla, do presidente da Província do Amazonas. Satyro de Oliveira Dias.** Barra do Rio Negro, 1881. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em 7 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, pelo Exmo., Sr. Presidente, João Pedro Vieira província, por ocasião da primeira sessão ordinária da terceira legislatura da mesma Assembleia.** Barra do rio Negro, 1856. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório apresentado ao Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da província do Amazonas, pelo I vice-presidente, Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda.** Manaus, 1853. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 26 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório lido pelo Exmo., Sr. Presidente da Província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da assembleia Legislativa Provincial.** Manaós, 1870. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 12 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório com que à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na abertura da sessão ordinária.** Manaus, 1858. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 30 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório, com que o Exmo., Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da Província do Amazonas, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial.** Manaós, 1880. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em 24 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório do Presidente da Província do Amazonas.** Manaós, 1878. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em: 17 de mar. 2019.

AMAZONAS (Província). **Relatório do presidente da Província, José Lustosa da Cunha Paranaguá.** Manaus, 1883. Disponível em: www.ddsnest.crl.edu/brazil. Acesso em 24 de mar. 2019.

AMAZONAS (PROVÍNCIA). **Relatório, lido pelo exm. o sr. presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d`abertura da Assembléa Legislativa Provincial á 25 de março de 1870.** Manaus. Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.

AMAZONAS (Província). **Relatório, que á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na ata da abertura das sessões ordinárias de 1871, o presidente, José de Miranda da Silva Reis.** Manaus, Amazonas, 1871.

AMAZONAS (Província). **Relatório, do Presidente da Província do Amazonas,** 1881.

AMAZONAS (Província). **Relatório, do Presidente da Província do Amazonas,** 1878.

AMAZONAS (Província). **Falla, de Presidente de Província 1853 – 1888.**

AMAZONAS (Província). **Falla, com que abriu no dia 25 de agosto de 1878, a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. O Sr. Barão de Maracajú, presidente da província.** Manaus, 1878.

AMAZONAS (Província). **Falla, do presidente da província Ferreira Pena,** 1853, anexo, XNI.

AMAZONAS (Província). **Falla, do Barão de Maracajú, presidente da província do Amazonas, mo dia 29 de março de 1879 abriu a 2.a sessão da 14. A legislatura da Assembleia Legistativa Provincial.** Manaus, 1879.

AMAZONAS (Província). **Falla, com que abriu no dia 25 de agosto de 1878, a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. O Sr. Barão de Maracajú, presidente da província.** Manaus, 1878.

GONDIM, Joaquim. **A Pacificação dos índios Parintintin:** Karó dé iurapám Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 1925.

NIMUENDAJÚ, Curt, 1883-1845. **Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas**. São Paulo: ed. Loyola, 1982.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Índios Parintintin do Rio Madeira**. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 16, 1924. p. 229, 230.

LEI, provincial nº 106 de cinco de dezembro de 1860. Disponível em: Prefeitura de Manicoré-AM.

LEI, provincial nº 177, 6 de julho de 1868. Disponível em: Prefeitura de Manicoré – AM.

DECRETO, nº 4.280, de 28 de novembro de 1868. Disponível <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-norma-pe.html>>. Acesso em 03 de maio de 2018.

AMAZONAS, **Delegacia do IBGE do Estado do - Seção de Divulgação de Divulgação e Biblioteca**. **Município:** Parintins – Am, anexo nº I, II e III. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/amazonas/parintins.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2019.

IBGE. **Monografia Municipal – Notas Históricas. Delegacia do IBGE do Estado do Amazonas** - Seção de Divulgação de Divulgação e Biblioteca. **Município:** Parintins – Am, Anexo nº I. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/amazonas/parintins.pdf>. Acesso em: 08 de out de 2019.

IBGE, Parintins Amazonas. **Monografia – nº 499, 1961**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/obras/amazonas/parintins.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2019.

FONTES LITERÁRIAS

AMORIM, Francisco Gomes de. **Os selvagens. Manaus:** Valer. 2004, p. 32-33.

CASTRO, Ferreira. **O Instinto Supremo**. Ed. Civilização Brasileira, 1968.

NEELEMAN, Rose. **Trilos na selva:** o dia a dia dos trabalhadores da Ferrovia Madeira-Mamoré; tradução: Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: BEI comunicação, 2011.

MAIA, Álvaro. **Gentes do Seringais**. Rio de Janeiro, 1956.

PEREIRA, Nunes. **Experiência e estórias de Baíra – O grande burlão**. 4º ed. Manaus: ed. Valer. 2007.

TOMLINSON, H. M. **O mar e a selva**. Tradução: Hélio Rodrigues da Rocha. Ed: Paco. 2014.

CRAIG, B. Neville. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:** história trágica de uma expedição. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Companhia editora Nacional. 1942, 442 p.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: Cenas e cenários do Amazonas**. Org. Tenório Telles. 6.^a edição. Manaus: Editora Valer, 2008. 164 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro – Tronco e Ramagens**. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2004.

AGUILAR, AMGC. **Kawahíwa como uma unidade linguística**. Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Vol. 9, nº 1, jul. de 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. – 3. Ed. -São Paulo: Edições MMM, 2012.

ALMEIDA, M. Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil no século XIX: da visibilidade ao protagonismo**. Revista História Hoje, v. 1, nº 2, 2012, p. 21-39.

ALMEIDA, Raimundo Neves de. **Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá**. 1^a ed, Porto Velho (RO), ed. do autor, 1981.

AMOROSO, Marta, R. **Guerra Mura no século XVIII: versos e versões**. Representações dos Mura no Imaginário Colonial. (Dissertação de Mestrado) em Antropologia Social – UNICAMP, 1991.

ANDERSON, Gary Clayton. **The Indian Southwest, 1580 – 1830: ethnogenesis and Reinvention**, Norman, University of Oklahoma Press, 1999.

ARRUDA, Rinaldo S. V. **Fronteiras e Identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Perú**. Projeto História, São Paulo, n. 39, pp. 159-179, jul/dez. 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Barão de Rothschild e a Questão do Acre**. Ver. Bras. Polít. 43 (2): 150-189, 2000.

BASTOS, Tavares A. C. **O vale do Amazonas**. Recife: Companhia editora Nacional, 1867.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A Longa Duração. In. __ **Escritos sobre a História**. 3^o ed. Perspectiva, 2013.

BRIDIKNINA, Evgenia. Después del espacio fronterizo Bolívia Brasil em las Primeiras Décadas del Siglo XX. In: Ranincheski, Sonia Maria. **Entre fronteiras Brasil – Bolívia: Relações internacionais, diplomacia e política**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

BRITO, Rosa Mendonça De. **O Homem Amazônico em Álvaro Maia: um olhar etnográfico**. Manaus: editora Valer, 2001

CALDAS, Sérgio Túlio. **Portos do Brasil = The Ports of Brazil**. São Paulo: Horizonte, 2008.

CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2010.

CARDOSO, A. A. I. **O Eldorado dos Deserdados**: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. Tese de Doutorado em História Social, 2017.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros De. **A inconstância da alma selvagem e outro ensaio de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros De. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1986.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**: pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CÓRDOBA, Lorena I. El boom caucheiro em la Amazonía boliviana: Encuentros y Desencuentros com uma sociedade indígena (1869 – 1912). In: **Las tierras bajas de Bolívia: miradas históricas y antropológicas**. D. Villar; Isabelle, Combès (copiladores). Colección Ciencias Sociales de El País nº 29/ Santa Cruz de la Sierra:El País, 2012.

CÓRDOBA, Lorena; VILLAR, Diego. As estruturas de nomeação étnicas na história dos panos meridionais. In: (Orgs.) LIMA, Edilene Caffaci de; CÓRDOBA, Lorena. **Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

EMERY, B. **Como foi amansado o tudesco Kurt Unker vulgo Nimuendaju, natural de Iena**. Portugal: Castriana, nº 1, Ossela, 2002, pp. 7-50. Disponível em: <http://www.ceferreiradecastro.org/capas/publicacoes/castriana1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Edições melhoramentos, 1960.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Waud Krache, o leitor de sonhos Parintintin**, 2014. Disponível em <www.taquiprati.com.br/cronica/1071>. Acesso em 01/07/2018.

GAMARRA TÉLLEZ, María de Pilar. **Amazônia Norte de Bolívia**: Economía gomera (1970-1940). Bases económicas de um poder regional. La Casa: Colegio Nacional de historiadores de Bolívia, Producciones CIMA, 2007.

GARCIA JORDÁN, P. **Fronteiras, colonización y mano de obra em la Amazonía andina (siglos XIX – XX)**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú-Barcelo, Universitat Barcelona, 1998.

GARRETT, Ana Maria Lema. Frontera Permeable y Brazos Apetecidos : La migración de los indígenas Chiquitanos a Brasil em la Segunda mitad del siglo XIX. In: __ SILVA, Giovane José da. **Entre Fronteiras Brasil-Bolívia: Relações Internacionais, Diplomacia e Política**. São Paulo: Paco editorial, 2018.

HENRIQUE, M C. **Sem Vieira nem Pombal**: índios na Amazônia no século XIX. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

HILL, Jonathan. **History, Power, and Indentity**: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992, Iowa City, University of Iowa Press, 1996.

HOBSBAWM, E. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HUGO, **Os desbravadores**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, vol. 1. 1959.

HÜTTNER, ÉDSON. **A Igreja católica e os povos indígenas do Brasil**: os Ticuna da Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

JARAMILLO, Heliodoro. **Breve notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira – afluentes do Amazonas**. Manaus: edições Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Cultura, 2004.

JUNIOR, Amaury Pio Junior; FILHO, Eduardo Gimes da Silva. Álvaro Botelho Maia: um caboclo na política amazônida. In: (Orgs.) QUEIRÓS, César Augusto Bubols; Ugart, Auxiliomar Silva. **Trajetórias políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Valer, 2019.

KRACKE, Waud H; LEVINHO, José Carlos. **Um mundo em Movimento**: Os Parintintin, rio de Janeiro: tempo brasileiro, 2002, p. 145 – 156.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização**: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861 – 1932). Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LEAL, Davi Avelino. Os Parintintin e os Mundurucu e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhadores Nacionais no Rio Madeira. In: **Diálogos: Pesquisa e escritas amazônicas**. Org. SILVA, Francisco Bento Da; ROCHA; Hélio Rodrigues Da. Acre: ed. Nepan, 2016.

LEONEL, Mauro. **Etnodicéia Uruéu-Au-Au**: O Endocolonialismo e os Índios no Centro de Rondônia, O direito à Diferença e à Preservação Ambiental. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. 6ª ed. Tempo Brasileiro, 2003.

LIMA, A C S. **Um Grande Cerco de Paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil. Tese de Doutorado em Antropologia Social – UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O Governo dos índios sob a Gestão do SPI. In: **História dos Índios do Brasil**. Org. Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 134 – 172.

LUZ, Vilela Nícia. A Política Amazônica das Repúblicas Ribeirinhas e a Diplomacia Continental. In: **A Amazônia para negros americanos**. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1968.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª. Ed. 3ª repressão. São Paulo: Contexto, 2018.

- MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- MEIRELES, José Carlos. Os Índios Isolados no Acre seus Territórios. In: **Povos indígenas no Brasil**: 2006/2010.
- MENÉNDEZ, Miguel A. **Os Kawahiwa**. Uma contribuição para o estudo dos Tupi Centrais. Tese de doutorado em Antropologia Social. USP, São Paulo, 1989.
- MERRIL, Danna. *The Land of Rubber-Gun Tree*. Collections, New York, 1909.
- MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de história Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada no departamento de antropologia IFCH – Unicamp. Campinas, 2001.
- PEREIRA, Nunes. **Curt Nimuendajú**: síntese de uma vida e de uma obra. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1946.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- PALM, Paulo Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- PEGGION, Edmundo Antonio. **Relações em perpétuo desequilíbrio**: A organização dualista dos povos Kagwahiva da Amazônia. Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP, 2005.
- PEGGION, Edmundo Antonio. Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas. O caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). In: (Orgs.) LIMA; CÓRDOBA. **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: ed. UFPR, 2011, p. 71 – 81.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **O ensaio Geral da Cabanagem**: Manaus, 1832. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Do jornal à academia: elites intelectuais e periodismo no Amazonas. In: __ **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Imprensa e cultura letrada no Amazonas, 1889-1930**. ANPUH-XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. FORTALEZA, 2009
- PRATI, Mary Louise. **A crítica na zona de contato**: nação e comunidade fora de foco. Stanford University, 1993.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth; Jocelyne Streiff-Fernart; tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- REIS, Arindal. **História do nosso chão**. Amazonas: Manicoré, 1.ed. 2004.

REIS, Arthur César. Província do Amazonas. In: REIS, Arthur César. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 217.

Reis, Arthur Cezar Ferreira. **As origens históricas de Parintins**, 1944

RIBEIRA, Berta G. **O Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú**. São Paulo. 1982, p. 175 - 181.

SAHLINS, Marshall David. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich. Tradução e apresentação, Fraya Frehse. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar., 2008.

SANTOS-GRANERO, Fernando; BARCLAY, Frederica. *La frontera Domesticada: Historia económica y social de Loreto, 1850 – 2000*. Perú: Fondo editorial. 2002

SENA, Ernesto Cerveira de. **Acordo de Ayacucho - Territórios e as discontinuidades dos Tratados**: Forjando Fronteiras, Elaborando Nações (Bolívia e Brasil: Época Colonial – 1967), 2010.

SENADO FEDERAL. **O Tratado de Limites Brasil-Perú**. vol. 127. Brasília, 2009.

SOTOMAYOR, Walter Auad. **Relações Brasil Bolívia**: a definição das fronteiras. [S.1]: Verbena Editora, 2018.

SOUZA, Francisco B de. **Comissão do Madeira**. Pará e Amazonas, 1 e 2 partes. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874-1875.

TEIXEIRA, M. A. D. **O rio e os tempos**: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. *Saber Científico*, 1 (2) Porto Velho, 2008. pp. 223 – 295.

TELLES, Tenório. **Poesia do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2006.

THOMPSON. E. P. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 227 – 268.

TOCANTINS, Antonio Manoel Gonçalves. Estudos sobre a Tribo “Mundurucu”: Memória escrita e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1875. In: **Revista Semestral do Instituto Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: R. L. Garnier – Livreiro-editor, 1877.

TOMMASI, Breno. **Questão Indígena e Demarcação de Terras no Brasil**: Entre Ditaduras e Democracias. 2019. Ver em: <https://historiadaditadura.com.br/destaque/questao-indigena/> Acesso em: 28 de out. 2019.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia**: Expansão e Decadência 1850 – 1920. Belo Horizonte: Hucitec, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. **Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia.** Hist. Cienc. *saude-Manguinhos* [online]. 2002, vol.9, n.2, pp. 261-272. ISSN 0104-5970. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702002000200002>. Acesso em: 18/08/2019.

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/5565>. Acesso em: 11 de Dez. 2019.